Abrir portas onde se erguem muros Director: David Pontes **Sábado, 29 de Junho de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.476 • Diário • Ed. Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • **2€**

1951-2024
Manuel Fernandes, o avançado que cumpriu o seu destino

Desporto, 58/59

França e Reino Unido
Reportagens dos nossos enviados especiais

Mundo 24/25 e 28/29

Público

ELIZABETH FRANTZ/REUTERS

Presidenciais EUA
E agora? Podem mesmo os democratas substituir Biden?

Destaque, 4 a 7 e Editorial

Mulheres sem filhos em Portugal triplicaram em duas décadas

Portugal continua a ter uma taxa de fecundidade abaixo da média da OCDE e, entre as mulheres nascidas em 1955 e 1975, triplicaram aquelas que não têm filhos. Mas, a este nível, o país ainda está entre os que apresentam melhores resultados. Em 2022, a taxa de fecundidade na média dos países da OCDE ficava-se pelos 1,5 filhos por mulher, com países como Itália e Espanha a apresentarem valores ainda mais preocupantes, não indo além de 1,2 filhos. Em Portugal, a taxa de fecundidade era de 1,4 **Sociedade, 18/19**

Paraísos fiscais
Transferências nacionais para *offshores* baixam
Economia, 32

Violência doméstica
Condenação de DJ abre debate sobre espaços seguros nas artes
Cultura, 48/49

Especial
O lince-ibérico já não está em perigo
Qual é o segredo desta história de sucesso?
Ciência e Ambiente, 42 a 45

Açores
Os muitos mundos do Faial e as outras cores da ilha azul
Fugas

ISNN-0872-1548

Página dois

SEMANA SIM

António Costa O ex-primeiro-ministro do PS viu ser confirmado em definitivo como próximo presidente do Conselho Europeu, um sonho que tinha há muito tempo e que não foi prejudicado por recentes polémicas.

Adalberto Campos Fernandes Ex-ministro da Saúde do PS foi o escolhido pelo actual Governo da AD para estudar o modelo de aplicação das Unidades Locais de Saúde em relação aos hospitais universitários.

Adélia Prado A poetisa brasileira, de 88 anos, foi a distinguida este ano com o prémio Camões, pela originalidade da sua obra, destacando o facto de ser hoje em dia a herdeira de Carlos Drummond de Andrade.

Roberto Martinez O treinador espanhol conseguiu qualificar Portugal para os oitavos-de-final do Euro2024 sem sobressaltos, conquistando os portugueses, que pouco acreditavam nele.

Julian Assange O australiano conheceu a liberdade, 14 anos após ter denunciado crimes cometidos pelo Exército norte-americano no Iraque e no Afeganistão, e ter sido obrigado a viver primeiro exilado e depois preso.

SEMANA NÃO

Joe Biden A prestação do actual Presidente no debate contra Donald Trump levou ao desespero o Partido Democrata, que arrisca seriamente perder a presidência para o seu antigo rival.

Por Helena Pereira

INQUÉRITO PÚBLICO

RUI GAUDÊNCIO

"Temos 300 e tal autarquias e os planos de mobilidade contam-se pelos dedos"

Marta Sofia Ribeiro

Mário Alves O presidente da Estrada Viva diz que não existem soluções a curto prazo para o problema de mobilidade nas cidades

Lisboa é a 23.ª cidade mais congestionada da Europa, segundo dados de 2023 recolhidos pela consultora norte-americana INRIX. O mesmo relatório dá conta de que os condutores perdem 57 horas por ano no trânsito na capital. No Porto, em média, perderam-se 31 horas em filas de trânsito, o que mostra um aumento de 30% relativamente ao ano anterior.

Nos últimos meses, parece haver cada vez mais carros nas duas maiores cidades do país: há engarrafamentos constantes e buzinas que não param de tocar. Os transportes públicos estão mais lentos e as queixas por parte dos utentes têm vindo a aumentar.

A curto prazo, "não há soluções" para este problema de mobilidade urbana e as mudanças que se fizerem hoje só poderão ser sentidas nas próximas décadas, mas as autarquias "estão a assobiar para o lado" e há "fraqueza política" a nível nacional, defende Mário Alves, especialista em mobilidade e transportes.

Nos últimos dias têm surgido várias notícias que retratam um problema de mobilidade nas cidades portuguesas — há mais engarrafamentos, os transportes públicos nunca foram tão lentos e há mais queixas. O que está a falhar na política de mobilidade das cidades?

Quase não existem planos de mobilidade, há muito poucos. Nós temos 300 e tal autarquias e os planos que existem em Portugal contam-se pelos dedos de uma mão. Muitas vezes não são calendarizados, não são orçamentados. Não sabemos bem quando é que as medidas são para ser feitas. Muitos, muitos planos em Portugal – os poucos que existem – ficam na gaveta. As autarquias têm de começar a tomar decisões a sério, porque o que nós sabemos também é que, quando a mobilidade começa a falhar, são as famílias que pagam no orçamento familiar. Para uma família que não tem transporte público e que passa horas no IC19 por mês, [o impacto] no orçamento familiar é desastroso.

Quem está a falhar? O Governo, as autoridades nacionais ou locais? Ou a responsabilidade é partilhada?

Portugal tem um problema: é que as autarquias estão a assobiar para o lado. Há muitas décadas que não estão a fazer o seu trabalho. Portanto, há muito poucos planos de mobilidade. Mas a responsabilidade é de todos. As autoridades nacionais, como é óbvio, têm de ter planos estratégicos e não podem ter políticas de ziguezague. Isto é, por um lado, nos planos de contenção das alterações climáticas ou da redução dos gases de efeito estufa, têm um discurso alinhado a dizer que é preciso combater o aumento do uso do automóvel. E depois, em momentos eleitorais, ou em momentos de mais fraqueza política, acabam por começar a reduzir a percentagem de imposto nos combustíveis. A redução tarifária dos transportes públicos foi uma boa medida. Mas sabemos que não é o preço o elemento principal para fazer com que as pessoas abandonem os carros. O elemento principal é a frequência e a fiabilidade. O autocarro tem de ser confortável, limpo, etc. A partir daí as pessoas poderão começar a abandonar o carro. A nível autárquico, falta planeamento de mobilidade e alguma coragem política. As cidades têm de começar a reduzir as velocidades, têm de ter mais passeios. Tem ser mais confortável para as pessoas andarem a pé e de bicicleta. Tem de haver mais transportes públicos urbanos, miniautocarros. E esse tipo de planeamento consegue-se com planos de mobilidade que sejam orçamentados e calendarizados.

O uso de automóvel deve ser penalizado — como já acontece noutras cidades — ou as falhas relatadas nos transportes públicos tornam essa ideia pouco responsável?

O que nós sabemos da mobilidade é que, para alterar comportamentos, tem de haver cenouras e restrições. Reduzir o preço dos transportes públicos é uma cenoura típica, ou fazer com que os transportes públicos sejam gratuitos para quem tem uma certa idade, para jovens e para adultos. Só que ninguém abandona o automóvel só porque os transportes públicos ficaram mais baratos. Portanto, tem de haver, de facto, aqui uma combinação entre cenouras e restrições. Em termos de restrições, está a reduzir-se o estacionamento nas cidades. Eu sei que não é simpático dizer que temos de restringir os automóveis. As pessoas vão para o trabalho todos os dias no IC19, gastam uma pipa de massa para fazer isso. Nos cálculos que nós temos, muitas pessoas gastam metade do dia de trabalho, isto é, trabalham a manhã inteira para pagar um carro. Só à tarde é que começam a ganhar dinheiro para comer, para dormir, para ir de férias, etc.

A curto prazo, o que é que se pode fazer para colmatar este problema?

Eu acho que não há de facto soluções a curto prazo, lamento dar esta má notícia. Estamos a falar de 40, 50 anos, de cidades a serem cada vez mais vocacionadas para o uso do automóvel. Temos de ter políticas coerentes. Muitas cidades começam a colher os seus frutos ao fim de uma década porque as pessoas têm mais qualidade de vida. É difícil a curto prazo, mas invistam nos transportes públicos, que são a espinha dorsal de uma cidade! Mais autocarros, mais corredores *bus*, que é uma coisa fácil de fazer, velocidades mais baixas nas cidades e começar a reduzir lentamente estacionamento no centro da cidade.

Debate histórico

Grande angular

António Barreto

A pesar de já ter havido outros casos inesquecíveis de discussão sobre a justiça, talvez nunca tenha havido outro momento tão importante como agora. É um debate pertinente e urgente. À vista de todos. Factos anormais estão entre as suas causas. Mas é também provável que o *Manifesto dos 50* (que subscrevi) tenha tornado tudo mais visível. É bom que assim seja. Se ao menos soubéssemos aproveitar a ocasião para compreender, esclarecer e reformar!

Por diversas razões, a justiça não teve, durante as últimas décadas, a sorte de outros sectores que souberam, mesmo com erros e falhas, evoluir e reformar. A educação, a saúde e a segurança social são bons exemplos. Vastos sectores da economia e da ciência tiveram o mesmo itinerário. A justiça, não.

A justiça sofre de uma condição especial porque teve dificuldades em se adaptar a várias mudanças históricas: à democracia, ao mercado, ao crescimento económico, ao Estado social e à integração europeia. Quer isto dizer que, nas suas instituições e no seu funcionamento, acumula os defeitos das circunstâncias históricas vividas. É burocrática, morosa e distante da sociedade real. Muito procedimental, a sua prioridade não parece ser a dos direitos dos cidadãos. Trava e atrasa a vida social e económica. É um obstáculo ao desenvolvimento dos direitos dos cidadãos. É notório exemplo de má gestão de meios. Arrasta processos por tempos intermináveis. É frequentemente injusta. É muitas vezes complacente com os poderosos.

Tudo isso é importante, mas o essencial é o direito do cidadão. Esse deveria ser o principal critério. Justiça com mais direitos dos cidadãos. Justiça que nunca fizesse de razões processuais ou de estatuto um critério superior ao dos direitos dos cidadãos. Justiça que submeta o seu funcionamento aos direitos dos cidadãos, e não o contrário. Por exemplo, que nunca deixasse para segundo lugar o direito à privacidade.

No seu funcionamento, falta à justiça mais intervenção da sociedade e dos cidadãos. Poderia haver certos magistrados eleitos. Ou ligados às autarquias. Ou mais julgados de paz. Como seria interessante generalizar o recurso a julgamentos de júri com jurados e sem juízes. Também deveria a justiça estar mais atenta à igualdade entre cidadãos e ao acesso fácil de todos. Designadamente através dos custos. É razoável que, com a excepção dos conflitos de entidades económicas e financeiras, a justiça seja gratuita para os cidadãos. Como a saúde. Como a educação.

Justiça mais pronta é necessidade absoluta. Com prazos estritos para todos os intervenientes, incluindo para os magistrados e os tribunais. E menos vulnerável às chicanas, aos recursos e aos "truques". Com prazos rígidos para todos os magistrados, procuradores ou juízes, equivalentes aos prazos conferidos à defesa. E com cláusulas definitivas que impeçam arrastar processos infinitamente.

Justiça com mais democracia, deseja-se. Não se trata de instaurar um sistema democrático na justiça, mas a verdade é que a justiça não deveria ser independente da liberdade e da democracia. Nas suas decisões, no tribunal e na mesa de redacção, os juízes e os magistrados devem ser independentes! Com certeza. Só assim se defendem os direitos dos cidadãos. Repete-se: os direitos dos cidadãos, não os dos magistrados. Mas a justiça, os tribunais e os juízes, sendo independentes, não devem estar em autogestão! Independência dos juízes e dos tribunais, em julgamento, não é sinónimo de indiferença à democracia e aos direitos dos cidadãos. A justiça portuguesa confunde facilmente independência dos juízes com roda livre. Ora, se a independência dos juízes, no julgamento, é valor maior, já o sistema, a organização e a legislação devem depender da democracia e dos órgãos de soberania. A autonomia do Ministério Público, representante do Estado, é diferente da independência dos juízes, mas deve igualmente submeter-se a uma sólida concepção dos direitos dos cidadãos.

A aproximação da justiça da democracia faz-se também através da possível audição, no Parlamento, dos mais importantes dirigentes dos tribunais superiores, do Ministério Público e de outras instâncias judiciais! Tal, aliás, como outros dirigentes da administração pública, presidentes de grandes instituições públicas, até embaixadores e alguns chefes militares poderiam ser ouvidos em audiências especiais do Parlamento antes da nomeação definitiva. Ouvidos, é a ideia. Aprovados ou não, é outro assunto a ver com cuidado. Obrigados a prestar contas, seguramente não.

As audições parlamentares, vinculativas ou não, servem justamente para aproximar as instituições dos cidadãos, da soberania e do processo democrático. É mais uma maneira de fazer com que o permanente debate sobre a justiça ultrapasse os limites das profissões jurídicas. Indivíduos, empresas, académicos e tantas outras condições interessam-se pela justiça, sobretudo se tiverem a sensação de ser ouvidos. Além de se interessarem, necessitam de justiça, todos os dias, a todo o momento.

As escutas realizadas pelos tribunais, pelo Ministério Público e pelas polícias estão também na origem dos debates actuais. As escutas e o uso que delas é feito. Curiosamente, ninguém, com argumentos e razões, defende as escutas. Quase toda a gente se limita a ver os seus perigos, a propor soluções mirabolantes para evitar abusos, mas ninguém as defende. E seria bom que alguém o fizesse. Pelo contrário, diz-se que são perigosas, mas toma-se partido por todos os métodos imagináveis de controlar, validar e garantir as escutas. Mas ainda não vimos ninguém dizer publicamente que é um bom método de investigação, de fazer justiça e de defender os direitos e as liberdades. Ora, as escutas fazem parte de uma parafernália imensa de limite e diminuição dos direitos dos cidadãos.

Acabar com as escutas, todas as escutas, de uma vez para sempre, sem regimes especiais e sem circunstâncias excepcionais é ou parece ser a solução mais segura para defender os direitos dos cidadãos. Evita abusos. Reduz os critérios de uso. Dispensa os esforços feitos no sentido de controlar as escutas e que são diariamente anulados pela certeza de que a há escutas a mais. Há escutas abusivas, há destruição dolosa de escutas, há utilização de escutas com fins pessoais e políticos e há exploração do negócio de escutas. São tantas as restrições e as exigências defendidas por pessoas de boa-fé, que acabamos por concluir que a única solução para evitar o mau uso das escutas consiste em não as fazer.

As escutas são mais um meio, embora legal, mas ilegítimo, de vigilância dos cidadãos. De intrusão. De violência.

Sociólogo

Como seria interessante generalizar o recurso a julgamentos de júri com jurados e sem juízes

Acabar com as escutas é ou parece ser a solução mais segura para defender os direitos dos cidadãos

IMPORTA-SE DE REPETIR?

Gostaria muito que houvesse uma primeira-ministra mulher em Portugal

Alexandra Leitão, líder parlamentar do PS

A receita do PSD [para a Saúde] é apenas a receita anterior em esteróides

Mariana Mortágua, coordenadora do BE

Estou simplesmente eufórica. É simplesmente incrível. Parece que não é real

Stella Assange, sobre a libertação do marido e do fundador do portal *WikiLeaks*, Julian Assange

O macronismo acabou. Se é que alguma vez existiu, mas acabou

François Hollande, candidato às eleições legislativas pela coligação de esquerda Nova Frente Popular

STAN GILLILAND/EPA

Num comício em Raleigh, Biden prometeu continuar: "Não debato tão bem como dantes, mas sei aquilo em que sou bom. Sei como dizer a verdade"

E agora? Podem mesmo os democratas substituir Biden? E querem fazê-lo?

As regras do partido permitem afastar um nomeado e abrir caminho à escolha de um novo candidato. Mas o Presidente dos EUA prometeu ontem, num comício na Carolina do Norte, o primeiro após o debate, que não vai desistir

Sofia Lorena

A explosão aconteceu assim que o primeiro debate da campanha para as presidenciais de Novembro nos Estados Unidos terminou: o desespero face à prestação de Joe Biden foi tal que fez cair o tabu do seu afastamento da corrida.

"Será que temos tempo para colocar lá outra pessoa?", questionou Mark Buell, um importante financiador de Biden e do Partido Democrata, sintetizando, assim, o que muitos disseram — e muitos mais pensaram. Com as sondagens pré-debate a indicarem um empate técnico entre o Presidente e o seu antecessor, a pergunta "pode Biden derrotar Trump?" deu lugar a outras interrogações.

Apesar de faltarem menos de cinco meses para as eleições e menos de dois para a convenção nacional dos democratas, o partido tem como escolher um novo candidato para enfrentar Trump. Isto se Biden aceitar desistir — caso contrário, seria quase impossível, face aos 95% dos

3949 delegados eleitos nas primárias que conquistou. O primeiro passo seria, então, convencê-lo a abandonar a corrida. A principal questão – digerido o "pesadelo" do debate – será perceber se esse é mesmo o melhor caminho.

O próprio Biden respondeu ontem a essa questão, durante um discurso em Raleigh, na Carolina do Norte, a primeira aparição pública após o debate. "Já não ando tão bem como dantes. Não falo tão bem como dantes. Não debato tão bem como dantes, mas sei aquilo em que sou bom. Sei como dizer a verdade", disse o Presidente dos EUA, que acrescentou: "Não me candidataria se não acreditasse verdadeiramente que posso fazer este trabalho. Há muitas coisas em jogo".

Para além da vice-presidente, Kamala Harris, a imprensa americana enumera como possíveis candidatos (à presidência ou como "vices" de Harris) os governadores da Califórnia, Gavin Newsom; da Pensilvânia, Josh Shapiro; do Illinois, J. B. Pritzker; a governadora do Michigan, Gretchen Whitmer, e o congressista Ro Khanna, nenhum dos quais oferece garantias de poder bater Trump. Outros que Biden derrotou nas primárias de 2020 "também poderiam voltar a tentar", sugere a Associated Press, lançando os nomes de Bernie Sanders, Elizabeth Warren, Amy Klobuchar e Pete Buttigieg.

"Temos um eleitorado muito fechado e dois candidatos bem definidos – e os eleitores que vão decidir esta eleição vão exigir tempo e esforço consistentes para [determinar quem vai] ganhar em Novembro", afirmou o assessor ouvido pela CNN.

Quanto às hipóteses de Biden poder ser convencido a desistir, um responsável da campanha sublinhou, em declarações ao mesmo canal, que organizou o frente-a-frente, que o veterano político já está muito habituado ao pânico democrata e tem prática em ignorar o ruído.

Mas por mais que Harris tenha tentado disfarçar, afirmando que "houve um princípio fraco, mas um final forte", e insistindo que "Biden é extraordinária forte", um candidato que precisava de mostrar aos eleitores que não têm de se preocupar com a sua idade não podia surgir assim - rouco (a meio do debate, a sua campanha disse que está constipado), hesitante, incoerente e incapaz de aproveitar os deslizes do opositor.

O homem no palco

"A equipa de Biden tem de o convencer a desistir e a realizar uma convenção aberta", defendeu sob anonimato um congressista democrata, eleito por um dos estados decisivos (swing states, que podem cair para os republicanos ou para os democratas), que falou ao site de política norte-americana The Hill.

"Os partidos existem para vencer", disse um estratego democrata ao diário *The New York Times*. "O homem no palco com Trump não tem como ganhar. O medo de Trump reprimiu as críticas a Biden. Agora, esse mesmo medo vai alimentar os apelos para ele se afastar."

Caso Biden aceitasse renunciar à nomeação, os potenciais candidatos teriam de trabalhar para tentar convencer os delegados a apoiá-los numa primeira votação, explica o jornal digital *Politico* – face a uma competição dura e potencialmente caótica, notam vários académicos, seria aconselhável que o Partido Democrata definisse um processo para permitir aos delegados escolherem um candidato antes da convenção, que terá lugar entre 18 e 24 de Agosto.

Para além dos delegados que se comprometeram a votar em Biden nas primárias, há 771 "superdelegados" ("funcionários eleitos e líderes partidários") que não podem votar na primeira ronda, mas que, numa "convenção aberta e concorrida, teriam um papel importante na escolha do novo candidato", lê-se no *Politico*. Biden, nota o diário *online*, poderia ter uma influência decisiva, nomeadamente apoiando Harris e ajudando a convencer os seus delegados a votar nela.

"Para o Presidente Joe Biden, para o Partido Democrata e para todos os que se preocupam com o futuro da nossa democracia, imperfeita, mas vital, o debate de quinta-feira à noite foi, e não digo isto de ânimo leve, um desastre sem qualquer paralelo concebível na história política americana moderna", escreveu o cientista político David Faris na revista *Slate*.

Num artigo intitulado justamente "Biden deve desistir. É assim que os democratas poderiam substituí-lo", Faris descreve os três possíveis caminhos. No primeiro, Biden limitar-se-ia a apresentar imediamente a sua demissão, permitindo a Harris ocupar a presidência e dando-lhe seis semanas para ganhar impulso e apoios, tornando difícil que outros tentassem vencê-la em Chicago. O "segundo caminho é mais complicado", continua Faris, implicando que Biden desistisse de concorrer a um segundo mandato sem que estivesse definido um candidato óbvio.

Por fim, no pior de todos os cenários, caberia "aos seus próprios delegados fazer a coisa certa".

Independentemente do caminho, até Faris reconhece que o recuo de Biden e a opção por uma convenção concorrida mostraria um Partido Democrata hesitante e desesperado. Para Casey Dominguez, professora de Ciência Política e Relações Internacionais, o facto de Biden não ter enfrentando nenhum verdadeiro desafio durante as primárias é o melhor indicativo de que ninguém irá contestar a sua nomeação, agora ou em Agosto. O motivo é o mesmo, disse ao *New York Times*: "Ninguém quer ser a pessoa que dividiu o partido e ajudou a eleger Trump".

Rouco e titubeante

O Presidente dos EUA fez um debate "desastroso" contra Donald Trump e deixou o seu partido em "pânico"

Sofia Lorena

No primeiro debate a caminho das presidenciais de Novembro, Trump foi igual a si mesmo e Biden mostrou a sua pior versão

Debater com Donald Trump é ingrato e exasperante, mas, desta vez, Joe Biden teve tudo o que pediu – a data do embate, o arranque em vez da declaração final – e tudo o que queria – microfones silenciados durante as respostas do opositor, ausência de público... Mas de nada valeram as regras ou as décadas de experiência e os dias de intensa preparação. Rouco, titubeante, mais à defesa do que ao ataque, escolhendo, por vezes, insultos ("perdedor", "idiota", "choramingas", "com a moral de um gato de rua") em vez de argumentos, o Presidente norte-americano surgiu fragilizado face a um adversário confiante e imperturbável.

"Foi doloroso", admitiu o comentador político da CNN Van Jones, ex-conselheiro especial de Barack Obama, descrevendo o desempenho do democrata. "Adoro o Joe Biden. Trabalhei para Joe Biden. É um bom homem. Ama o seu país. Está a fazer o melhor que pode. Mas tinha um teste a cumprir esta noite para restaurar a confiança do país e das bases. E ele não conseguiu fazer isso", afirmou.

Depois, Van Jones disse em público o que muitos pensam em privado: "Há muita gente que vai querer que ele considere tomar um rumo diferente agora. Ainda estamos longe da nossa convenção e há tempo para este partido encontrar um caminho diferente, se ele nos permitir fazê-lo."

Para um candidato que os opositores dizem estar senil e cuja capacidade de cumprir eficazmente um mandato que vai iniciar com 82 anos é questionada pelos próprios apoiantes, o pior pesadelo surgiu na resposta a uma pergunta sobre política fiscal e dívida pública. "... Elegível para o que eu fui capaz de fazer com... com a covid... Desculpem... lidando com cada coisa que tivemos de enfrentar... [longo silêncio] Olhem, nós finalmente derrotámos o Medicare", concluiu, referindo-se ao programa de assistência social de que os democratas tanto se orgulham.

Momentos angustiantes que terminaram com as palavras do jornalista Jake Tapper, um dos dois moderadores do debate organizado pela CNN – "Obrigado, senhor Presidente" –, o rosto de Biden, perdido, ainda no ecrã.

"Bem, ele tem razão. Ele derrotou o Medicare. Derrotou-o até à morte", reagiu Trump, afirmando que os cuidados de saúde prestados aos imigrantes estão a matar o sistema – uma entre muitas mentiras que Biden deixou sem resposta. "Realmente não sei o que é que ele disse no final desta frase. Creio que nem ele sabe o que disse", golpeando o rival no seu pior momento.

Trump repetiu mentiras e mudou de assunto sempre que isso lhe era mais favorável

EDWARD M. PIO RODA/EPA

Apoiantes de Joe Biden assistem ao debate em Atlanta

"Penso que o pânico se instalou", disse David Axelrod, conselheiro de longa data de Obama, também na CNN. "E acho que vamos ouvir discussões, não sei se vão levar a alguma coisa, mas vai haver discussões sobre se ele deve continuar".

"Trump parece razoável, mesmo estando a mentir a 200 quilómetros/hora", disse à CNN um democrata membro da Câmara dos Representantes. "Biden é ininteligível", admitiu, antes de descrever o debate e a *performance* do seu candidato com uma só palavra – "Desastre".

Mentiras e ameaças

Apesar de mais contido do que habitualmente, Trump foi tudo o que dele se espera, repetindo mentiras (a CNN contou 30 afirmações falsas, contra nove de Biden) e mudando de assunto sempre que isso lhe era mais favorável. Na discussão sobre o aborto, a situação em que Biden se saiu melhor a desmontar as suas falsidades, alegou que o Partido Democrata quer que o aborto seja legal até ao nascimento e até "depois do parto". Também disse maravilhas sobre a sua Administração, incluindo algumas sem qualquer sentido, como quando garantiu que tinha os "melhores números ambientais".

Um "criminoso condenado", como lembrou Biden, Trump foi questionado sobre se aproveitaria o regresso à Casa Branca para perseguir judicialmente os opositores. "Bem, eu disse que a minha vingança vai ser o sucesso. Vamos fazer com que este país volte a ter sucesso, porque neste momento é uma nação falhada", afirmou, adoptando a sua personagem presidenciável.

Depois, não resistiu: "Mas quando ele [Biden] fala de um criminoso condenado. O filho dele [Hunter Biden] é um criminoso condenado a um nível muito elevado. O filho dele foi condenado, vai ser condenado provavelmente muitas outras vezes", disse. "Mas ele pode ser um criminoso condenado assim que sair do cargo. O Joe pode ser um criminoso condenado por todas as coisas que fez. Ele fez coisas horríveis", afirmou, entre a leviandade e a ameaça.

Trump fez o que lhe competia, agradou aos indefectíveis e mostrou-se menos explosivo do que é, atenuando os receios dos indecisos. Biden, pelo contrário, provou que os rivais têm razão para porem em causa as suas capacidades e comprovou os piores pesadelos dos apoiantes.

Vice-presidente norte-americana

Há quem ache que Kamala Harris seria melhor candidata para derrotar Trump

António Rodrigues

Após o debate com Trump, apoiantes do partido vieram a público pedir ao Presidente que desista a favor da sua "vice"

REBECCA NOBLE/REUTERS

Harris saiu em defesa de Biden: "O nosso Presidente demonstrou que irá ganhar a eleição"

Enquanto os republicanos se sentavam refastelados a ver os democratas arrancar os cabelos em desespero pelo desempenho do Presidente Joe Biden no debate presidencial com Donald Trump, um nome soava na boca de muitos deles como uma alternativa de última hora para poder salvar a Casa Branca de cair novamente nas mãos do Partido Republicano em Novembro: o da vice-presidente Kamala Harris.

Para a colunista do *New York Times* Lydia Polgreen, num artigo intitulado *Kamala Harris pode ganhar esta eleição. Deixem-na*, "o caminho lógico e óbvio para sair da confusão que o Presidente Biden criou com o seu desastroso desempenho no debate é retirar-se com honra e apoiar a sua jovem, vigorosa e talentosa vice-presidente para o substituir".

A vice-presidente teria a virtude de ser alguém que passou pelas urnas e seria considerada a sucessora natural do chefe de Estado se este quisesse abandonar a corrida por razões de saúde. Porque, de outra maneira, no caso da desistência de Biden, o que teríamos na Convenção do Partido Democrata, a 19 de Agosto, em Chicago, seria uma corrida aberta de candidatos que serviria para dar uma imagem de divisão ao eleitorado.

Mesmo assim há quem advogue esta solução, considerando que a alternativa é manter o apoio a um Presidente que provou no debate todos os receios em relação à sua idade e à sua capacidade cognitiva para cumprir mais um mandato na Casa Branca. Thomas L. Friedman, que pediu, nas páginas do *New York Times*, ao seu "amigo" para deixar a corrida presidencial depois do embaraço em directo na CNN, defende uma corrida aberta na convenção de Chicago, em que a vice-presidente pode concorrer se assim o entender, capaz de dar aos eleitores democratas "um nomeado presidencial que possa não só unir o partido, mas também o país".

Numas eleições primárias praticamente sem concorrentes, como acontece normalmente nos EUA quando um Presidente se candidata à reeleição, Biden conseguiu o apoio de 3894 dos 3937 delegados para voltar a ser o nomeado democrata. Se desistir, esses delegados ficam livres para votar em quem quiserem, obrigando a negociações de bastidores.

"Penso falar por muitas mulheres, provavelmente o grupo de eleitores mais decisivo nesta eleição, quando digo que gostaria de ver Kamala Harris reduzir Trump à sua insignificância

Lydia Polgreen
Colunista do
New York Times

Como escreve Philip Bump no *Washington Post*, se o apoio a Biden, ao contrário de em 2016, se deve mais à hostilidade a Trump do que à crença de que é o melhor candidato para vencer o ex-Presidente, o debate de quinta-feira à noite na CNN (madrugada de sexta em Portugal continental), "longe de atenuar as preocupações sobre a sua candidatura", acabou por reforçar a ideia de que é preciso um candidato não-Biden às presidenciais de Novembro.

Nesse caso, a vice-presidente seria a escolha óbvia. "Kamala Harris foi, para todos os efeitos, uma eficaz procuradora distrital e procuradora-geral [da Califórnia] e também tem sido uma vice-presidente eficaz e discreta, promovendo as políticas de Biden", escreveu o prémio Nobel de Economia Paul Krugman no *New York Times*. "Ao escolhê-la como sucessora, não estaríamos, de maneira nenhuma, a contentar-nos com menos."

A popularidade da vice-presidente não é das melhores. No barómetro do *site fivethirtyeight* pode ver-se que a última vez em que a sua taxa de aprovação foi positiva remonta a 11 de Setembro de 2021. Desde então a impopularidade foi sempre uma constante, variando a diferença entre aprovação e desaprovação ao longo do tempo até aos dez pontos percentuais registados a 23 de Junho (49,4% negativos e 39,4% positivos), última data disponível.

A percepção muda quando se olha para a evolução do mesmo índice em relação a Biden. A popularidade do Presidente começou a ser negativa dois meses depois da de Kamala Harris (30 de Agosto de 2021), mas é no presente substancialmente maior, com a desaprovação a suplantar a aprovação em 17,9 pontos percentuais na quinta-feira. A de Donald Trump tem-se mantido igualmente estável na desaprovação, sendo que marcava esta quinta-feira, também segundo o *fivethirtyeight*, uma diferença de 11,2 pontos percentuais. Com um importante acrescento, a impopularidade estava acima de 50%, mais concretamente nos 53,3%. Aliás, tal como a de Biden (56,6%).

A vice-presidente não se rogou em sair em defesa de Biden depois do debate, advogando que, depois de um começo titubeante, o Presidente ganhara ímpeto à medida que se ia desenrolando o debate. "Joe Biden é extraordinariamente forte", disse Kamala Harris na CNN, e "entrou no ritmo quando importava", aproveitando para sublinhar: "O nosso Presidente demonstrou que irá ganhar a eleição."

"Penso falar por muitas mulheres, provavelmente o grupo de eleitores mais decisivo nesta eleição, quando digo que gostaria de ver Harris reduzir Trump à sua insignificância", referiu Lydia Polgreen, porque o que aconteceu no debate foi que a fragilidade de Biden permitiu disfarçar a fraqueza de Trump. "Harris, com a sua postura e instinto assassino, poderia ter limpado o chão com Trump nos assuntos que realmente interessam aos eleitores."

Não existe qualquer mecanismo que permita ao Partido Democrata substituir Biden por Harris. A não ser que o Presidente assim o queira, e não quer. Ontem, num comício na Carolina do Norte, admitiu que o debate não lhe correu bem, mas reiterou a sua vontade de prosseguir na campanha: "Não estaria a concorrer se não acreditasse, de alma e coração, que posso desempenhar este cargo."

O ex-Presidente Barack Obama também veio em defesa do seu antigo "vice", minimizando o que aconteceu na CNN e que vários colunistas apelidaram de acidente de automóvel em câmara lenta. "Más noites de debate acontecem. Acredita em mim, eu sei", escreveu Obama, referindo-se ao seu primeiro debate com Mick Romney na campanha de 2012, em que foi "esmagado" pelo então candidato republicano, tal como descrevia em título a CNN na altura.

Seja como for, existe uma brecha nas regras das convenções do Partido Democrata capaz de ser usada para justificar uma mudança de sentido de voto dos 3894 delegados que Biden juntou nas primárias: "Todos os delegados na convenção nacional comprometidos com um candidato presidencial devem, em boa consciência, reflectir os sentimentos daqueles que os elegeram."

No entanto, se essa "boa consciência" viesse a ditar uma mudança na convenção de 19 de Agosto, ninguém garante que a maioria dos delegados se inclinasse para Kamala Harris sem esta ter sido indicada pelo Presidente para a substituir. É, por isso, que o cientista político David Faris, na revista *online Slate*, colocou a hipótese de o Presidente apresentar a demissão da Casa Branca para Kamala Harris assumir o cargo a tempo de chegar à convenção com a legitimidade de chefe de Estado.

Como defende Faris: "Uma Presidente Harris teria seis semanas para gerar impulso, reforçar a coligação do partido e apoiar-se na importância inerente à presidência. Livre dos constrangimentos da vice-presidência, poderia provar que muitos dos que duvidam das suas capacidades políticas estão errados."

Le Pen, Trump, Putin: o pesadelo europeu

Análise

Teresa de Sousa

1. O efeito imediato do debate de quinta-feira à noite entre Joe Biden e Donald Trump não poderia ter sido mais violento. Não pelo comportamento habitual do anterior Presidente, com a sucessão de falsidades e de delírios que lhe são habituais, mas pelos sinais físicos da fragilidade de um homem de 81 anos cuja primeira metade do mandato presidencial se revelou uma das mais transformadoras da história recente. Internamente, conduzindo a economia americana numa transição para um ambiente geoeconómico internacional em profunda mutação, garantindo um crescimento económico invejado em todo o mundo, mantendo a supremacia tecnológica, lançando as bases para a transição ambiental. Externamente, enfrentando um cenário impensável do regresso da guerra ao território europeu, uma crescente turbulência internacional e a necessidade de conter o expansionismo chinês, cada vez mais agressivo, através da consolidação das alianças dos EUA na Europa e na Ásia-Pacífico.

A única questão em aberto era o seu desempenho. Biden precisava de contrariar as dúvidas sobre as suas capacidades físicas e mentais para liderar o país mais poderoso do mundo nos próximos quatro anos. A sua evidente fragilidade, que a televisão não perdoou, foi o que ficou do debate. Não foram as mentiras de Trump sobre a América, "um Estado falhado", ou sobre a sua visão unilateralista do mundo, pouco relevantes num ambiente político que é hoje dominado pelas redes sociais e pelas *fake news*, em que a opinião pública se alimenta sobretudo de percepções e não de factos. O novo Partido Republicano destruiu o velho e é hoje o partido do culto de Trump. As falsidades do anterior Presidente colhem em boa parte do eleitorado, alimentando o medo e convidando ao isolamento. "Biden vai levar a América para a uma III Guerra Mundial" é, porventura, uma das mais fortes.

Sucederam-se os prognósticos catastrofistas. Deu-se a reeleição de Biden como perdida. Os democratas entrarem em modo de pânico e os republicanos MAGA em modo de euforia. A Europa congelou. O resto do mundo ficou na expectativa. Putin esfregou as mãos de contente, bem como os seus aliados de Pyongyang ou de Teerão. Faltam ainda sondagens pós-debate e falta acalmar os ânimos. O que não quer dizer que o debate não tenha sido uma peça fundamental da corrida presidencial e que a probabilidade de uma vitória de Trump não tenha aumentado.

Será difícil convencer Biden a desistir antes da Convenção que deverá oficializar a sua candidatura, em Agosto, embora não faltem outros potenciais candidatos no Partido Democrata. É impossível? Kamala Harris não se conseguiu afirmar como uma substituta à altura. Muita coisa pode ainda acontecer até ao dia das eleições. Dizer que já está tudo decidido é, certamente, ir longe de mais.

2. Imaginemos, por um instante, o que teria sido para a Europa se Trump estivesse na Casa Branca quando Putin decidiu invadir a Ucrânia. Basta recordar que, durante o seu mandato, suspendeu o fornecimento de armas a Kiev para obrigar Zelensky a "denunciar" alegadas irregularidades do então candidato Biden em negócios realizados naquele país. O caso mereceu-lhe um processo de *impeachment* que não passou. Nunca escondeu a sua amizade e admiração pelo Presidente russo. Ameaçou abandonar a NATO. A União Europeia teria, muito provavelmente, sido impotente para ajudar a Ucrânia a defender-se. Ter-se-ia rendido ao *diktat* do Kremlin. Onde estaríamos hoje? Zelensky foi, com certeza, o líder europeu mais atento e mais preocupado com o desenrolar do debate. O que não quer dizer que a maioria dos líderes europeus não tenha sentido que o seu pior pesadelo ficou um pouco mais próximo de se realizar.

Gedeon Rachman recordou um artigo, publicado no *Financial Times* em Setembro de 2015, no qual confessava que "o seu maior pesadelo" era ver Trump na Casa Branca, Marine Le Pen no Eliseu e Vladimir Putin no Kremlin. Para a Europa, o pesadelo nunca esteve tão próximo de se transformar em realidade.

3. Um segundo mandato de Trump teria, provavelmente, consequências ainda mais negativas do que o primeiro. O anterior Presidente sonha com a vingança contra todos os que, dentro ou fora do seu país, lhe fizeram frente – é este o seu principal objectivo, para além da possibilidade de perdoar-se a si próprio pelos crimes que cometeu. Mas, sobretudo, porque a realidade internacional é hoje ainda mais instável e mais perigosa. Com duas guerras na Europa e no Médio Oriente que visam, em última instância, enfraquecer o Ocidente e o que resta da ordem internacional criada pelos EUA no pós-guerra. Com a consolidação da aliança entre Moscovo, Pyongyang e Teerão sob o alto patrocínio da China, a única potência com capacidade para aspirar a uma ordem global alternativa. Com as potências "não alinhadas", como a Índia ou o Brasil, a fazerem "jogo duplo" para aumentar o seu peso intencional. E com uma Europa que joga o seu destino na guerra da Ucrânia, que não está em condições de dispensar a aliança transatlântica e que se vê enfraquecida por dentro pela ascensão de partidos de direita extrema e radical, eurocépticos e nacionalistas, mais tentados a pactuar com Putin e com Trump do que com a defesa das democracias e da ordem liberal. A França é o pesadelo adiado de Rachman — o maior pesadelo europeu a que a eventual reeleição do candidato republicano daria contornos ainda mais sinistros.

A evidente fragilidade de Biden, que a televisão não perdoou, foi o que ficou do debate. Não foram as mentiras de Trump sobre a América

4. Passaram dois anos e meio sobre a invasão da Ucrânia. Apesar das hesitações e dos contratempos, a União Europeia consegui manter-se unida e aumentar progressivamente o seu apoio a Kiev. A administração Biden foi fundamental para que isso acontecesse. O constante reforço da NATO, incluindo na sua fronteira leste, é decisivo para dissuadir Putin de aventurar-se em novas agressões. A eleição de Trump seria uma colossal incógnita, para não dizer uma ameaça quase fatal.

Na Ásia-Pacífico, a China sentir-se-ia mais à-vontade para ameaçar Taiwan, para intimidar as democracias regionais e para provocar os países ribeirinhos do mar do Sul da China, que consolidaram as suas alianças com Washington. Trump nunca se comprometeu com a defesa de Taiwan. Pelo contrário, acusa Taipé de concorrência comercial "desleal". Para o anterior Presidente, a única coisa que conta são as transacções comerciais e os dólares que a América "gasta" a proteger a segurança dos seus concorrentes.

A Europa ficaria sozinha também perante a China, num mundo em crescente desordem. O que tem a fazer é desejar o melhor e preparar-se para o pior.

Jornalista

JORGE SILVA/LUSA

Espaço público

O mundo está velho para Biden

Editorial

David Pontes

Mesmo um Joe Biden mais fresco e mais articulado teria dificuldades em vencer neste mundo velho, com ressonâncias de tempos passados

Com os olhos naquilo que amanhã se pode passar eleitoralmente em França, não é muito difícil alvitrar que o mundo está a ficar muito velho para um centrista e moderado como Joe Biden.

A confirmarem-se as previsões, o centro está em modo de eclipse e os votos podem dividir-se por um novo normal, com os extremos a ocuparem todo o espaço, distribuídos entre a Frente Nacional de Marine Le Pen e o NUPES (Nouvelle Union Populaire Écologique et Sociale) impulsionado por Jean-Luc Mélenchon.

Se nos Estados Unidos os republicanos já se transformaram num partido radical, com um líder com um discurso que não foge a muitos dos parâmetros da extrema-direita, os democratas conseguiram manter o seu pendor moderado, graças à vitória de Biden para candidato presidencial, que mesmo vencendo os seus adversários internos posicionados mais à esquerda, como Bernie Sanders ou Elizabeth Warren, nunca os alienou. Aquilo que fazem os líderes.

Num outro mundo, num outro tempo, um Presidente que conseguisse manter tão baixos níveis de desemprego, uma economia em crescimento, que conseguisse controlar a inflação, tudo coisas que Biden fez, poderia contar com os favores dos eleitores. Com um mandato em que aprovasse importantes planos para o investimento em infra-estruturas, para o combate às alterações climáticas, e ainda expandisse os cuidados de saúde, poderia pensar que conquistar um segundo mandato não era uma subida ao Evereste.

Especialmente se do outro lado estivesse, como está, um candidato que mente como respira (como se viu no debate de quinta-feira), que instigou um assalto ao órgão legislativo norte-americano e que foi condenado num processo-crime, algo inédito na história dos Estados Unidos.

Mas as sondagens continuam a dar Donald Trump à frente e o debate entre os dois candidatos não foi de molde a inverter a tendência, porque também é preciso ser claro: os democratas têm um problema grave com a idade do seu candidato.

Mesmo um Joe Biden mais fresco e mais articulado teria dificuldades em vencer neste mundo velho, com ressonâncias de tempos passados. Mas ao falhar tão estrondosamente como o fez perante o seu adversário, o democrata instalou entre os seus próprios fiéis a dúvida de que ele tenha capacidade para prosseguir por mais quatro anos. Este problema humano já há muito tempo que era patente e que poderia ter sido encarado, mas os democratas optaram por prosseguir. Já ninguém tem a certeza de até onde conseguirão chegar.

CARTAS AO DIRECTOR

Carmo Afonso

Foi com surpresa e mágoa que li a última crónica de Carmo Afonso no PÚBLICO, precisamente por ser a última. Se bem que pertençamos a campos ideológicos que se encontram nos antípodas, era sempre com interesse e amiúde com prazer que lia as suas crónicas. E não raras vezes me identificava com as suas posições. Carmo Afonso é uma cidadã de princípios e sem papas na língua. A sua ausência vai deixar um vácuo no mundo da opinião e vai ser certamente sentida por muitos. Para ela vão os meus melhores votos.
Ronald Silley, Canadá

Lamento

Ontem, ao comprar o PÚBLICO como sempre, fui logo ler a crónica de Carmo Afonso. Para meu espanto, verifiquei que esta cronista vai deixar o "nosso" jornal. Este periódico tem-se pautado sempre por dar acesso a cronistas de várias tendências, o que é muito do meu agrado e que me leva sempre a comprá-lo. Assim posso comparar ideias. Carmo Afonso é uma das cronistas de que mais gosto, devido às suas ideias, e vai ao fundo dos problemas. Por isso, tenho pena de que vá embora. Tenho muito que lhe agradecer.
Jerónimo Teixeira Colher, Santo António dos Cavaleiros

Lamento

Lamento que deixe de existir a crónica de Carmo Afonso no PÚBLICO. É uma das colunas que primeiro leio e que mais me agradam.
Ana Paula dos Santos, Porto

O final das Sementes...

Em meu nome e de todos quantos apreciam a imparcialidade, ou a sabedoria, ou, pelo menos, a qualidade do que se escreve neste jornal, tendo lido que ontem, finalmente, se despediu deste jornal a mais parcial e mesmo a mais pobre das crónicas que nele foram publicadas, e que, em vez do nome "Sementes de Alfarroba" se deveria chamar "Sementes do Joio", próprias não dum jornal que se quer de qualidade mas sim talvez do *Avante!*, apesar de tardiamente, não posso deixar de lhe agradecer tão boa notícia. Assim, e tendo em vista que podemos dizer adeus a tão fraca e petulante contribuição jornalística, mesmo do ponto de vista da qualidade literária, só tenho de agradecer. Nem todos os dias são maus!
Manuel Vicente A. Teixeira, Arouca

A ironia de um adeus, ou um gravoso vácuo?

Sou leitor do PÚBLICO desde o seu primeiro número, e sempre destaquei o seu referencial de informação aberta e análise plural. Por isso, é com estupefacção que leio a crónica de Carmo Afonso intitulada "*... E aceitem um adeus*": não quero acreditar que uma voz progressista que ao longo de dois anos nos habituou a uma visão-outra da "coisa política", uma voz assumidamente à Esquerda, por certo incómoda para muitos interesses mas sempre atenta, clara e incisiva (e inteligente), vai deixar de ser lida na última página do nosso jornal!

Se assim for, ficamos todos mais pobres - tal como ficaríamos, se, em vez de Carmo, deixássemos subitamente de ler as crónicas de João Miguel Tavares, que são, tal como estas, um permanente convite a discutir e pensar a causa pública, revisando ideias feitas, mesmo gerando discordâncias.

Neste caso, é de uma voz à Esquerda que se trata, pelo que a sua ausência será por de mais gritante, sobretudo quando, em tempos de ascenso das ultradireitas mais xenófobas (internamente, e à escala mundial), se impõem vozes consequentes para defender os valores da Democracia e, em última grande linha vermelha, a Constituição de Abril, ameaçada como nunca o foi. Ora os artigos de Carmo sempre apontaram para a defesa e aprofundamento dessas conquistas.

Nos 50 anos da Revolução, em que os próprios valores do Humanismo (hoje grosseiramente caricaturizados por alguns!) estão em perigo face à crescente insensibilidade que grassa, nunca foi tão importante o pulmão social, e a cultura de partilha, pilares constantes nestas crónicas que agora cessam. O país progressista precisa dessa visão inconformada, capaz de enfrentar velhos e novos ventos ultraliberais sem freios e, pior ainda, a feroz desmemória cirurgicamente plantada através de campanhas com finalidades precisas.

Desde as suas primeiras crónicas, Carmo Afonso defendeu o que de melhor significa o 25 de Abril. São artigos que sempre enfrentaram interesses estabelecidos, os mesmos que nunca deixaram de conspirar, na sua imprensa, nos seus *media* e com os seus *fakes*, para menorizar a data histórica, combater as suas conquistas sociais, culturais e constitucionais e afirmar, mais ou menos às claras, um desejo saudosista de *révanche*, visando aquilo a que chamam "sistema" e mais não é que o regime que em hora feliz derrubou o Estado Novo salazarista. Em suma: este é um Adeus! de que não precisamos.
Vítor Serrão, Santarém

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A ausência de evidência não significa evidência de ausência
Carl Sagan

O NÚMERO

32

Um crédito à habitação de 150 mil euros terá redução de 32 euros na revisão do contrato em Julho, se estiver associado à Euribor a 12 meses. A poupança será de 17,98 euros e 19,24 euros nos casos das taxas a seis e a três meses, respectivamente

A escolha facílima

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

É muito engraçado. Uns não vêem televisão e espantam-se que se decida o voto com base num único debate televisivo.

Têm razão. Muitas pessoas, que passaram os últimos anos a ler centenas de artigos e de livros sobre Joe Biden e Donald Trump, acham estranhíssimo que se dê importância à televisão.

Para outros, ver televisão é tão arcaico como ler livros e preferem ver excertos humorísticos do debate. Depois votam em Biden ou em Trump, ou não se dão ao trabalho de ir votar – mas as impressões que depois decidem o voto foram colhidas nesses excertos humorísticos que viram.

A perspectiva humorística, que é cada vez mais poderosa em todas as eleições, não só é importante, como inescapável. Facilmente se imagina uma rábula em que Statler e Waldorf, os dois velhotes dos Marretas que estão sempre a marrar um com o outro, se põem a discutir qual dos dois é que está menos senil.

Já na eleição anterior me queixei da pobreza da escolha entre Trump e Biden. Agora a escolha ainda é mais assustadora – sobretudo para quem não pode votar nem num nem noutro, por não ser cidadão dos EUA.

Uma coisa continua a ser certa: Trump é muito pior do que Biden, porque não se apoia nos conselheiros, não respeita nem a inteligência nem a cultura, é um bárbaro e um narcisista, descontrolado e vingativo.

As brancas de Biden não têm importância nenhuma: ele está apoiado por grandes cabeças, frias e ponderadas. O que interessa em Biden são as coisas mais importantes: é a decência, a experiência democrática, o respeito pelas diferenças e pelas liberdades.

Biden não é um selvagem. Biden não despreza os colaboradores. Biden atrapalha-se quando quer mentir. Biden tem vergonha na cara. Biden conhece o sistema político americano como ninguém. Sabe tirar partido dele para moderar os ânimos dos extremistas. É um moderado, um apaziguador, um bem-disposto, um sentimental, um gajo porreiro.

Acaba por ser uma sorte, para votar contra Trump, poder votar em Joe Biden.

ZOOM LONDRES

HANNAH MCKAY/REUTERS

O grupo activista Reclaim Croydon ocupou um edifício vazio em Croydon, mas os ocupantes já foram expulsos. O colectivo faz estas acções com o objectivo de fornecer uma solução comunitária para um mercado da habitação em crise

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

Assange: o fim de uma saga?

Escrever Direito

Francisco Teixeira da Mota

Uma coisa é certa: há numerosas questões e imbróglios jurídicos que se levantaram com esta odisseia e que não foram resolvidos com o acordo judicial celebrado na pequena ilha de Saipan, no Pacífico.

Assange – e muito bem – evitou os 175 anos de prisão a que poderia ser condenado se viesse a ser extraditado para os EUA e julgado e condenado pelos 18 crimes por que estava acusado, mas, por outro lado, não foi absolvido em julgamento nem o Departamento de Justiça norte-americano deixou cair a acusação. Ao celebrar o acordo, Assange aceitou que praticara um crime de conspiração para obter e divulgar informações sobre a defesa nacional à luz de uma lei sobre espionagem de 1917. Isto é, a defesa do interesse público e da liberdade de expressão, como causas justificativas dos seus actos, não prevaleceu na ordem jurídica norte-americana.

Claro que a administração norte-americana, ao celebrar este acordo, não foi insensível a estes argumentos. Veja-se, por exemplo, que a Administração Obama não procurou criminalizar Assange, o que só veio a ser feito, anos mais tarde, pela Administração Trump. E, parece-me, também, desnecessário referir o peso da opinião pública e dos mais importantes órgãos de comunicação social internacionais que evidenciaram o ataque à actividade jornalística que representaria uma condenação criminal de Assange.

Assange aguardava, agora, a decisão definitiva dos tribunais ingleses sobre a sua extradição para os EUA. A sua defesa, neste último recurso apresentado, viu aceites – para serem discutidas em tribunal – duas linhas de argumentação em defesa da não-autorização da extradição: a primeira, a de que a sua extradição seria incompatível com o seu direito à liberdade de expressão, tal como se encontra garantido pelo artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, enquadrando toda a sua atuação na plataforma *WikiLeaks* na sua qualidade de jornalista; e a segunda linha de argumentação no facto de Assange ser vítima de discriminação. já que, não sendo cidadão dos EUA, não poderia invocar, nos tribunais norte-americanos, a liberdade de expressão prevista na Primeira Emenda à Constituição dos EUA.

Como é evidente, com este acordo, tais questões já não serão discutidas, tendo já o Crown Prosecution Service emitido um comunicado dando notícia de que o processo de extradição, que se arrastava há quase 14 anos, primeiro a pedido das autoridades suecas e, depois, das autoridades norte-americanas, chegara ao seu fim.

Um dos principais argumentos das autoridades norte-americanas para justificar os denodados esforços no sentido de levar Assange a tribunal eram os alegados danos causados a terceiros com a divulgação pela *Wikileaks* da documentação secreta dos EUA. Na verdade, a administração norte-americana referiu sistematicamente que a divulgação não-tratada de tal informação, nomeadamente não tendo sido apagados os nomes, pusera em risco a vida de seu colaboradores no Iraque e no Afeganistão. No entanto, tal acusação nunca foi comprovada e a juíza Ramona Villagomez Manglona, em Saipan, ao homologar o acordo, afirmou expressamente: "Há outro facto significativo – o Governo indicou que não há nenhuma vítima pessoal neste caso. Isso diz-me que a disseminação desta informação não resultou em qualquer dano físico conhecido"...

As revelações da *WikiLeaks* permitiram o conhecimento público de inúmeras realidades que merecíamos saber

Tal como já referi aqui, "os lançadores de alerta ou denunciantes (*whistleblowers*) não mudam o mundo, mas permitem-nos ver o mundo a uma outra luz" e, normalmente, pagam um pesado preço por esse serviço público. As revelac o es da *WikiLeaks* permitiram o conhecimento público de inúmeras realidades que merecíamos saber e que vão desde o famoso vídeo de um helicóptero militar dos EUA que mostrava o assassinato de civis em Bagdade, passando por documentos relacionados com a guerra no Afeganistão que revelaram que o Exército americano matou centenas de civis em incidentes não-registados e por documentos relativos à guerra do Iraque que revelaram que prisioneiros tinham sido torturados pelas forças iraquianas. As mensagens de diplomatas norte-americanos que pretendiam recolher informações "biográficas e biométricas" – incluindo análises da íris, amostras de ADN e impressões digitais – de funcionários-chave da ONU também não serão irrelevantes ou, ainda, as mensagens de *emails* da Sony Pictures que, entre outras coisas, revelaram que as actrizes Jennifer Lawrence e Amy Adams tinham recebido uma remuneração inferior à dos seus colegas masculinos no filme *American Hustle*...

Feitas as contas, parece-me que os *whistleblowers*, ao longo dos anos, têm contribuído para um mundo com mais luz.

Advogado. Escreve ao sábado

Do Manifesto dos 50 até à Agenda Anticorrupção

João Correia

As preocupações são legítimas e justificam-se.

Todos sabemos que a justiça (no seu todo) não se modernizou e, muito menos, se democratizou.

É certo que os estatutos dos agentes da justiça se aproximaram do texto constitucional de 76, mas também é seguro que o aparelho judiciário sobrevive à reforma de D. Maria II, com pequenas actualizações.

Continuamos, como sempre vivemos, entre dois paradoxos.

I – O primeiro, bem relevante, é o que resulta da divergência (desfocagem) entre a procura da justiça, que o nosso povo reclama, e a oferta de mecanismos judiciários que o Estado proporciona e que não satisfazem aquela procura.

Simplificando: é evidente a desfocagem entre a procura e a oferta.

Vejamos: inexistem meios de resolução judicial de pequenos e médios litígios que são os que importam aos cidadãos.

Assim, como mero exemplo, os conflitos de família, de consumo, de condomínio, de ambiente (para circunscrever a matéria cível), assim como as contra-ordenações e a litigância com a Administração Pública local e estadual, não merecem qualquer solução organizativa hábil à sua resolução.

II – Os tribunais e os diversos direitos adjectivos estão absolutamente desfasados da demanda da justiça, daquela que releva para a cidadania, desde o figurino da malha judiciária até à consagração de um direito adjectivo não rigorista, nem preclusivo, maleável em função da natureza do dissídio.

Naturalmente, a organização judiciária (repito: não longe da reforma de D. Maria II) teria de absorver a plasticidade adequada, eliminando-se a obsoleta divisão do território nacional em quatro distritos judiciais.

De facto, quer a pequena instância cível, criminal e administrativa, quer a criação de uma autêntica segunda instância são incompatíveis com a actual malha judiciária.

Apetece-me invocar a justiça do trabalho e o seu direito adjectivo, que não abandonaram o figurino corporativo do Estado Novo, mas sempre, faça-se justiça, com algumas preocupações actualistas.

III – Mas uma segunda nota se impõe, agora que se verbera a falência da hierarquia no Ministério Público.

Parece que nos esquecemos, quando criámos duas magistraturas paralelas (a judicatura e o MP) que a autonomia dos magistrados se não confunde com o controlo judicial da legalidade das suas intervenções.

É bom de ver, e de concluir, que inexiste qualquer controlo da legalidade da actividade de cada procurador, por exemplo.

A única via, repito, a via de controlo não hierárquico da legalidade, é a via judicial, e não aquele controlo, naturalmente corporativo, virado para dentro e autodefensivo (o que é da sua natureza).

Daí que não se me afigure cientificamente correcto afirmar que o juiz de instrução é um juiz das liberdades. Não o é, e todos sabemos que se trata de mera extensão do inquérito.

Ao juiz das liberdades caberá julgar a legalidade da actividade do Ministério Público, no âmbito da investigação criminal, não a verificação da bem ou mal fundada acusação ou do arquivamento do Inquérito.

Nada mais desfocado da realidade formal e da concreta actuação dos juízes de instrução criminal, quando se defende que o JIC é um juiz da liberdade.

IV – Não se visiona alternativa, senão a extinção do actual modelo de instrução e a sua substituição for um verdadeiro juiz das liberdades, o que significará que à dedução de uma acusação seguir-se-á, exclusivamente, o julgamento, assim se responsabilizando o procurador que dirigir o inquérito, obrigando-o a ir à barra do tribunal defender a sua investigação.

V – Em suma: estes pequenos contributos, a criação de tribunais de pequena e média instância (municipais), a criação de uma verdadeira segunda instância e a eliminação do modelo de instrução criminal são as sugestões que ofereço aos subscritores do Manifesto dirigido e à senhora ministra da Justiça.

VI -–Na proposta do Governo, ou melhor, nas sugestões da ministra, vejo muito reforço do poder, algumas inconstitucionalidades, um ou outro plágio, quebra sensível da cidadania e omissão da eficácia, ou seja, no velho brocardo de Lampedusa, algo mudará para que tudo fique como antes.

Advogado e ex-secretário de Estado da Justiça

A infantilização dos adultos

José Pacheco Pereira

A vida melhorou, sem dúvida, mas ser adolescente toda a vida não dá saúde nem faz crescer

Há demasiadas coisas que passam despercebidas no debate público, com efeitos mais graves do que se imagina. Uma delas foi uma recente medida governativa de favorecimento dos "jovens" na compra de casa estipulando que essa categoria tem o limite dos 35 anos. A idade-çlimite foi aumentada dos 30 para os 35. Parece que este limite de idade, em que ainda se é considerado "jovem", é considerado natural, quando na realidade não só é absurdo como exerce um feito de infantilização cada vez mais acentuado nas novas gerações.

Com 35 anos presume-se que uma pessoa é adulta, nem sequer "jovem adulto", já tomou todas as opções da sua vida, tem trabalho, tem família, filhos, pode ter um curso superior e, presume-se que já está em condições para adquirir um bem caro, que é uma casa. Podemos, como se faz nos dias de hoje, considerar que esse trabalho pode ser precário, a dificuldade de encontrar habitação leva muitos jovens adultos, aqui usado o termo com mais precisão, a continuar a viver em casa dos pais, tudo isso afecta a vida económica e social e tem aspectos novos. Do mesmo modo, tem-se filhos mais tarde, em grande parte pelas dificuldades de iniciar uma vida com autonomia. Tudo isto é verdade, só que, quando se fala de alguém com 35 anos, seja quais forem as dificuldades, estamos a falar de um adulto, alguém que é suposto ter já uma considerável experiência de vida que nada tem a ver com o que fazia aos 20 anos.

Não discuto critérios psicológicos profissionais, nem a psicologia "popular", associada aos *reality shows*, que leva, não sei em que alínea dos códigos deontológicos, psicólogos a participarem numa experiência de ratinhos humanos como é o *Big Brother,* mas discuto uma sociedade em que existe uma espécie de pasta psicológica em que toda a gente está mergulhada, cheia de "estados de alma" que são também uma lucrativa indústria dos nossos dias. O que me interessa é o efeito dessa eterna juventude cujos efeitos sociais, a começar pela autonomia da vida adulta, são perniciosos para a democracia. Sim, para a democracia.

Saint-Just foi guilhotinado com 27 anos, Marx escreveu o *Manifesto Comunista* com 30 anos, Churchill já tinha experiência de guerra com 20 anos, Roosevelt era senador antes dos 30 anos, Camões foi para a Índia com 25 anos, Camilo Castelo Branco escreveu o *Anátema* com 26 anos e já tinha traduzido Chateaubriand, Alexandre Herculano exilou-se e combateu junto com as tropas liberais nos seus primeiros 20 anos, e os exemplos são muitos. Todos estes homens podiam chegar a um banco português e pedir um empréstimo apoiado pelo Governo português como jovens porque tinham menos do que 35 anos. Eram excepcionais e alguns privilegiados? Sem dúvida, mas posso garantir-vos que por trás deles estão milhões de adultos que desde os 15 anos (e já é favor) trabalhavam numa fábrica ou nos campos duramente, viviam com as suas famílias em bairros miseráveis, tinham um monte de filhos e nunca se atribuiriam a qualidade de jovens. Mesmo que a escassa esperança de vida os tornasse adultos mais depressa com a morte mais próxima, garanto-vos também que não tinham vida para se infantilizarem como acontece nos dias de hoje. A vida melhorou, sem dúvida, mas ser adolescente toda a vida não dá saúde nem faz crescer.

Nesta escolha dos 35 anos, que não é certamente científica e que faz parte de uma medida socialmente injusta porque o número desses "jovens" que pensa comprar casa é escasso e são uma elite que mais uma vez é favorecida, está também presente uma moda circulante que é a apologia da "juventude". Esta apologia vai da comunicação social, passa pela política, domina as "artes" e o mundo cultural e tem também um efeito de gerar desigualdades. Ninguém pode com bom senso dizer que a vida dum jovem, aqui sem aspas e não os de 35 anos, é pior do que a dum velho. Mas a moda que inclui um significativo desprezo pelos mais velhos – exemplo é a ideia de que, face a um ecrã de um telemóvel, um jovem que vê bem e um velho que vê mal podem usufruir do domínio do digital – desloca recursos e condições para quem, pela força da idade, tem melhores condições para ganhar mais no início da carreira, pode emigrar, e tem em muito casos uma melhor educação formal. Insisto no formal. As oportunidades são muito maiores, até porque são "jovens" até uma idade em que era suposto sentir a pressão da "vida", mas papás e mamãs, quando podem, ajudam a essa infantilização e o Estado dá-lhes caução.

Não admira que eles vão para o Tik-Tok e este seja o modelo para as encomendas para os "jovens". Faz-se uma exposição ou um evento e lá vem a encomenda: é preciso fazer alguma coisa para atrair os "jovens" que vivem dependurados nas redes sociais. Normalmente é uma qualquer brincadeira digital, sem qualquer valor de conteúdo, superficial até ao limite porque é para gente infantilizada, que fala mal português com o vocabulário circulante reduzido, sem leituras e a quem a escola matou a curiosidade. E se experimentassem tratá-los como jovens adultos ou mesmo adultos? Resulta sempre melhor, mas é puxar para o lado contrário do mundo em que a distracção é a regra, e o trabalho uma maçada dos "velhos".

Historiador. Escreve ao sábado

O ruído do mundo

"Jovem" hoje até aos 35 anos, adulto com 20 anos na I Grande Guerra (Arquivo Ephemera)

O que me interessa é o efeito dessa eterna juventude cujos efeitos sociais são perniciosos para a democracia. Sim, para a democracia

Há psicólogos nas missas, nos festivais de música e nas orgias

Coffee break

Bárbara Reis

No sábado, dei uma gargalhada mal acordei. Um leitor enviou-me o *link* de um *podcast* onde um humorista conta a sua ida a uma orgia.

– Fui a uma festa muito interessante, muito bem feita, muito leve, não há pressão nenhuma, há *workshops*, há uma equipa de voluntários e há psicólogos.

Nesse dia tinha escrito sobre a moda de "psicologizar" e a tristeza de termos saído do estigma da saúde mental (péssimo) para a defesa de um psicólogo em cada esquina (péssimo). O leitor queria mostrar-me um humorista com uma visão parecida com a minha, que simpático. Vi o vídeo e pensei: o homem tem mesmo piada, uma orgia com psicólogos! Nada como o humor para, com uma bela hipérbole, pôr o dedo na ferida.

Divertida com a piada, falei do vídeo a amigos e, para meu espanto, todos me disseram "cuidado, isso pode ser verdade, esse humorista fala muito da sua vida sexual". Impossível, pensei. Ao terceiro amigo a dizer a mesma coisa, regressei ao leitor que enviara o *link*: aquilo é uma piada, não é?

– Não, não, ele está mesmo a falar a sério. Os seus amigos têm razão.

Impossível, pensei outra vez. E acabei a telefonar ao humorista.

Caro leitor, é verdade.

Em Maio, o humorista Diogo Faro foi a uma "festa de sexo" no Palácio do Marquês de Tancos, em Lisboa, organizada por uma alemã, são 150 euros por noite e chamam-lhe *"sex-positive parties"*. Contou-me Faro que "há *workshops* sobre massagens eróticas, *workshops* sobre velas quentes e *workshops* sobre sado", "há uma equipa de recepção que explica as regras quando chegamos, há voluntários e há dois ou três psicólogos".

Onde estão os psicólogos? É fácil vê-los porque têm uma pulseira. A pulseira é necessária porque os psicólogos estão "vestidos com a fantasia erótica de acordo com a festa, mas uma fantasia não tão pesada, e isso facilita a identificação".

Porquê psicólogos numa orgia? Faro explica: "Para o caso de alguém se sentir engatilhado, de haver um despertar de um trauma, alguma coisa recalcada, o reactivar de alguma memória traumática. Pelo sim, pelo não, há psicólogos à mão."

Até rima.

Duas coisas espantaram-me nos últimos dias. A primeira foi esta história. Têm razão os que me criticam por "viver numa bolha" – está aqui a prova. Desconhecia que há orgias em palácios quinhentistas no centro de Lisboa e que a moda da psicologia já chegou ao sexo em grupo. A segunda foi o curto-circuito que falar em "moda da psicologia" provocou. "Idiota" foi a coisa mais suave que me chamaram.

Cresci numa bolha – lá está – cheia de psiquiatras e psicólogos, remédios para a saúde mental e pessoas que tinham consultas de um ou dos dois. Hoje a minha bolha é parecida. Dito isto, a psicologia é uma coisa muito séria e necessária, e a moda da psicologia é um tema interessante, mas é velho.

Há anos que se criticam os programas de televisão e canais de YouTube em que psicólogos fazem terapia de casal em directo. Há anos que as redes sociais estão cheias de psicólogos que nos "ajudam" a enfrentar traumas e a conseguirmos saber se temos, também nós, PHDA (Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção) ou Transtorno Obsessivo-Compulsivo. Há anos que se critica a ideia da psicologia como necessidade para todos, na linha do "alimentação, feito; ginásio, feito; terapia, feito". Há anos que se alerta para o risco das más terapias, que trazem malefícios em vez de benefícios. Há anos que se critica o excessivo empurrar de crianças para a terapia. Há anos que se critica a existência das "salas seguras" nas universidades norte-americanas, as *"safe rooms"*, espaços onde os estudantes cujos sentimentos foram feridos ou ofendidos – por razões políticas, religiosas ou outras – se vão deitar no chão, em posição fetal, com lápis de pintar e biscoitos. Se há uma palestra controversa, as *"safe rooms"* ficam cheias. Acho razoável quando oiço psicólogos dizerem que isto é "vitimização das pessoas", "infantilização de jovens adultos", "hipervalorização da vulnerabilidade". Até há psicólogos que há anos defendem que, às vezes, falar continuamente sobre os nossos problemas torna-os piores.

Até a Igreja está preocupada com a moda da psicologia. Há 20 anos, George Carey, arcebispo de Cantuária, criticou "a idolatria pela terapia" e lamentou o facto de "Cristo, o 'Salvador'", estar a ser "substituído por Cristo, o 'conselheiro'".

Daqui aos "coordenadores de intimidade" foi um ápice. Hoje, estes profissionais abundam em Hollywood. Amanda Blumenthal, fundadora da Associação de Profissionais da Intimidade, psicóloga, é descrita como "figura proeminente da nova indústria". Trabalham nos bastidores do cinema, para ajudar os actores a prepararem-se para as cenas sexuais. Estão activos a tentar a atribuição do Óscar para Melhor Coordenação de Intimidade. Não estou a brincar.

Daqui aos "leitores de sensibilidade" que as editoras americanas contratam para ler os livros antes de serem publicados foi um ápice. O que fazem estas pessoas? Uma editora do *Guardian* explicou: "Fazem sugestões editoriais sobre conteúdos que possam ser considerados ofensivos, inexactos ou estereotipados."

Lembra-se de quando o escritor Afonso Reis Cabral escreveu sobre a carta que recebeu de uma editora americana sobre dois dos seus livros? A editora elogiou a "qualidade literária dos romances", mas não os quis traduzir e explicou porquê: "*O Meu Irmão*, que tem como personagem uma pessoa com síndroma de Down, é visto como demasiado duro, franco, o que seja. E *Pão de Açúcar*, escrito por um homem cis tendo por personagem uma mulher trans", foi considerado "problemático por causa do perfil do autor", o que levou "a editora a procurar um 'leitor de sensibilidade' LGBTQI+" e, "não tendo encontrado quem lesse português, declinou publicar".

Afinal, a piada não era uma piada. Ele foi mesmo lá e havia mesmo psicólogos à mão. 'Pelo sim, pelo não'

NELSON GARRIDO

Falar disto é falar da nossa sociedade dominada pela hipervalorização dos sentimentos, em que todos mostram tudo a toda a gente a toda a hora, numa exposição constante dos estados de alma e da intimidade, incluindo a ida a uma orgia.

Um psicólogo em cada esquina é o Rock in Rio ter psicólogos no festival – como teve este ano. É a Jornada Mundial da Juventude ter psicólogos para a missa com o Papa – como aconteceu este ano. Os psicólogos iam preparados para dar "primeiros socorros psicológicos" – estou a citar – caso surgisse "alguma descompensação na área da saúde mental" entre os peregrinos. É a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses pedir mais "esforço" para "disponibilizar apoio psicológico aos funcionários diplomáticos em Lisboa e em posto". É querer que todas as universidades tenham psicólogos clínicos para consulta na própria universidade. É querer psicólogos nas empresas onde há stress e horários difíceis. É a Rádio Renascença ouvir um psicólogo para nos aconselhar sobre como "descansar verdadeiramente" nas férias.

Diz uma jovem psicóloga que trabalha num grande hospital público: "Não gosto desta tendência para a banalização dos problemas da saúde mental. Hoje tudo é um 'trauma', por qualquer coisa 'estou com um *breakdown*', 'estou em *burnout*'."

Isto alimentado por vídeos de psicólogos nas redes sociais: "Estás pronto para embarcar na jornada da autocompaixão?", "Tu és capaz, tu consegues, tu és incrível". Vídeos que recomendam darmos "amor incondicional a nós próprios"; vídeos em que nos dizem "torna-te o amor da tua vida". Há psicólogas que parecem *influencers* e publicam fotografias iguais às das produções de moda, cabelos por A, maquilhagem por B, roupa por C. "Qual é a marca do seu relógio?", pergunta uma seguidora (sim, a psicóloga envia o *link* da marca).

Uma coisa é exigir mais psicólogos no SNS. Em Janeiro, o bastonário da Ordem dos Psicólogos alertou o Presidente da República para a falta de recursos na rede pública e deu dois exemplos onde falta apoio psicológico: nos centros de saúde e nas casas de acolhimento de crianças e jovens. "Continuamos sem conseguir sequer apoiar os mais vulneráveis dos vulneráveis", escreveu Francisco Miranda Rodrigues.

Há uns meses, o SNS só tinha mil dos 26 mil psicólogos inscritos na ordem: 700 nos hospitais e serviços como o combate às dependências, e 300 nos centros de saúde. É muito pouco e é onde fazem muita falta.

Levar a saúde mental a sério é reforçar o SNS com psiquiatras e psicólogos. Não é pedir um psicólogo em cada esquina.

Jornalista. Escreve ao sábado

Não confundir anúncio de medidas com a sua aprovação

Coluna do Provedor

José Alberto Lemos

Um leitor criticou o facto de o PÚBLICO ter dado como medidas finais propostas do Governo que ainda teriam de ser aprovadas no Parlamento

O Governo que resultou das eleições legislativas de Março comprometeu-se a aprovar uma série de medidas num prazo curto, até para tentar obter dividendos eleitorais nas eleições europeias de Junho. Avançou com várias propostas de alterações legislativas a diplomas que tinham sido aprovados pelo anterior executivo e com novas propostas de base.

À medida que foram sendo anunciadas nos primeiros 60 dias de governação, foram noticiadas pelos *media* com o destaque que se justificava. Incidiram sobretudo na área da habitação, mas também na área fiscal em geral.

Acontece que o Governo é minoritário na Assembleia da República (AR), como se sabe, e as medidas tinham de passar no crivo parlamentar antes de verem a luz do dia. Algumas delas, aliás, sofreram alterações substanciais no Parlamento a ponto de reflectirem mais as concepções de partidos da oposição do que do próprio executivo.

Ao noticiar o anúncio pelo Governo de algumas dessas medidas, o PÚBLICO nem sempre teve em conta essa realidade parlamentar e deu-as por vezes como definitivas quando se tratava apenas de propostas que ainda teriam de ser aprovadas no órgão legislativo.

Um leitor particularmente atento chamou a atenção do provedor para esse noticiário, apontando para algumas peças recentes em que não houve o cuidado suficiente para distinguir entre um anúncio governamental e uma medida que entrou em vigor.

Na sua mensagem, Vasco Diogo mencionou cinco notícias, quatro das quais sobre medidas para a habitação e uma sobre impostos. Nem todas padeciam do mesmo problema e uma até é dada como um bom exemplo.

O leitor chamou a atenção para uma peça com o título "Governo revoga arrendamento coercivo e contribuição do Alojamento Local", que saiu no *online* de 27/5 e no dia seguinte na edição impressa na Economia, que considera um caso "preocupante". É que "no corpo da notícia apenas se explica que o Governo anunciou um conjunto de iniciativas, não sendo de todo claro se todas, alguma ou nenhuma têm de ser aprovadas pela Assembleia da República ou se são passíveis de aprovação por decreto-lei ou despacho", observou.

NUNO FERREIRA SANTOS

Sobre este caso, a editora executiva Helena Pereira, que editou a notícia para a edição *online*, assume que "podia estar mais completa, acrescentando a explicação sobre como decorre o processo legislativo na Assembleia da República" e recorda que teve como origem "a conferência de imprensa em que o ministro da Presidência explicou o que tinha sido aprovado na reunião do Conselho de Ministros".

Uma das propostas mais emblemáticas do Governo foi sobre o chamado IRS Jovem, assunto que foi objecto de uma pequena notícia no dia 22/5 na edição digital. O título era "Governo aprova IRS Jovem" e antecipava a sua aprovação em Conselho de Ministros no dia seguinte. "Não existe qualquer menção ao facto de esta matéria ser legislação reservada à Assembleia da República", criticou o leitor, com razão.

Também neste caso Helena Pereira foi a responsável pela sua edição no *online*. Afirma concordar com a observação do leitor, reconhecendo que o texto "poderia estar mais completo com a explicação dos passos legislativos seguintes, nomeadamente na Assembleia da República, após aprovação em Conselho de Ministros". E reconhece que o título padece do mesmo problema.

Só quem nunca se defrontou com essas dificuldades – constrangimentos de espaço e de tempo – numa redacção pode pensar que elas são sempre evitáveis ou contornáveis

No entanto, a questão foi noticiada de novo no dia seguinte no *online* e no dia 24/5 no papel, após a sua aprovação no Conselho de Ministros. Desta vez saiu na Economia, assinada pelo jornalista Pedro Crisóstomo, e é um bom exemplo do que deveria ter sido feito nas outras versões. Antes de mais, logo no título salienta que se trata de uma promessa governamental: "Novo IRS Jovem arranca em 2025 e traz descida de mil milhões, promete Montenegro". É uma "notícia mais precisa" porque "o título deixa mais claro que se trata de uma promessa e não de algo já aprovado ou que garantidamente irá acontecer", anotou o leitor.

Além disso, "o autor deixa também claro logo na primeira linha da notícia que o Parlamento tem de aprovar a ideia apresentada, sendo esta ideia reiterada várias vezes" ao longo do artigo, observou. De facto, a primeira frase da peça é "Se o Parlamento aprovar a ideia ontem apresentada pelo Governo...", o que não deixa quaisquer dúvidas a quem lê.

Numa outra notícia saída apenas na edição digital do dia 28/5, o problema residiu no título, que dizia "Governo alarga isenção de mais-valias à venda de casa comprada há 12 meses". Para o leitor, "não reflecte a verdade com precisão, porque o que o Governo fez não foi alargar a isenção, mas sim apresentar uma proposta para alargar a isenção". A notícia clarifica que se trata de uma proposta de lei, que "terá de ser validada no Parlamento, por ser matéria legislativa reservada da Assembleia da República". Ainda assim, o leitor considerou "ser preocupante a imprecisão do título, porque ninguém ignora que muitos leitores apenas lêem os títulos, pelo que estes devem ser o mais precisos e informativos possível", recomenda.

O editor da Economia, Pedro Esteves, concede que "é verdade que se justificaria explicitar que se trata de uma proposta", que isso "está na notícia", mas sublinha que "foi necessário sacrificar o título nessa parte sob pena de não ser possível sequer identificar a medida, dada a extensão da sua descrição". Por vezes, os constrangimentos de espaço obrigam a simplificações nos títulos, argumenta, num caso em que isso parece aplicar-se.

No chamado "pacote da habitação", uma das notícias que tiveram mais destaque saiu no dia 14/5, foi manchete do jornal e abriu a secção de Economia. Nela se anunciava que as "Famílias com novos contratos para a mesma casa vão manter apoio à renda", mas também faltava qualquer menção à necessidade de aprovação parlamentar. Neste caso, a notícia informava que o Governo se comprometera a publicar um diploma nos próximos 30 dias para corrigir uma falha na lei já existente. O que levou o editor da Economia a garantir que "o título está fiel ao espírito da iniciativa legislativa", que dispensará aprovação parlamentar.

Em jeito de conclusão, o leitor Vasco Diogo recorda que "os títulos das notícias não devem deixar de ser precisos e rigorosos em prol da brevidade, especialmente quando isso pode levar o leitor a conclusões erradas. Os exemplos acima demonstram que outro critério foi tomado pelos seus autores. As clarificações, quando presentes no corpo das notícias, não são suficientes para servir de correcção a um título equivocado, especialmente quando muitos leitores se limitam a ler títulos e *leads*."

Em defesa das peças que editou na sua secção, Pedro Esteves garante que "o princípio utilizado na Economia é, sempre que possível, ser o mais rigoroso possível na apresentação dos temas tratados noticiosamente". Mas admite: "Também é verdade que, por vezes, cometemos erros de simplificação, com constrangimentos de espaço, de tempo ou até de síntese editorial. E procuraremos sempre fazer melhor, apelando também ao compromisso dos leitores de não se ficarem apenas pelos títulos das notícias."

Se o apelo aos leitores para que não se fiquem apenas pelos títulos é aceitável mas parece pouco realista, já a invocação dos constrangimentos de espaço e tempo que levam, por vezes, a erros de simplificação faz sentido e é bastante realista. Só quem nunca se defrontou com essas dificuldades numa redacção pode pensar que elas são sempre evitáveis ou contornáveis. E sublinho o sempre.

De resto, nestes casos levantados com argúcia pelo leitor, a secção de Economia fez sempre a distinção entre anúncio/promessa e medida efectiva, tendo cometido apenas imprecisões em títulos. Já o mesmo não se pode dizer em relação à secção de Política, onde essa distinção esteve sempre ausente, quer no corpo das notícias, quer nos títulos. O que resulta um pouco paradoxal, já que é justamente nesta secção que deveria haver maior consciência e preocupação em explicar aos leitores os mecanismos de funcionamento legislativo do país. São atributos que têm de estar presentes nesta secção, mais do que em qualquer outra. Mas, neste caso, não estiveram, o que se lamenta.

provedor@publico.pt

Miguel Albuquerque não sai de cena e Madeira caminha para novas eleições

Mais depressa há novas eleições do que Miguel Albuquerque abdica, promete o PSD- Madeira, enquanto o Chega continua a querer a substituição do presidente do Governo Regional

Rui Pedro Paiva

A Madeira continua envolta num imbróglio político que parece cada vez mais difícil de resolver. Apesar da insistência do Chega em exigir a saída de Miguel Albuquerque, no interior do PSD-Madeira a substituição na liderança do Governo Regional é inegociável. Com as soluções a esgotarem-se, caso não exista uma reviravolta nas posições dos partidos, começam a perspectivar-se novas eleições antecipadas.

Devido à proximidade do último acto eleitoral, a Madeira só poderá ir a votos no final de Janeiro de 2025 – isto numa altura em que a região continua sem Orçamento aprovado para este ano. Fontes próximas da liderança do PSD-Madeira asseguram ao PÚBLICO que só existem duas soluções para solucionar a crise política: ou o Chega cede e viabiliza o programa do governo ou a região parte para novas eleições.

Albuquerque ainda ensaiou uma fórmula para chegar à maioria com os votos do PSD (19 deputados), do CDS-PP (dois deputados), do PAN (um), da Iniciativa Liberal (um) e de uma deputada do Chega, Magna Costa, que já furou a disciplina de voto durante a legislatura. Contudo, o voto de abstenção anunciado pelo deputado liberal ontem parece ter deitado por terra a hipótese. Para chegar à maioria no hemiciclo madeirense, são necessários 24 parlamentares. PS e JPP têm 11 e nove deputados, respectivamente.

A responsabilidade está, assim, do lado do Chega (quatro deputados), que tem mantido um "braço de ferro" com o PSD, expressão utilizada pelo próprio líder regional. Miguel Castro tem assumido uma posição dúbia ao longo das negociações: primeiro mostrou disponibilidade para aprovar o programa de governo caso as propostas do partido fossem incluídas, depois recuou e voltou a exigir a saída de Albuquerque. "Num braço-de-ferro há sempre um que ganha e um que perde", assumiu Castro.

No PSD-Madeira, sabe o PÚBLICO, o afastamento de Albuquerque não está em cima da mesa, nem por parte da direcção, nem da oposição interna. Na cúpula do partido, o argumento é que Albuquerque ganhou todas as eleições que disputou (internas, nacionais, regionais e europeias), apesar de ser arguido por suspeitas de corrupção. Além disso, os membros do Governo Regional garantem lealdade ao líder, que ontem voltou a rejeitar sair de cena: "Essa ideia peregrina de abdicar, eu não abdico de nada, fui sufragado e respeito a vontade do povo", atirou.

Internamente, a oposição espera para ver. Os apoiantes do candidato derrotado Manuel António Correia defendem que esta crise política era previsível e que cabe a Albuquerque, enquanto responsável pelo impasse, resolver a situação. Os descontentes não ensaiam movimentações e descartam, para já, a marcação de um congresso extraordinário, possibilidade levantada na imprensa regional.

O PSD-M, contudo, ainda não desistiu de tentar convencer o Chega a viabilizar o programa do governo com uma abstenção. Os sociais-democratas têm vindo a acenar com eventuais prejuízos eleitorais a recair sobre o partido que provocar novas eleições e querem pressionar o Chega, garantindo um voto favorável de Magna Costa.

O líder regional do Chega já anunciou que não vai existir liberdade de voto na votação do programa (ao contrário do que aconteceu para a mesa da assembleia), mas Magna Costa já mostrou não ter receio em desalinhar da restante bancada. A deputada, antiga militante do PSD, foi a única a votar contra a distribuição das áreas pelas comissões parlamentares acordada entre os partidos. "Admito que não consigo mandar na cabeça dessa senhora deputada", reconheceu Miguel Castro, quando questionado sobre a possibilidade de Magna Costa votar a favor do documento. Sem cedências de parte a parte, o braço-de-ferro pode originar a terceira eleição regional em menos de ano e meio.

HOMEM DE GOUVEIA/LUSA

Líder do Governo Regional sabe que não poderá haver novo acto eleitoral até Janeiro de 2025

Novo programa até 6 de Julho

Miguel Albuquerque vai ter de apresentar um novo programa do governo até 6 de Julho, depois de ter retirado a primeira proposta (que estava na iminência de ser reprovada) e ter anunciado a abertura de uma ronda negocial com os partidos.

Segundo o Estatuto Político da Madeira, o programa do governo é "apresentado à Assembleia Legislativa Regional, no prazo máximo de 30 dias a contar do acto de posse do presidente do Governo Regional, sob a forma de moção de confiança". O estatuto não faz referência ao número de vezes que o programa pode ser apresentado, nem esclarece as consequências de uma reprovação. Apesar de o Estatuto da Madeira prever a demissão do executivo no caso de aprovação de uma moção de censura, nada diz em relação à rejeição de uma de confiança. A omissão foi salientada pelo Representante da República quando se pronunciou pela primeira vez sobre a crise política. "Nunca poderá ser o Representante da República a retirar consequências políticas dessa não-aprovação, pois, como se sabe, o Governo Regional assenta exclusivamente na Assembleia Legislativa".

Causa Pública e o "programa para a esquerda que é esquerda"

São José Almeida

Jorge Costa, dirigente do Bloco, analisa os sinais europeus, sobre a crise de afirmação da esquerda

A crise da esquerda e a diminuição do seu espaço de representatividade eleitoral, em Portugal e na Europa, estará em debate, hoje, em mais um Fórum Causa Pública, dedicado ao tema "Nos 50 anos de Abril, a esquerda e a disputa pela hegemonia".

Dividido em três sessões, o Fórum Causa Pública vai debater "O futuro do progressismo", "Novas agendas, movimentos sociais" e arranca, logo de manhã, com o debate sobre "Quem politiza o mal-estar social", com Alexandra Leitão (PS), António Filipe (PCP), Daniel Oliveira, Isabel Mendes Lopes (Livre) e Jorge Costa (BE).

A sessão surge num contexto pós-eleitoral, em que os partidos à esquerda registaram uma tendência de erosão eleitoral. E num momento em que tem havido apelos à convergência dos partidos de esquerda.

Segundo Jorge Costa, dirigente do BE, o futuro deste espaço político, a sua afirmação e convergência dependem de voltar a "ter programa e estratégia para a esquerda que é esquerda". Ou seja, "o debate tem a ver com qual é a política e quem a protagoniza".

Participando como convidado deste movimento, que é presidido por Paulo Pedroso e que integra personalidades de esquerda, algumas do PS, BE, PCP e Livre, Jorge Costa considera que "uma esquerda que não seja capaz de se posicionar com um programa alternativo à liberalização e ao militarismo abrirá sempre campo à extrema-direita". Daí que defenda que "é importante que as forças de esquerda entrem em ruptura com as políticas liberais" e "consigam encontrar formas de diálogo e convergência que não resultem numa integração, numa alternância sem alternativa".

MATILDE FIESCHI

Jorge Costa participa hoje no Fórum Causa Pública

Sem soluções fechadas e assumindo a necessidade do debate entre várias sensibilidades de esquerda, Jorge Costa frisa que "os grandes dilemas e dificuldades existem a nível internacional". Razão pela qual, considera que "o futuro do diálogo à esquerda tem de ser pensado no plano internacional e da evolução dos sistemas políticos, tendo em conta o crescimento da extrema-direita, as guerras e as alterações climáticas".

Alertando para "a forma como a esquerda tem toda enormes dificuldades de afirmar um caminho" e em "disputar" eleitorado com os partidos socialistas e sociais-democratas, reconhece que, "nesse plano, a esquerda tem resistido mal".

Mas admite que a busca de soluções tem de passar pela análise e reflexão de "vários sinais" que estão "a acontecer e que podem servir de guias". Sobre o que correu mal, salienta que "no período mais recente temos dois casos muito paradigmáticos: a Alemanha e a Espanha".

Abordando a situação alemã, em que o SPD (partido irmão do PS) e os Verdes estão no Governo, Jorge Costa salienta que "os Verdes têm o Ministério das Relações Exteriores", ocupado pela sua dirigente Annalena Baerbock, que é uma das "pontas-delança do militarismo, quer em relação à Ucrânia, quer em relação a Israel".

E defende que essa posição "contribui para a escalada" de guerras, ao que acresce, frisa, que "a Alemanha é o segundo fornecedor de armas a Israel, a seguir aos Estados Unidos". Isto para concluir que os Verdes alemães, hoje em dia, "têm um discurso militarista", o que classifica como "o fracasso dos Verdes, que estão "à direita até do SPD".

Outro exemplo, que vê como negativo para a esquerda, é o caso da Espanha, em que "o Sumar não conseguiu criar espaço político próprio, pela forma como se integrou no Governo do PSOE". O Somar integra o Governo liderado pelo líder do PSOE, Pedro Sánchez, depois da assinatura de um acordo, em Outubro de 2023. Yolanda Díaz, líder do Sumar, é, desde então, vice-presidente do executivo espanhol e ministra do Trabalho, mas demitiu-se da direcção da coligação dos partidos de esquerda, devido aos maus resultados nas europeias.

De forma mais positiva, a olha para as legislativas em França, onde a esquerda se uniu agora na Nova Frente Popular e "há uma alternativa, que tentará travar a extrema-direita". O que foi possível, garante, porque esta coligação "vem da construção de uma alternativa, como fez Jean-Luc Mélenchon, ao fundar a França Insubmissa", em 2016, partido que integra agora a coligação. E conclui: "A França Insubmissa apresentou um programa alternativo."

CPI: audição ao advogado acabou por ser suspensa

Joana Mesquita

Advogado da mãe das gémeas recusou-se a responder às questões dos deputados, invocando um parecer da Ordem

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao caso das gémeas suspendeu, ontem, a audição ao advogado da mãe das crianças, depois de este se ter recusado a responder às questões dos deputados, invocando um alegado parecer da Ordem dos Advogados que não lhe permitia depor. Wilson Bicalho, advogado da mãe das gémeas tratadas com o medicamento Zolgensma no Hospital deSanta Maria, ainda tentou que a sua audição fosse à porta fechada, mas o pedido foi recusado por todos os deputados. A sessão acabou suspensa pelo presidente da CPI, que considerou o comportamento do advogado "inaceitável", já que o documento não foi entregue aos serviços da comissão.

No final da sua intervenção inicial, Bicalho lembrou que está "obrigado ao sigilo profissional" e, por isso, alegou não poder responder a questões. O advogado invocou também o direito à imagem para que a sua audição fosse feita à porta fechada, mas todos os deputados votaram favoravelmente a continuação da publicidade.

André Ventura criticou o facto de Wilson Bicalho ter atacado "deputados, comunicação social, justiça" na sua intervenção inicial e agora requerer o fecho da comissão à comunicação social. O líder do Chega, que foi o primeiro deputado a inquirir Wilson Bicalho, ainda tentou perceber quando é que foi o primeiro contacto entre o advogado e Daniela Martins, mas não teve resposta. Bicalho garantiu que fez um requerimento à Ordem dos Advogados para poder depor na comissão, no entanto, esse "pedido foi negado". Nesse sentido, o advogado da mãe das crianças – que já na sua intervenção inicial tinha admitido que se ia remeter ao silêncio – recusou-se a responder a qualquer questão, invocando o parecer negativo da Ordem.

António Rodrigues, do PSD, foi o primeiro a insurgir-se contra a invocação do silêncio de Bicalho e a requerer a suspensão da audição. Os restantes parlamentares concordaram com esta visão e a sessão acabou suspensa por Rui Paulo Sousa, presidente da CPI, que deu a Wilson Bicalho 48 horas para fazer chegar à comissão o documento da Ordem.

Marcelo recusa eleições antecipadas: Portugal "está a aguentar-se bem apesar das crises"

Maria Lopes

Presidente responde a Cavaco Silva que não é possível voltar atrás na História e que esta não se repete, numa alusão a 1985

Comentando dizendo que não comenta, como é seu apanágio, Marcelo Rebelo de Sousa respondeu ontem ao início da tarde ao seu antecessor, Aníbal Cavaco Silva, que defendeu, num artigo no *Expresso*, que o país só conseguirá reformar a economia e crescer se houver um governo maioritário no Parlamento ou capaz de fazer acordos de regime, e para isso são necessárias legislativas antecipadas.

O actual Presidente da República defende que os últimos indicadores económicos mostram "Portugal a aguentar-se bem apesar da substituição do Governo, apesar das crises políticas" e tem confiança na aprovação de um orçamento, pondo de lado a necessidade de novas eleições. E vai aos anos 80 para avisar que "a História não se repete" e que não é possível regressar a 1985, já que o cenário político nacional e internacional é "completamente diferente".

"Não comento o artigo analítico do professor Cavaco Silva. Mas responderia a isso de outra maneira: soubemos hoje [ontem] que a taxa de inflação desceu, por isso está a caminhar bem. Soubemos que as previsões de crescimento estão a caminhar bem, que a taxa de desemprego e do novo emprego criado está em números que em termos europeus são bons. Soubemos que a balança comercial melhorou", descreveu Marcelo Rebelo de Sousa quando questionado pelos jornalistas à saída da entrega do Prémio José Manuel de Mello, no CCB, em Lisboa.

Marcelo Rebelo de Sousa reagiu ontem ao mais recente artigo de opinião de Cavaco Silva

A situação económica actual portuguesa não se afigura ao Presidente assim tão má quanto Cavaco Silva parece pintá-la. "No meio de uma Europa que está com problemas de crescimento em países e economias importantes, Portugal está a aguentar-se bem apesar da substituição do Governo, apesar das crises políticas que houve."

António Costa, de besta a bestial, afaga os brios nacionais

A semana política

São José Almeida

Estava escrito nas estrelas e quando, finalmente, acontece, gera-se um simpático consenso e um inebriante orgulho nacional. Afinal, António Costa vai mesmo ser presidente do Conselho Europeu. E, ao liderar esta instituição europeia, passa a ser uma espécie de herói nacional. Perante tão alto posto ocupado por um português, os brios nacionais sentem-se afagados e celebram. De um momento para o outro, aquele que durante anos foi acusado de tudo, mais uma botas, passa de besta a bestial. Com tanto aconchego patrioteiro, só falta mesmo a selecção portuguesa de futebol ganhar o Euro 2024. Passaríamos a celebrar três Cristianos Ronaldo, o próprio, o Ronaldo da Europa e o Ronaldo do Mundo, já que é bom incluir nesta celebração nacional António Guterres, secretário-geral da ONU.

Deixando o tom caricato, há alguns aspectos que merecem análise neste processo de nomeação de António Costa. Mais concretamente, os comportamentos de algumas personalidades e forças políticas e a evolução das suas posições em relação a António Costa. A começar pelo topo da hierarquia do Estado. Quando, a 30 de Março de 2022, deu posse ao terceiro Governo de António Costa, que assentava numa maioria absoluta, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, oficializou o assunto da eventual ida do então primeiro-ministro para um cargo de topo da União Europeia.

Fê-lo em tom ameaçador, ao avisar António Costa e o país de que, se ele saísse da chefia do Governo, convocaria eleições. E, no discurso de posse, afirmou mesmo: "Os portugueses deram a maioria absoluta a um partido, mas também a um homem, V. Exa. Um homem que, aliás, fez questão de personalizar o voto, ao falar da escolha entre duas pessoas para a chefia do Governo. Agora que ganhou e ganhou por quatro anos e meio, tenho a certeza que V. Exa. sabe que não será politicamente fácil que esse rosto, essa cara que venceu de forma incontestável e notável as eleições, possa ser substituído por outro a meio do caminho."

Desde então muita água correu debaixo das pontes da política portuguesa. A 7 de Novembro de 2023, explode perante o país, a *Operação Influencer*, uma investigação do Ministério Público sobre alegados actos de corrupção no seio do Governo. Um comunicado da Procuradoria-Geral da República, sobre a investigação, torna-se numa bomba atómica política, ao anunciar:"No decurso das investigações, surgiu, além do mais, o conhecimento da invocação por suspeitos do nome e da autoridade do primeiro-ministro e da sua intervenção para desbloquear procedimentos no contexto supra-referido. Tais referências serão autonomamente analisadas no âmbito de inquérito instaurado no Supremo Tribunal de Justiça, por ser esse o foro competente."

A história é conhecida. António Costa pede a demissão do cargo de primeiro-ministro. O Presidente da República não aceita que haja um novo primeiro-ministro designado pela maioria absoluta do PS e convoca eleições. E eis que, logo em Dezembro, ao fim da tarde da véspera de Natal, ao beber a sua tradicional ginginha, no Barreiro, Marcelo Rebelo de Sousa assume-se como o porta-voz da candidatura de António Costa a presidente do Conselho Europeu, argumentando, então, que isso permitiria que o ex-primeiro-ministro pudesse "realmente fazer o que faz bem, o que gosta de fazer e que lhe permitiu ter um prestígio grande, em termos europeus, ao longo destes oito anos, em que já é talvez o primeiro-ministro mais antigo da Europa".

De salientar é também o comportamento do primeiro-ministro, Luís Montenegro. Na noite eleitoral das europeias, que a Aliança Democrática por si liderada perdeu, Luís Montenegro lança a notícia da noite, que iria ofuscar a vitória eleitoral do PS. Se António Costa quiser ser candidato ao cargo de presidente do Conselho Europeu, o Governo "tudo fará para que tenha sucesso". Desde então e até ao último dia, liderou a campanha pela nomeação de António Costa, entre os Governos dos Estados-membros, com um vigor que até parecia que integravam a mesma família política europeia. E fazendo questão de afirmar, por mais do que uma vez, que reconhecia a António Costa mérito e currículo para o cargo e não o apoiava apenas por ser português. Ainda na quinta-feira, em declarações aos jornalistas portugueses em Bruxelas, Luís Montenegro informava: "Espero que as decisões possam ser tomadas hoje e possam corresponder àquilo que é o nosso desejo de propor ao Parlamento Europeu Ursula von der Leyen como candidata a presidente da Comissão e aprovar o dr. António Costa como presidente do Conselho Europeu."

> **António Costa desempenhou, até agora, várias funções políticas com êxito. Pode mesmo ser considerado o melhor político da sua geração e até em comparação com outras**

É certo que todo este processo passa por negociações entre o PPE, os socialistas e os liberais, para a distribuição dos cargos de topo da União Europeia. Um acordo em que António Costa é proposto pelos socialistas, Ursula von der Leyen é candidata a novo mandato como presidente da Comissão Europeia indicada pelo PPE e para os liberais fica a escolha da primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas, para ser alta-representante para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. Razão pela qual não se percebe a posição da Iniciativa Liberal, cujos eurodeputados integram esse grupo, de ter assumido uma oposição tão histriónica contra a escolha de António Costa.

A verdade é que António Costa tem perfil, competência, capacidade política para ser presidente do Conselho Europeu. Na sua longa vida política, António Costa desempenhou, até agora, várias funções políticas com êxito. Pode mesmo ser considerado o melhor político da sua geração e até em comparação com outras. Foi secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, ministro dos Assuntos Parlamentares e ministro da Justiça, com António Guterres, foi ministro de Estado e da Administração Interna, com José Sócrates, líder parlamentar na Assembleia da República, vice-presidente do Parlamento Europeu e presidente da Câmara de Lisboa. Isto além de ter sido primeiro-ministro durante oito anos, período em que se sentou, a representar Portugal, precisamente, no Conselho Europeu. É, assim, legítimo, merecido e justo que seja agora ele quem vai presidir a esta instituição.

Jornalista. Escreve ao sábado

FRANCISCO SECO VIA REUTERS

Mulheres sem filhos triplicaram em 20 anos mas valor é dos mais baixos da OCDE

Idade média em que se é mãe pela primeira vez em Portugal subiu para os 31,7 anos em 2022

Taxa de fecundidade em Portugal está ligeiramente abaixo da da OCDE. Espanha e Itália com piores indicadores

Patrícia Carvalho

Há cada vez menos crianças a nascer e a maternidade acontece numa fase cada vez mais tardia da vida. Os dados não são propriamente novidade, mas surgem com um novo tom de alerta no mais recente relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a fecundidade: a incapacidade de substituir gerações, que já acontece nestes países, "deixa em risco a prosperidade das gerações futuras", lê-se no título do comunicado que anuncia os resultados. Portugal continua a ter uma taxa de fecundidade abaixo da média da OCDE e, entre as mulheres nascidas em 1955 e 1975, triplicaram aquelas que não têm filhos. Mas, a este nível, o país ainda está entre os que apresentam melhores resultados.

É um cenário actualizado a 2022 e que confirma os muitos dados que têm vindo a ser divulgados nos últimos anos sobre a matéria: a taxa de fecundidade está a baixar e os níveis actuais nos países da OCDE já se encontram bem abaixo dos 2,1 filhos por mulher que se considera ser o necessário para substituir gerações e garantir a manutenção populacional sem interferência do saldo migratório.

De acordo com o relatório divulgado há dias, em 2022, a taxa de fecundidade na média dos países da OCDE não ia além dos 1,5 filhos por mulher, com países como Itália e Espanha a apresentarem valores ainda mais preocupantes, não indo além de 1,2 filhos por mulher, e a Coreia a aparecer com uma estimativa para 2023 que aponta para uma taxa de fecundidade de apenas 0,7.

Neste indicador, Portugal aparece ligeiramente abaixo da média da OCDE, com uma taxa de fecundidade de 1,4, uma correlação que não é novidade. Olhando para os dados que se estendem até 1960, percebe-se que o país manteve uma taxa quase sempre abaixo da média da OCDE (nesse ano estava nos 3,1 em Portugal e em 3,3 na OCDE), sendo a excepção uns curtos anos pós-25 de Abril de 1974, quando, entre 1975 e 1977, a taxa de fecundidade no país conseguiu ultrapassar ligeiramente a média da dos restantes membros daquela organização. O ponto mais baixo aconteceu nos anos de 2013 e 2014, em plena crise financeira, quando a taxa de fecundidade a nível nacional não foi além dos 1,2.

Mães tardias

As razões para esta situação são muitas e passam pela maior escolaridade e empregabilidade das mulheres, o menor estigma relacionado com o não ter filhos, a insegurança financeira e social e também pela idade cada vez mais tardia em que se tem o primeiro filho. Esta idade na média dos países da OCDE subiu de 28,6 em 2000 para 30,9 em 2022. Portugal acompanhou esta tendência, partindo da mesma idade em 2000 para assentar numa um pouco mais tardia em 2022: 31,7 era a média da idade das mães que tiveram o primeiro filho naquele ano.

E se aquela miríade de factores contribui para que as pessoas tenham cada vez menos filhos, também pesa na decisão de os ter e o que o relatório nos diz é que há cada vez mais mulheres que, simplesmente, não têm filhos. Neste campo, surgem, de novo, a Espanha e a Itália como apresentando tendências mais negativas. Das mulheres nascidas naqueles países em 1975, respectivamente, 23,9% e 22,5% não tinham filhos. Pior mesmo só o Japão, em que essa percentagem chega aos 28,3%, quando não ia além dos 11,9% entre as mulheres nascidas 20 anos antes, em 1955.

8,9% das mulheres nascidas em 1975 não tinham filhos, em Espanha esse valor é de 23,9%

OCDE diz que preço das casas está a contribuir para baixar a taxa de fecundidade: jovens não saem de casa dos pais

Portugal surge como exemplo de um país em que esta taxa mais do que duplicou, mas a verdade é que, apesar da subida, a percentagem de mulheres sem filhos para os anos analisados continua a ser muito baixa, não indo além dos 8,9% para as mulheres nascidas em 1975. Ainda assim, quando se compara com a taxa de mulheres na mesma situação nascidas em 1955 (2,9%) e em 1935 (1,1%) percebe-se que o crescimento é bastante acentuado.

Por cá, segundo o *Inquérito à Fecundidade de 2019*, as razões para esta situação, mais do que os temores relacionados com as questões financeiras, parecem ser mesmo uma maior liberdade de escolha sobre esta matéria (eventualmente associada à tal diminuição do estigma de quem não tem filhos, de que também fala a OCDE), já que a percentagem de respostas mais elevada sobre as razões para não se ter filhos foi para a "vontade" de cada um (77,9% das mulheres e 77% dos homens apresentaram este motivo) ou o "não fazer parte do projecto de vida", resposta dada por 71,2% das mulheres e 68,9% dos homens.

Ainda assim, os factores económicos (receios reais e percepcionados) pesam muito no momento de decidir se se vai ter filhos — e quantos se vai ter. O relatório da OCDE salienta o preço exacerbado das casas como um dos factores que mais estarão a contribuir para a redução da taxa de fecundidade, já que está a manter as gerações mais jovens durante mais tempo na casa dos pais, interferindo com a manutenção de relações prolongadas ou o momento de começar uma família.

Os dados do relatório indicam que 81% das pessoas com idades entre os 20 e 29 anos ainda viviam com os pais na Coreia, em 2022, percentagem que chegava aos 80% na Itália e aos 78% na Grécia. Portu-

NUNO FERREIRA SANTOS

gal encerra o "top cinco" desta categoria, com uma percentagem de 76%, sendo antecedida pela Espanha, com 77%.

Medo do futuro

As crises sucessivas que o mundo tem atravessado (da covid-19 à guerra na Ucrânia, passando pela emergência climática) também funcionam como travão à decisão de ter filhos e, depois, há receios sobre o futuro, que também pesam. O medo de poder perder o emprego está na lista dos principais receios manifestados por 81% das pessoas entre os 25 e 54 anos a viver na Grécia e 69% das que vivem em Portugal. E, quando questionados sobre se acham que o Governo garantiria um apoio ao rendimento adequado, caso a decisão de ter um filho fosse associada a uma perda de salário, 54,46% dos inquiridos portugueses naquela faixa etária disseram que não.

Perante este cenário, a OCDE alerta que, a continuarmos neste caminho, vamos assistir a um declínio populacional ainda mais acentuado, o que, associado a um aumento da longevidade, causará uma enorme pressão nas sociedades: "A diminuição da classe trabalhadora pode levar a sociedades envelhecidas que colocam uma pressão económica e social significativa sobre os Governos, fazendo aumentar os custos com pensões e serviços de saúde."

A resposta tem de ser, obrigatoriamente, multifacetada e terá sempre de passar pela promoção da igualdade de género "e uma partilha mais justa do trabalho e das responsabilidades parentais". Isto passa por garantir licenças parentais pagas, apoios à educação das crianças (como garantir a existência de creches e pré-escolar acessíveis) e políticas com "um foco maior nos custos de ter uma criança, sobretudo nos custos da habitação", refere-se no relatório. Ter "uma abordagem pró-activa para a migração e integração", aumentar o acesso ao emprego e a produtividade são outros factores considerados essenciais para que o aumento da fecundidade volte a ser, pelo menos, uma possibilidade.

Ministra da Saúde garante que quer levar às reuniões com sindicatos "o melhor que tem a oferecer"

Daniela Carmo

Ana Paula Martins revela que Adalberto Campos Fernandes lidera grupo que vai avaliar organização das ULS universitárias

A ministra da Saúde, Ana Paula Martins, comprometeu-se a levar às negociações da próxima semana com os sindicatos médicos e de enfermeiros "o melhor" que o Governo tem para oferecer em termos de revalorização e dignificação das carreiras.

Durante a interpelação ao executivo que decorreu ontem no Parlamento, a pedido do BE, sobre o plano de emergência para a saúde, Ana Paula Martins foi questionada sobre as negociações com os sindicatos que representam os profissionais do sector da saúde. "A nossa resposta é sim, queremos muito negociar. Neste momento são as carreiras especiais, a partir de setembro serão as outras carreiras gerais", respondeu, garantindo que "o Governo – todo ele, não só a Saúde – está a fazer um trabalho profundo de avaliação com o Ministério das Finanças e Administração Pública para colocarmos em cima da mesa nas reuniões da próxima semana o melhor que temos para oferecer aos profissionais no âmbito não só da revalorização das suas carreiras, mas também na dignificação das suas carreiras". As reuniões foram adiadas e reagendadas para os dias 3, 4 e 10 de Julho.

No fim do debate, Ana Paula Martins revelou ainda que o antigo ministro da Saúde de António Costa, Adalberto Campos Fernandes, lidera a comissão técnica independente que está a avaliar a organização em Unidades Locais de Saúde (ULS) nos hospitais universitários. A governante já tinha anunciado, no início deste mês, a intenção de avaliar este modelo de gestão, tal como consta do programa do Governo.

"O sistema de organização em ULS, que visou a integração vertical dos cuidados de saúde primários e hospitalares, unindo culturas de trabalho e realidades tão distintas, e que transformou o país em grandes ULS, está em avaliação por duas entidades: Escola Nacional de Saúde Pública e um projecto da Comissão Europeia. E também as ULS em hospitais universitários [estão a ser avaliadas] através de uma comissão técnica independente liderada por Adalberto Campos Fernandes", adiantou.

Ana Paula Martins reiterou que, "até à data, não existiam nem existem dados" que permitam concluir que a organização em ULS "deve ser o caminho a fazer", recordando os dois pareceres da Unidade Técnica do Ministério das Finanças (UTAM), entregues no Parlamento, que não conseguiram concluir se as novas ULS têm viabilidade económica e financeira.

A ministra citou ainda um outro relatório científico internacional que conclui que "a literatura carece de resultados de integração vertical tão extensos como a abordagem do SNS em Portugal". Esse mesmo artigo alerta, no entanto, que "é importante considerar os riscos inerentes ao modelo e garantir um apoio adequado em termos da real promoção da integração de cuidados".

Ana Paula Martins reiterou que "até à data, não existiam nem existem dados" que digam que ULS devem ser o caminho a seguir

Outra novidade que avançou é o regresso do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde, criado em 2007 pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e "abandonado em 2016". "O objectivo é criar um mecanismo de avaliação global dos estabelecimentos que prestam cuidados de saúde em Portugal, porque queremos promover mais e melhor informação pública sobre o desempenho qualitativo de todo o sistema de saúde. Devemos aos portugueses este compromisso", justificou.

O Governo pretende também rever as regras que ditam a transferência de doentes entre diferentes níveis de cuidados, "assegurando que os doentes recebem o tratamento adequado no local certo e no momento certo", bem como avançar "de uma vez por todas", com as redes de referência dos centros de referência. E prometeu que, em Junho do próximo ano, o registo clínico electrónico será uma realidade.

BE fala em "recauchutagem"

Mariana Mortágua, do BE, que abriu o debate, considerou que o plano do Governo é uma "promessa que levou muita gente ao engano" e "um misto entre um plano de negócios para o sector privado e uma recauchutagem de medidas que já tinham sido experimentadas e falhadas pelo anterior Governo do PS". Em resposta, a ministra da Saúde afirmou que "não vale a pena insistir" que o Governo quer entregar a Saúde a privados e elencou os seguintes números: "Em pouco mais de um mês, foram operados 7465 doentes com cancro, 98% no SNS, dos mais de nove mil identificados no plano de emergência".

Ana Paula Martins garantiu que "o SNS está a demonstrar capacidade de resposta à população" e referiu os "milhares de doentes com problemas oncológicos e a precisarem de cirurgias" tratados desde que está em funções. Quanto à área da saúde materna, a ministra disse que, até 23 de Junho, a Linha SNS Grávida fez a triagem a 6542 grávidas: 690 utentes foram encaminhadas para autocuidados e as "verdadeiras urgências" cingiram-se a "cerca de 4700 chamadas, [que] tiveram resposta imediata através da entrada nas maternidades mesmo junto dos serviços que aparecem como fechados ao público".
com Lusa

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA
Ministra diz que registo electrónico avança em Junho de 2025

Número volta a subir: escolas com mais 19 mil alunos no ano passado

Cristiana Faria Moreira

Imigração ajuda a explicar parte deste aumento, que foi sobretudo sentido no 1.º ciclo. Taxas de retenção também se agravaram

É o segundo ano lectivo consecutivo em que o número de alunos das escolas portuguesas aumenta, depois de mais de uma década a decrescer: se em 2021/2022 os estabelecimentos escolares receberam mais 15 mil estudantes, em 2022/2023 esse aumento foi ainda mais expressivo, chegando quase aos 19 mil alunos. No ano lectivo passado, as portas das salas de aula abriram-se para 1.605.438 alunos do ensino não superior, mais 1,2% em relação ao ano anterior, de acordo com os dados publicados ontem pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

O aumento no número de alunos registado no ano lectivo passado foi, sobretudo, sentido no ensino básico, em particular no 1.º ciclo. Só neste nível de ensino entraram quase 14 mil novos alunos. A excepção é o 2.º ciclo, onde se verificou uma ligeira diminuição, assim como no secundário. No ano lectivo anterior frequentaram o último nível do ensino obrigatório 394.964 estudantes, enquanto em 2021/2022 tinham sido 397.100. Estas contas não incluem os alunos do ensino superior, mas as Estatísticas da Educação, publicadas pela DGEEC, revelam que também neste nível de ensino o número de estudantes cresceu: passou de 433.217 em 2021/2022 para 446.028 no ano lectivo seguinte.

Algarve, Oeste e Vale do Tejo e Península de Setúbal foram as regiões onde, proporcionalmente, o número de alunos mais cresceu. Apenas as regiões autónomas da Madeira e dos Açores perderam alunos.

A grande maioria dos alunos frequenta o sistema de ensino público, com o privado (quer independente, quer dependente do Estado) a não representar mais de 21% dos alunos matriculados. É no ensino secundário que se concentra o maior número de inscritos no ensino privado (quase 95 mil em mais de 376 mil alunos). A educação pré-escolar continua também a ser em grande parte assegurada por privados (46%).

Retenção agrava-se

Devido à quebra da natalidade, a tendência era de queda no número de alunos já desde 2009/2010, quando pouco mais de dois milhões de alunos estavam inscritos. Por isso, este crescimento estará relacionado, em grande parte, com a entrada de mais estrangeiros nas escolas portuguesas, considera o professor catedrático e investigador na área da Educação Joaquim Azevedo. "Tenho acompanhado isto em algumas escolas e [esse aumento] é mesmo muito acentuado. As escolas, de repente, têm populações com 30, 40 nacionalidades, o que quase não existia", nota.

Este "crescimento rápido" do número de alunos estrangeiros para o qual as escolas não estavam preparadas coloca também inúmeros desafios de integração a estes alunos, desde logo, em alguns casos, a barreira linguística. E isso também terá impacto nos seus resultados escolares. "É provável que isso venha a ter repercussões nas retenções e nas médias. É um efeito que está a começar a sentir-se, mas que, se calhar, terá impacto durante anos", analisa Joaquim Azevedo, que foi secretário de Estado da Educação no segundo Governo de Cavaco (1992/1993).

Os dados mostram, precisamente, um agravamento nas taxas de retenção em quase todos os anos e ciclos dos ensinos básico e secundário face ao ano lectivo de 2021/2022. No 1.º ciclo passou de 1,8 para 1,9%, no 2.º ciclo de 3,1 para 3,6%, no 3.º ciclo de 4,5 para 6,2% e no secundário de 8,6 para 9,8%. Por comparação, dez anos antes, em 2013, a taxa de retenção no secundário era 19%.

A pandemia poderá ter tido também aqui algum impacto, sobretudo nos alunos que a atravessaram nos primeiros anos da sua escolarização, admite Joaquim Azevedo. Que alerta para a necessidade de "dar apoio às escolas" para que possam acompanhar mais de perto os seus alunos. "Há escolas que, de repente, têm 10% de alunos imigrantes. Isso muda muito as condições em que se opera a educação e, por isso, é impossível obter bons resultados. É preciso dar condições às escolas para que respondam às necessidades destes alunos e dos outros que também não devem ser prejudicados."

Para o investigador na área da Educação, este é um dos grandes desafios das escolas. "É preciso tentar encontrar formas de enfrentar esta realidade, que as turmas tenham essas práticas de diferenciação pedagógica e refazer o 'conjunto turma' e a forma de afectação dos professores aos grupos". Na sua óptica, as escolas continuam "muito sozinhas" nessa missão. "Por um lado, há uma preocupação enorme de professores e directores e, por outro, sente-se o desamparo em que eles se encontram."

Entre os anos lectivos de 2021/2022 e de 2022/2023, registou-se uma ligeira diminuição no número de docentes do ensino não superior de 167.837 para 167.202. Destes, 140.194 davam aulas em escolas públicas – menos 966 do que em 2021/2022. No privado houve um ligeiro aumento.

DANIEL ROCHA

É no ensino secundário que se concentra o maior número de inscritos no ensino privado

Evolução da taxa de retenção e desistência ao longo dos anos
Ensino público e privado, em %

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência — PÚBLICO

Alterações à mobilidade por doença sem acordo

Ministro da Educação pretendia que alterações entrassem em vigor no próximo ano lectivo, mas discussão foi adiada

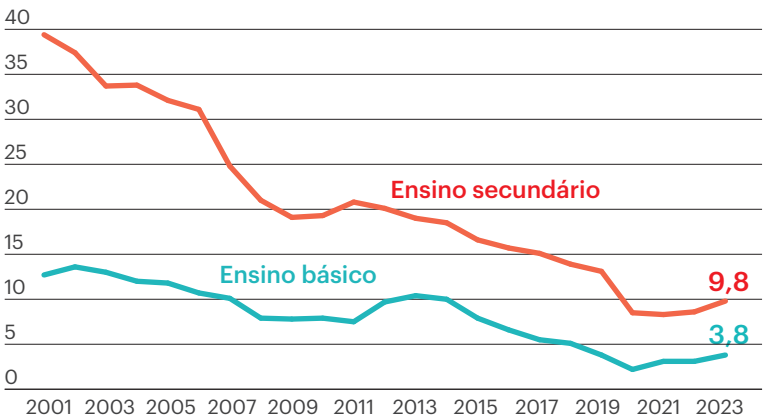
A falta de consenso entre a tutela e os sindicatos levou ontem o ministro da Educação a adiar as alterações à mobilidade por doença de professores, com novas negociações a partir de Setembro para uma revisão profunda do regime.

"Sabemos que é um diploma sensível e concluímos que não tínhamos condições – apesar dos passos que foram dados para percebermos melhor os pontos em que podemos vir a melhorar este regime no futuro – para hoje chegarmos a acordo e avançarmos no sentido de fazer essas alterações", explicou o ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, no final de uma reunião com os sindicatos que representam os professores.

Depois de um primeiro encontro, na quarta-feira, sobre o mesmo tema, a tutela apresentou ontem aos sindicatos uma proposta com "alterações cirúrgicas" ao diploma em vigor, aprovado pelo anterior Governo e muito contestado pelos professores.

No essencial, a proposta reduzia a distância entre a residência ou local de prestação de cuidados de saúde e a escola onde o docente está colocado de 50 para 40 quilómetros e a distância mínima entre a escola actual e aquela para onde quer ser transferido de 20 para 15 quilómetros.

A intenção do Governo era chegar a um acordo para que estas alterações pudessem entrar em vigor já no próximo ano lectivo, mas à falta de consenso com as organizações sindicais, a tutela preferir adiar a discussão para Setembro e, nessa altura, negociar uma revisão profunda do diploma.

Da parte dos sindicatos, a Federação Nacional da Educação (FNE) disse compreender a justificação do ministério, mas a dirigente Josefa Lopes não escondeu a desilusão por considerar que a tutela poderia ter ido mais longe na proposta apresentada. José Feliciano Costa, secretário-geral adjunto da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), considerou que as propostas de alteração tornavam o regime "pior do que estava" e acusou o Governo de falta de disponibilidade, por acreditar que haveria tempo para que as alterações necessárias estivessem em vigor a partir do próximo ano lectivo. **Lusa**

INDÚSTRIA QUÍMICA APRESENTA ROTEIRO PARA A DESCARBONIZAÇÃO ATÉ 2050

Conferência dá a conhecer o que o sector já faz, os cenários futuros da transição que pretende realizar e disponibiliza uma ferramenta de autodiagnóstico relevante para que todos façam parte da solução e garantam a sua sustentabilidade.

A indústria química nacional está empenhada em fazer parte da solução quanto à descarbonização até 2050. "A pergunta-chave é como combinar Sustentabilidade/Descarbonização com Competitividade", refere Carla Pedro, directora-geral da APQuímica, a Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação, que no dia 3 de julho lança o "Roteiro para a Neutralidade Carbónica da Indústria Química" (RNCIQ PT 2050).

Este evento, que decorre nas instalações industriais da HyChem, na Póvoa de Santa Iria, pretende debater os temas fundamentais e mobilizar os associados. Será dado a conhecer um diagnóstico económico e ambiental e serão apresentados os cenários de descarbonização do sector. Será também lançada uma ferramenta de auto-diagnóstico, um barómetro que permitirá aferir o posicionamento das empresas no momento inicial de desenvolvimento do roteiro e ao longo do tempo. "Vemos esta ferramenta como uma forma de chegada às PMEs, de apoio ao desenvolvimento dos seus próprios roteiros de descarbonização", refere Carla Pedro.

Sendo este um sector que tem o carbono como uma das principais matérias-primas e fontes de energia, a descarbonização é em simultâneo um desafio e uma oportunidade para as empresas, explica a responsável da APQuímica. Por um lado, tanto as empresas portuguesas, como as europeias, enfrentam a concorrência de mercados internacionais (como os Estados Unidos ou a China) onde as regras são diferentes, impactando a sua competitividade. "Origina as designadas 'fugas de carbono', ou seja, um forte potencial de fuga de certas actividades de Portugal e da Europa para essas geografias." Por outro, continua a explicar a directora-geral da APQuímica, "a descarbonização abre ao sector químico um conjunto muito interessante de possibilidades de entrada em novas áreas de negócio e cadeias de valor de elevado potencial de crescimento, abrindo novos mercados que começam já a ser explorados pelas nossas empresas." São disso exemplo as áreas da produção de hidrogénio verde, das baterias de lítio para veículos eléctricos, das soluções de captura, armazenamento e utilização de carbonos, dos combustíveis sintéticos (eFuels), da reciclagem química de resíduos plásticos urbanos, entre outras. Além de que este é um sector que claramente aposta na investigação e desenvolvimento: 20% da despesa em inovação da indústria transformadora vem das indústrias químicas.

A própria indústria, refere Carla Pedro, reconhece o seu papel como "parte do problema", uma vez que é um dos sectores da indústria nacional mais fortemente emissor de CO2 e intensivo em consumos energéticos, e como "parte da solução", já que vários dos produtos e processos que desenvolve poderão ser utilizados não só para a sua própria descarbonização, mas também para apoiar a descarbonização da restante economia.

Daí a relevância deste Roteiro para a Neutralidade Carbónica da Indústria Química Portuguesa até 2050, que permite conhecer o presente e lançar o futuro. "Mais do que um plano estático, o RNCIQ PT 2050 pretende funcionar como um instrumento dinâmico e evolutivo até 2050. A descarbonização do sector é um processo em curso – não começa nem termina agora", explica Carla Pedro.

O evento está dividido entre uma visita à HyChem, na manhã de dia 3, e já à tarde o lançamento do RNCIQ PT2050, na mesma empresa, na Póvoa de Santa Iria. A ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho e o ministro da Economia, Pedro Reis, foram convidados para o evento em que, além da apresentação do Roteiro, serão debatidas as oportunidades e desafios da descarbonização com representantes das agências públicas com responsabilidades neste domínio (Direção-Geral das Actividades Económicas, do IAPMEI, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direção-Geral de Energia e Geologia e da Agência para a Energia) e a perspetiva da indústria, com algumas das empresas do sector que se encontram já a implementar projetos concretos (HyChem, A4F/Biotrend, Bondalti, Repsol Polímeros, Galp).

Carla Pedro
Diretora-Geral da APQuímica

O Conselho Europeu da Indústria Química, de que a APQuímica é membro, está representado pelo director-geral, Marco Mensink, que dará a perspectiva da descarbonização da Indústria Química à escala europeia. "Estamos integrados em vários dos seus grupos de trabalho, o que nos dá acesso ao estado da arte europeu nesta área", refere Carla Pedro. A directora-geral da APQuímica sublinha também o que a própria Europa pode aprender com o que faz Portugal e a sua indústria química: "Pelas suas características específicas (p.ex. abundância de energias renováveis) e pelo compromisso/avanço da sua agenda de descarbonização, Portugal traz a jogo um dos casos mais interessantes a nível europeu em vários dos cenários de descarbonização em construção."

HyChem é a anfitriã

A HyChem, vice-presidente da APQuímica, recebe o evento de lançamento do Roteiro.

No parque industrial da HyChem, na Póvoa de Santa Iria, podem encontrar-se, como Living Lab, soluções de descarbonização e circularidade que exploram a via do hidrogénio verde para substituição de gás natural como vector energético, a montante, o sequestro de carbono através da produção de microalgas, a jusante, e que podem ser matéria-prima para indústrias como a cosmética, nutracêutica, biofertilizantes, bioplásticos, rações, alimentação humana (através das novel foods), ou até como feedstock para a produção de energias renováveis. Esta solução, com micro ou macro algas, permite, numa lógica circular, substituir matérias-primas sintéticas ou de base fóssil por matérias-primas biológicas de base natural e mais sustentáveis.

€21,7 mil milhões — É o volume de negócios gerado pelas

1000 empresas — do sector em Portugal, que criam

19 mil — postos de trabalho directos.

Esplanadas: donos de cafés de Arroios vão requerer providência cautelar contra fecho

Junta de Arroios alega necessidade de resguardar moradores do ruído, mas promete analisar "caso a caso". Empresários falam em inflexibilidade. Outros criticam "favorecimento" dos carros

Samuel Alemão

Uma parte significativa dos 38 estabelecimentos de restauração e bares a quem a Junta de Freguesia de Arroios, em Lisboa, tem enviado intimações para desmontarem o mais rapidamente possível as suas esplanadas, montadas a título excepcional no auge da pandemia de covid-19 em lugares de estacionamento, deverá avançar com uma providência cautelar contra tal ordem. A informação foi confirmada ao PÚBLICO por alguns deles, referindo estarem a receber aconselhamento jurídico nesse sentido. Em causa está o que consideram ser uma disposição que carece de legitimidade legal por, alegadamente, incumprir com o direito de reclamação por parte dos visados. O que, dizem, violará um dos princípios básicos do direito administrativo.

Em simultâneo, e apesar de recusar recuar na sua decisão, a junta de freguesia assegura que está disponível para manter em funcionamento algumas dessas esplanadas, mediante uma ponderação individualizada e assente em "critérios legais e objectivos". A decisão sobre o futuro das estruturas estará agora nas mãos dos serviços técnicos da junta, "como sempre esteve", diz ao PÚBLICO a presidente da autarquia, Madalena Natividade (CDS-PP), explicando que os processos serão "analisados caso a caso". A autarca justifica a decisão de avançar com os fechos com a necessidade de eliminar os focos de ruído supostamente provenientes das esplanadas, trazendo assim sossego aos residentes. Isto porque as queixas são "muitas".

"Este assunto não é novo, as pessoas sabiam que este era um regime extraordinário e tinham sido avisadas disso", afirma Natividade, revelando que muitos dos empresários nunca responderam às intimações para retirarem as esplanadas, que lhes haviam sido enviadas pela junta em Novembro de 2023. Uma informação que, contudo, tem sido veementemente negada pela grande maioria dos empresários agora intimados, que se queixam de intransigência e opacidade por parte daquela autarquia. O que estará em causa, mais do que o alegado ruído proveniente das mesas colocada no espaço público, alegam, será a vontade de voltar a ter automóveis naqueles lugares.

Ambas as informações surgem no rescaldo de uma muito concorrida sessão da Assembleia de Freguesia de Arroios, ocorrida na noite de quinta-feira, dominada por esta questão. Tal foi o interesse no assunto, que os trabalhos foram interrompidos depois de mais de três horas de debate, continuando numa nova sessão, a 10 de Julho. Na sessão, a decisão da autarquia de manter o encerramento das esplanadas foi amplamente criticada, tanto por alguns dos empresários afectados pela decisão como por moradores, frequentemente em alocuções carregadas de emoção e amplamente aplaudidas. Mas também houve quem demonstrasse apoio à decisão da junta, como o colectivo Vizinhos de Arroios.

Muitos criticaram o que dizem ser um retrocesso civilizacional ao retirar esplanadas do espaço público, para o ocupar com carros

"As pessoas sabiam que este era um regime extraordinário e tinha sido avisadas disso", afirma o presidente da Junta de Arroios

Miguel Leal, dono do Maria Food Hub, estabelecimento a funcionar na esquina da Rua Maria Andrade com a Rua Maria, na zona dos Anjos, foi um dos que estiveram na sessão da assembleia de freguesia realizada numa sala repleta do Lisboa Ginásio Clube. "Apesar de ainda muito emocionado com o que se passou ontem, onde tivemos o apoio de muita gente, estou confiante em relação ao futuro, porque sabemos que a acção da junta é ilegal", afirma o empresário, apelando, ainda assim, à "abertura para o diálogo" por parte da autarquia. "Todos querem regras e nós estamos conscientes de que temos que fazer algumas mudanças e seguir directrizes. E estamos dispostos a cumpri-las. Não podem é dizer que o ruído é proveniente apenas das esplanadas criadas com o covid", diz.

"Decisão política"

O gerente do Maria Food Hub, que alerta para o que vê como a inevitabilidade de despedimentos nas lojas afectadas pela decisão, lamenta o que considera ser uma atitude inflexível da junta. "Quando fomos notificados para retirar a esplanada, no final do ano passado, fizemos um pedido de licenciamento que nunca teve resposta. Ora, todos sabemos que tais solicitações têm de ser respondidas, à luz do código administrativo", alega, em parte alicerçando aí a convicção de que tem uma protecção jurídica contra a ordem de fecho. A outra parte está relacionada com os "recursos legais" que estão a ser reunidos para activar uma providência cautelar contra a intimação da junta. "Trata-se de combater uma decisão que, no fundo, é política", sustenta.

Um cenário confirmado ao PÚBLICO por Ricardo Maneira, gerente do bar A Viagem das Horas, situado numa esquina da Rua José Ricardo, a uma centena de metros do Mercado de Arroios. "A decisão da junta incorre na ilegalidade. Por isso, estamos a organizarmo-nos, vários empresários aqui de Arroios, para avançar com uma providência cautelar contra esta ordem", diz o empresário, que abriu o seu estabelecimento em 2021, durante a crise pandémica.

As esplanadas criadas durante a pandemia, a título excepcional, em lugares de estacionamento ganharam muitos adeptos em Arroios

FOTOS: RUI GAUDÊNCIO

Ricardo também alimenta esperança numa vitória legal por acreditar ter a razão do seu lado. "Vamos lutar até ao fim. Quando fomos notificados, no final de 2023, fomos a uma assembleia de freguesia, contestámos e, na altura, foi-nos dito que a esplanada não seria removida enquanto a junta não recebesse um parecer da câmara", explica. Algo que nunca terá acontecido, pois, alega, não terá sequer recebido uma resposta à sua solicitação para regularizar o estabelecimento. Sobre o suposto barulho, na origem da ordem da autarquia, Ricardo Maneira é peremptório: "Em três anos, nunca tive nenhuma reclamação. Mas estou disposto a fechar às 22h ou 21h, se isso ajudar a manter a esplanada".

Ecoando as inquietações dos empresários, muitos dos que participaram na última assembleia de freguesia criticaram o que consideram ser um retrocesso civilizacional ao retirar esplanadas do espaço público, voltando a ocupá-lo com carros. E diminuindo assim a convivialidade. Preocupação repetida nas declarações dos partidos da oposição. A propósito, Vítor Carvalho, do PS, assinala o facto de se dar "predomínio ao automóvel, em detrimento das pessoas, em contraciclo, aliás, do que tem vindo a ser seguido nas grandes cidades europeias". Na última reunião de vereação da Câmara de Lisboa, também Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda, teceu fortes críticas à anunciada mudança.

Equilibrar interesses

Relativizando todas estas queixas, a presidente da Junta de Arroios diz nada trazerem de novo, uma vez que chegam na sequência de uma ordem emitida em Novembro de 2023, a qual dava um prazo até 31 de Dezembro passado. O qual, por sua vez, correspondia já ao dilatar de um período excepcional, que foi sendo sucessivamente protelado. Depois das primeiras notificações, em Maio de 2022 para retirar as estruturas, adiou-se tal decisão até final desse ano e, mais tarde, prorrogou-se o prazo por mais uma dúzia de meses.

"Não há novidade nenhuma aqui, os empresários sabiam que era um regime de excepção e, por isso, não definitivo. Além do mais, as pessoas tiveram oportunidade de explanarem a sua situação, requerendo uma audição prévia", diz Madalena Natividade, dando pouco crédito aos que dizem não ter obtido resposta. "Há várias formas de contactarem a juntas, diversos canais, para além das assembleias de freguesia. Isso não pode ser uma desculpa. Em audição prévia, os serviços de licenciamento dão a devida resposta", afirma.

Madalena Natividade rechaça os argumentos dos que dizem que está a favorecer os automóveis, eliminando locais de socialização. "Isso não faz sentido, até porque não são estes lugares que vão resolver o problema do estacionamento. Para isso acontecer, a freguesia precisaria de muitos mais lugares. Temos o direito de defender o equilíbrio entre os vários interesses. E algumas das esplanadas até têm todo o interesse, porque criam harmonia, animação e sentimento de segurança", sustenta.

Freguesia da Ajuda terá equipa para apoiar idosos

Moedas já disse que o centro para migrantes no antigo hospital de Belém será temporário e compatível com o apoio a idosos

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) comprometeu-se a instalar no antigo hospital militar de Belém, que vai acolher migrantes sem abrigo, uma "estrutura com uma equipa multidisciplinar" para apoiar a população idosa da freguesia da Ajuda, segundo uma associação local.

Em declarações à Lusa no final de uma reunião com o executivo municipal, o presidente da CURIFA – Comissão Unitária de Reformados e Idosos da Freguesia da Ajuda – adiantou que essa "solução intermédia" proposta pela associação "foi aceite" pela gestão autárquica.

Segundo Vítor Pereira, na "reunião produtiva" estiveram presentes o presidente da CML, Carlos Moedas (PSD), e a vereadora dos Direitos Humanos e Sociais, Sofia Athayde (CDS-PP), e firmou-se o compromisso de avançar com aquela solução "o mais rapidamente possível".

Em causa está a decisão do Governo de instalar um centro de acolhimento temporário de migrantes no antigo hospital militar, onde a autarquia lisboeta se tinha comprometido a construir um centro intergeracional. No dia 15, a CURIFA convocou uma concentração que juntou duas centenas de fregueses. Os participantes aprovaram, por unanimidade, um documento em que reivindicam a criação do centro intergeracional no hospital militar, situado na Boa-Hora, e a construção de habitação acessível no Quartel de Lanceiros 2, na Calçada da Ajuda.

Antigo hospital vai receber centro para migrantes

"A população idosa da freguesia da Ajuda está a ser prejudicada", assinalou Vítor Pereira, reconhecendo, simultaneamente: "As pessoas não podem viver em tendas, não podemos querer para os outros o que não queremos para os nossos."

"Conseguimos encontrar pontos comuns no sentido de ir ao encontro das necessidades da população idosa da freguesia da Ajuda e também dos sem-abrigo", frisou, acrescentando que a CURIFA ficou de apresentar, para a semana, "uma radiografia dos idosos da Ajuda" e que já tem reunião marcada com a vereadora Sofia Athayde para 10 de Julho. A freguesia tem "uma população bastante envelhecida e com poucos recursos financeiros" e "o apoio prestado não é o suficiente para a qualidade de vida a que os idosos têm direito".

Ouvido na altura do anúncio feito pelo Governo sobre a instalação de um centro de acolhimento de migrantes, o presidente da Junta da Ajuda sublinhou as necessidades "prementes" da freguesia. Jorge Marques (PS) recordou que essas necessidades foram identificadas em 2018 e que o actual executivo municipal se comprometeu a executar o projecto do centro intergeracional na Ajuda.

Segundo Vítor Pereira, a criação do centro nas instalações do desactivado hospital continua em cima da mesa, mas "demorará tempo – são precisos estudos e um plano".

Já no dia 19 Carlos Moedas tinha dito que o centro de acolhimento para migrantes será temporário e compatível com o apoio a idosos.

"O edifício de que estamos a falar não tem a ver com o edifício do centro intergeracional", realçou.

Da reunião de ontem entre a autarquia e a CURIFA saiu também um acordo para firmar um protocolo "com datas e compromissos sem hipótese de recuos" e a decisão de criar um grupo de trabalho sobre pessoas sem abrigo.

"Estamos a falar de sem-abrigo de várias nacionalidades, com problemas específicos a que é preciso dar resposta", realçou Vítor Pereira.

A CURIFA já pediu também uma reunião com o Ministério da Defesa, proprietário dos espaços desactivados do hospital militar da Boa-Hora e do Quartel de Lanceiros 2. "O Ministério da Defesa tem de dizer claramente o que pretende fazer no futuro com os dois equipamentos desactivados e se está disponível para os colocar ao serviço da população", instou. **Lusa**

Aulnay-sous-Bois, a *banlieue* do presidente-polícia e do presidente-general

O cenário de cidade residencial, com escassos equipamentos públicos, é semelhante ao de outras cidades da periferia parisiense, aparentemente tranquilas e às vezes convulsas

Reportagem

Amílcar Correia, em Aulnay-sous-Bois

Há um obelisco com a imagem de Charles de Gaulle no largo da estação. Um mastro sem bandeira nacional nas costas e folhas secas com uma fita tricolor aos pés. À direita do general, trajado à civil, expande-se um mercado de rua em forma de arco. Vende-se fruta, gel de banho, fábulas infantis e jovens da Nova Frente Popular entregam folhetos em nome de Nadège Abomangoli. Philip e Pierre são semelhantes. Aparentam ter a mesma idade, o mesmo aspecto físico, a mesma barba irregular e ambos fazem campanha pela "*députée engagée*!", que a coligação de esquerda candidata pelo círculo de Aulnay-sous-Bois. A mensagem de ecologistas, socialistas, comunistas e da França Insubmissa é transparente: "*Pour tout changer*" (para mudar tudo).

No final do mercado, no rés-do-chão de um hotel de três estrelas, há uma porta aberta e quatro idosos sentados que se protegem do calor surpreendente destes dias. Um painelrectangular, azul e comprido, por cima da porta, diz isto: "*Permanence de Bruno Beschizza et des Amis de la Majorité Municipal d'Aulnay-sous-Bois*". O *maire*, eleito pelos Republicanos (LR, na sigla francesa), montou uma sede de apoio ao voto em Alain Ramadier, o candidato do partido que foi de Charles de Gaulle e Jacques Chirac, neste domingo e, se possível, no próximo. O que pensaria De Gaulle? A resposta mais certa é que apoiaria Ramadier e repudiaria a vontade de "mudar tudo".

O presidente Bruno Beschizza e o seu vice-presidente Paulo Marques têm sentimentos mistos. O primeiro é de origem italiana, o segundo é redundante dizê-lo. Os dois são Republicanos. Mas desde que o líder do partido, Eric Ciotti, se manifestou favorável a uma aliança com a União Nacional (Ressemblement Nacional, na designação francesa), as clivagens destroçaram a coesão republicana e chegaram a vias de facto nos tribunais.

"Ciotti, de forma inacreditável, decidiu ele próprio por um partido todo. Sem consultar alguém", critica Paulo Marques, um dos vice-presidentes deste subúrbio de Paris. "Eu decidi ficar no LR para, justamente, continuar a ter voz no partido e porque abandonar o barco não me pareceu ser a solução. Nós fazemos política para todos. Podemos não estar de acordo, mas devemos evitar os confrontos, mas não é o que está a suceder", esclarece. E conclui: "Eu sou um chiraquiano." O que pensaria De Gaulle? E, já agora, Chirac?

Resumindo, os Republicanos de Aulnay-sous-Bois querem eleger um candidato por este círculo, recusam a estratégia do líder e criticam este contexto de "arranjos políticos", que é preciso mudar. Fala-se tanto de mudança quanto dos riscos do país se tornar ingovernável. A preocupação é a mesma, em Montmartre ou aqui, naquilo a que os franceses chamam *banlieue*, palavra para subúrbio, de conotação semântica negativa, que os motins renovam amiúde.

Refrão de pobreza

Vamos, primeiro, às apresentações e às estatísticas e, depois, aos problemas. Aulnay-sous-Bois fica a pouco mais de meia hora de comboio da Gare do Nord, uma das estações mais movimentadas da capital, tem 87 mil habitantes, de 150 nacionalidades, e é um dos 1266 municípios que constituem a área metropolitana de Île-de-France, uma das 18 regiões administrativas de França. O subúrbio teve um crescimento imparável a partir da década de 1970, quando foi imperioso construir bairros a que chamaríamos habitação social. O que se passou a seguir foi que portugueses, espanhóis e italianos estrearam esses apartamentos e, mais tarde, mudaram-se para vivendas. O que se passou a seguir a isso foi que argelinos, marroquinos e tunisinos ocuparam essas casas vagas e que, mais tarde, também se mudaram para vivendas. Quando ficaram de novo vazias, chegaram os imigrantes do Senegal e do Mali, que ainda não se mudaram para vivendas. É um refrão de pobreza, evidentemente.

O anátema da habitação social para os mais pobres não desapareceu. Um dos bairros chama-se Rosa dos Ventos, que é também o nome da associação portuguesa de promoção do folclore, foi construído em 1969 e era conhecido como o Trois Mille, por ser composto de 3000 fogos. As memórias do Trois Mille não são parecidas com as de Versailles. Muitos portugueses, dos 10 mil que aqui residem, começaram por lá.

A *banlieue* foi crescendo com ritmos e níveis distintos, em função da ascensão social. Com estas transformações, a cidade foi-se transformando num território no qual coexistem ruas ajardinadas de vivendas, ladeadas de árvores, prédios de construção recente e torres mais antigas, que vão sendo substituídas por edifícios com outras preocupações de arquitectura e urbanismo. Em suma, de inclusão. E nasceram, também, outras políticas de habitação, assentes em programas de renda acessível, ou moderada, como preferem dizer os franceses. Mais de um terço da *banlieue*, 30 mil pessoas, vive nestes termos, nas margens da economia.

O cenário de cidade residencial, com escassos equipamentos públicos, é semelhante ao de outras cidades da periferia parisiense, aparentemente tranquilas e às vezes convulsas. Foi o que aconteceu nos motins de 2005. Salas de uma escola foram incendiadas, um concessionário de automóveis foi atacado com *cocktails molotov*, houve troca de tiros com o corpo da elite antimotim, os bombeiros só apagaram as chamas sob protecção policial. No ano passado, verificou-se algo semelhante. Fez esta quinta-feira um ano que Nahel Merzouk, de 17 anos e origem argelina, foi morto, no decorrer de uma perseguição policial, quando conduzia um carro sem carta de condução. Os motins foram imediatos. Começaram em Nanterre, onde Nahel morava, e

As cidades da periferia de Paris tiveram um crescimento imparável a partir da década de 1970

A proporção de franceses que acham que a sociedade é muito violenta ronda os 91%

NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

espalharam-se por outras cidades do subúrbio de Paris.

Aulnay-sous-Bois nunca é uma excepção. O padrão repete-se. Há algo de Los Angeles nisto: suspeitas de violência policial desencadeiam surtos de violência entre as forças de segurança e grupos armados, que interrompem a hibernação numa resignada normalidade de periferia. A revolta dos subúrbios permanece ou apaziguou-se? É a pergunta do dia seguinte. Permanece a dúvida. A probabilidade de um novo episódio é inevitável.

Insegurança e ansiedade

Bruno Beschizza foi eleito presidente deste *banlieue*, pela primeira vez, em 2014. É natural que uma cidade periférica, acostumada a violentos motins, cuja expressão mais exuberante é incendiar viaturas, levasse a sério o currículo do candidato a *maire*. Filho de italianos, Beschizza fez o seu percurso: estudou seis anos num liceu militar, passou um ano nas Forças Armadas, frequentou a Escola Nacional Superior de Oficiais de Polícia, onde se formou em segurança interna, e foi secretário-geral de um sindicato policial. O Presidente Nicolas Sarkozy condecorou-o como Cavaleiro da Legião de Honra e, no último ano, foi promovido ao grau de Oficial da Ordem Nacional de Mérito.

O currículo do autarca e a sua especialidade em questões de segurança interna tranquilizam quem reclama mais segurança. A colocação de câmaras de vigilância, algumas em locais nevrálgicos da circulação automóvel, foi uma das medidas. Quem o conhece relembra duas coisas: "As pessoas pensavam que a sua eleição não ia resultar, porque um polícia-presidente poderia ser complicado" e que Beschizza foi escolhido, além das habilitações curriculares, "por causa da sua personalidade". Ou seja, "ele fala de segurança, abertamente, sem problemas".

A insegurança urbana, exista ou não, é um problema em todo o lado. Mesmo que se trate de uma questão bastante associada à insegurança psicológica. Paulo Marques, um dos 20 vice-presidentes da cidade, não ignora que nem sempre o mapa da criminalidade condiz com o mapa da insegurança e dá o exemplo de "localidades pequenas que votam União Nacional, por causa do seu discurso xenófobo, quando nelas não vive sequer nenhum estrangeiro". Já o vimos em outras paragens.

Mas também não é insensível ao que lhe dizem os habitantes. Há um denominador comum nestes discursos: a palavra impunidade. Como a pequena criminalidade não é punida de acordo com as expectativas da população, com a devida rapidez, cria-se um sentimento de descrença nas instituições e uma esperança falaciosa nos discursos securitários, xenófobos e racistas. "As pessoas pedem-nos uma resposta aos seus anseios. Eles solicitam-nos que haja mais segurança, para que possam trabalhar. Os jovens que praticam delitos [maioritariamente associados ao tráfico de droga] e que não são detidos sentem-se impunes". Quando Beschizza se dirige nesta campanha aos eleitores é para sublinhar que é necessário atacar problemas concretos: poder de compra, fiscalidade, segurança, justiça, educação, saúde.

Há um óbvio clima de ansiedade que, casos como o da violação de uma jovem de 12 anos, em Courbevoie, a dois quilómetros dos limites da capital, veio acicatar. O que não é mensurável. Um inquérito recente do Instituto Ipsos, a cerca de 9000 pessoas, teve como resultado que "a segurança dos bens e das pessoas" surgia como sexta inquietação dos franceses. O mesmo instituto tinha obtido respostas semelhantes num outro inquérito, em Outubro de 2023: o nível de delinquência surgia como a quinta preocupação dos inquiridos na sua ordem de prioridades, bastante atrás da preocupação das preocupações: o poder de compra. Em todo o caso, o nível de delinquência surgia mais próximo de outros temas como o meio ambiente, o sistema de segurança social ou a imigração.

Mathieu Gallard, director de estudos da Ipsos, refere que as questões de segurança são mais valorizadas à direita, por serem percepcionadas com maior gravidade, mas isso não quer dizer que o "sentimento de ansiedade" diga respeito apenas a um eleitorado mais próximo da União Nacional ou do Reconquista: "A impressão de que a sociedade é violenta é compartilhada por todos", disse Gallard ao *Le Monde*. A proporção de franceses que acham que a sociedade é muito violenta ronda os 91%, segundo alguns estudos, que acrescentam ter tido aumento de sete pontos num ano.

Antoine Jardin, investigador do CNRS, sublinha que se instalou na opinião pública "a ideia de que há um aumento e uma intensificação dos fenómenos de violência", sem que isso seja "corroborado, neste momento, pelos dados científicos". Jardin explica que, entre outras razões, houve uma mudança metodológica na recolha de dados, em 2022, que impede o confronto entre dados mais recentes e recolhas anteriores com base em outros métodos de avaliação. Dados do Ministério do Interior mostram, todavia, algum agravamento do número de homicídios, 5% em 2023, ou a duplicação do número de tentativas de homicídio entre 2016 e 2023.

Aurélien Delpirou, especialista em cartografia eleitoral, tem uma tese: o tema da criminalidade e da insegurança não depende de experiências pessoais, mas de uma construção política. "Se sobrepusermos o mapa dos votos de extrema-direita ao da delinquência, que é um fenómeno sobretudo urbano, encontramos o oposto".

Os *fait divers* sobre tragédias tomaram conta de vários canais de televisão, que os repetem até à náusea e perpetuam uma percepção. Não é inédito. Como num filme de Alain Resnais, a "Cantiga é sempre a mesma". A vida em Aulnay-sous-Bois é mais pacífica do que na TV.

Há 7500 autarcas de origem portuguesa

Esta associação de autarcas franceses de origem portuguesa foi criada em Fevereiro de 2000, no Senado francês. No início do século, o número de autarcas era ainda escasso e não devia ultrapassar os 300. O número foi crescendo de forma sustentada. Rondavam os 2000, por volta de 2008, os 4000, no ano de 2014, até atingirem a cifra actual.

O presidente da Associação de Autarcas Portugueses em França (Cívica), Paulo Marques, refere que esse crescimento tem sido extensivo ao número de candidatos que, actualmente, se aproxima dos 20 mil. O trabalho da Cívica privilegia a educação através da aprendizagem e informação, funciona como rede entre políticos de origem portuguesa, apesar de, por vezes, não falarem a língua.

A Cívica quer, também, ser exemplo, para outras nacionalidades, de como pode ser melhor a participação política em França. Como Paulo Marques tanto gosta de sublinhar, os autarcas de origem portuguesa neste país são a "maior representação democrática fora de Portugal". Uma das suas principais preocupações, neste momento, é a distância entre aquilo que vulgarmente se designa por comunidade emigrante e os processos de participação eleitoral em Portugal, havendo quem reclame o voto electrónico como forma mais eficaz de participação am actos eleitorais a partir da diáspora.

Integração de cuidados, o caminho para criar valor para o doente

A terceira edição do Mais Valor em Saúde – Vidas que Valem atribuiu quatro bolsas e, no debate que enquadrou o momento, uma conclusão emergiu: a integração de cuidados é o caminho para criar valor para o doente.

Colocar, efectivamente, o doente no centro do sistema. Este é o grande mérito que o júri da terceira edição das Bolsas Mais Valor em Saúde – Vidas que Valem identifica nos quatro projectos distinguidos. Em comum, têm o facto de assentarem no conceito de Value Based Healthcare, propondo uma reorganização das respectivas unidades de saúde – neste caso, Unidades Locais de Saúde (ULS) – a partir da auscultação das necessidades dos doentes e do que estes valorizam quando é a sua saúde que está em causa.

São projectos que vão agora merecer consultoria especializada, durante um ano, com vista à sua implementação, no valor de 50 mil euros cada. No total das três edições já realizadas, e como sublinhou o *executive director* da Gilead Sciences, Ignacio Schoendorff, foram alocados 600 mil euros para as 12 candidaturas seleccionadas, de um total de 57 recebidas, o que lhe permite fazer um "balanço muito positivo" de um programa que "tem um impacto incalculável na saúde dos doentes e das pessoas que os acompanham".

A criação de valor e a realidade portuguesa

A criação de valor para o doente foi, exactamente, o ponto de partida do debate "Criação de Valor para o Doente - Papel da Integração e Continuidade dos Cuidados" com os membros do júri – José Fragata, coordenador da Unidade de Cirurgia Cardíaca do Hospital CUF Tejo; Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH); Tamara Milagre, presidente da Associação EVITA; e Pedro Pita Barros, professor de Economia na Nova SBE.

A porta-voz da EVITA começou por chamar a atenção para o facto de que o valor só é gerado se fizer sentido e melhorar a vida do doente, sendo necessário dissociar o aspecto financeiro, equacionando, antes, se os resultados que se esperam visam melhorar a qualidade de vida do doente.

Na mesma linha de pensamento, o médico José Fragata enfatizou a relevância dos "*patient reported outcomes*" e da "*patient reported experience*" para sustentar que esta equação entre resultados e custos é uma metodologia a que Portugal não está habituado.

Na sua óptica, a noção de valor em saúde é muito útil, ainda que não se aplique totalmente a sistemas de saúde de base social, como o português. Teve, nomeadamente, "o condão de relacionar os resultados em saúde – que não são os do dia, mas os resultados mantidos – com os custos para os atingir". Defendeu, contudo, que é de difícil implementação.

Já Xavier Barreto focou-se na segunda parte do mote deste debate – a integração de cuidados – para notar que, quando se pensa em ULS, pensa-se em transformar a forma como as unidades de saúde estão organizadas, em criar equipas integradas, acabar com a segmentação entre cuidados (primários e hospitalares) e em desenhar um novo percurso, com novos intervenientes. Ora, neste percurso, identificou a integração clínica como sendo a dimensão com mais impacto nos doentes. "É esse o grande desafio para as ULS", advogou.

E em que medida o modelo de ULS acrescenta valor em saúde? Foi a esta questão que respondeu o economista Pedro Pita Barros, defendendo que a transformação jurídica em curso não deve ocupar todo o espaço mental da gestão, sob pena de não deixar espaço para pensar na integração. E, para alcançar essa meta, "os profissionais têm de estar comprometidos com a ideia", "os sistemas informáticos têm de estar preparados para a mudança" e impõe-se "uma visão clara de para onde se quer ir". A propósito desta visão, deixou a nota de que importa abandonar a ideia de centralismo e perseguir soluções descentralizadas: "Muito do que está a ser pensado vem de quem está mais próximo dos doentes e que, tendo ideias, só precisa da ajuda e do compromisso da gestão", sustentou.

E os vencedores desta terceira edição são, precisamente, equipas que estão próximas dos doentes e que vão, assim, ao encontro do propósito do programa – incentivar a implementação de projectos que visam a obtenção de melhorias substanciais na prestação integrada de cuidados, na eficiência económico-financeira e, fundamentalmente, melhores resultados em saúde para a comunidade.

A realização do (im)possível

Os quatro projectos distinguidos têm em comum o facto de se terem organizado

para colocar o doente no centro do sistema. Implicam quatro reorganizações de funcionamento dos serviços, que vão agora ser trabalhadas ao longo de um ano com vista a colocar em prática o que está desenhado no papel.
Da ULS Litoral Alentejano foi distinguido o programa assistencial integrado CONSIGO, focado na reabilitação respiratória da pessoa com doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC). Nas palavras da sua porta-voz, a médica Clara Cruzinha de Sousa, pretende constituir-se como "uma alternativa à abordagem mais comum", uma vez que visa promover o acesso a cuidados de saúde especializados, baseados em evidência e numa abordagem holística de proximidade focada na capacitação da pessoa com DPOC e seus cuidadores, tendo por base um processo de co-criação na identificação das suas necessidades de saúde.
"No seu duplo significado, pretende transmitir às pessoas a quem se dirige que 'estamos consigo', na medida em que estão a ser acompanhadas no seu percurso de forma holística e proactiva, e, simultaneamente, uma mensagem de empoderamento na gestão da sua doença crónica, ambicionando que, no fim do programa, cuidadores e pessoas com DPOC possam dizer 'eu consigo' gerir a minha doença crónica e viver com qualidade de vida", sublinha.
Por sua vez, a ULS São José, em Lisboa, viu reconhecido o programa ATENTO. Consiste, segundo a enfermeira Neuza Reis, num projecto de telessaúde que agrega serviços de telemonitorização, de videoconsulta e de telerreabilitação, propondo-se relacionar todas as instituições em que o doente está envolvido. O objectivo é "retirar o doente do hospital, cuidar dele em casa", dando-lhe maior autonomia na gestão da terapêutica, logo maior qualidade de vida. Quanto à bolsa, encara-a como uma validação: "Vem mostrar que estamos no caminho certo e dar mais força para continuarmos. Ajuda a criar estratégias para a sua implementação e melhoria", afirma.
Para a ULS de Santa Maria, também em Lisboa, esta bolsa tem o grande mérito de dar visibilidade ao projecto "Serviço de Urgência Amigo do Idoso". "Faz pensar sobre o tema e, com isso, pode levar a uma mudança de atitude. Ao mesmo tempo, constitui uma ajuda externa valiosa, pois contribui com diferentes perspectivas para o mesmo problema", nota a porta-voz, a médica Catarina Bekerman.
Na sua óptica, este é um projecto que cria valor em saúde já que trata de forma diferenciada uma população que requer cuidados também eles diferenciados. Tem na sua génese o conhecimento de que os idosos demoram mais tempo no serviço de urgência, consomem mais recursos, sofrem mais internamentos e maior mortalidade. E o que propõe é a integração de cuidados, com a criação de pontes para toda a rede de suporte em ambulatório. "Temos poucos recursos, mas podemos utilizá-los melhor, optimizando os circuitos", sublinha, manifestando a convicção de que esta é uma iniciativa que pode expandir-se a toda a população do serviço de urgência.
A multidisciplinaridade é também o foco do projecto da ULS Gaia/Espinho, uma "prática clínica regular como fonte de dados para suportar acordos de partilha de riscos e estudos de *real-world evidence*". Materializa-se na criação de clínicas multidisciplinares, num processo iniciado em Fevereiro, e a quantificar dados relativos aos *patient outcomes* e à *patient experience*, bem como de custos. Como dá conta o seu porta-voz, o médico Firmino Machado, implica alterações à cultura organizacional: "Há necessidade de mudar a forma como as estruturas trabalham. E é aqui que vemos a importância do prémio. Porque os samurais da inovação já demonstraram que é possível, agora é preciso que a cultura se dissemine." Trata-se de passar do actual modelo de organização vertical dos serviços, que "não é o que melhor serve os doentes", para um modelo horizontal, com uma equipa multidisciplinar, integrada, o que gera optimização do diagnóstico, da terapêutica e da reabilitação.
O Programa Mais Valor em Saúde - Vidas que Valem é uma parceria Gilead Sciences, APAH, Exigo e IASIST, com apoio institucional das Ordens dos Enfermeiros, dos Farmacêuticos e dos Médicos, e apoio tecnológico da MEO Empresas.

Duas perguntas a Maria de Belém Roseira, presidente do júri

Que importância atribui a estes prémios centrados no valor em saúde?
Este tipo de programas é muito interessante por vários motivos. Primeiro, porque permite identificar como as nossas instituições não estão paradas: estão muito sobrecarregadas com tarefas correntes, na medida em que cada vez é maior a procura de cuidados de saúde e cada vez são menores os recursos que têm para lhes fazer face, mas continuam a ser capazes de inovar, de querer fazer melhor, o que é de uma generosidade e de um altruísmo extraordinários. E é muito bom que isso seja reconhecido.
Depois, são as próprias instituições que percebem que têm de se ajustar a uma realidade que já não é a mesma. Falamos muito nas pessoas no centro do sistema, mas hoje temos de falar no sistema com as pessoas no seu centro. Parece igual, mas não é. Significa que os cuidados de saúde devem ser prestados em função daquilo que as pessoas valorizam: só assim damos conteúdo a um princípio da ética médica que é o da autonomia das pessoas. Porque as pessoas não são destinatárias de abordagens terapêuticas ou de prevenção que alguém executa sobre elas, elas são também quem decide que tipo de abordagens é melhor e quais os resultados que valorizam.

O facto de os prémios serem bolsas e não dinheiro faz a diferença?
Sim, estes prémios são diferentes por isso, por serem em consultoria especializada para conseguir levar à prática estes projectos que o júri entendeu que tinham grande potencial. Por um lado, são projectos que podem ser transpostos para outras organizações. E, por outro, as candidaturas só são aceites se os presidentes dos conselhos de administração disserem que estão disponíveis para assegurar o que é necessário para que sejam implementados. São requisitos-chave para garantir que não ficam perdidos nas curvas do caminho.

As cidades-fantasmas da "*red wall*" britânica já não são "lugares especiais"

Trabalhistas devem reconquistar parte das antigas regiões operárias que votaram no "Brexit" e em Johnson. Em Leigh, quer resgatar um círculo que foi seu durante quase 100 anos

Reportagem

António Saraiva Lima, em Golborne

"Mas onde raio estão eles?", repete David, olhando de um lado para o outro, enquanto conduz um velhinho carro cinzento que percorre as ruas ordenadas de Golborne a uma velocidade seguramente acima do que a lei permite. O PÚBLICO tenta ajudar, lendo em voz alta os nomes que vão surgindo na aplicação de telemóvel que mostra o mapa daquela pequena localidade inglesa, situada a cerca de 15 quilómetros a oeste de Manchester.

David tem 65 anos, é militante do Partido Trabalhista e, mais do que as perguntas do PÚBLICO, o que está verdadeiramente a impedi-lo de se concentrar no caminho para chegar ao destino é a sua própria vontade de falar (muito) sobre as eleições legislativas britânicas, o seu passado partidário e as hipóteses de eleição de um deputado do Labour no círculo eleitoral de Leigh e Atherton, onde Golborne está inserida. Reformado, David conta que começou no extinto Partido Social-Democrata, que aderiu depois aos Liberais Democratas e que acabou por se filiar no Partido Trabalhista, que, descreve, "é hoje um partido verdadeiramente social-democrata", porque "já não sobram muitos socialistas" no Reino Unido.

Nunca foi grande fã de Jeremy Corbyn – que diz que foi, ainda assim, alvo de um "assassínio de carácter" por parte da "imprensa de direita" britânica – e assume que o actual líder do partido, Keir Starmer, "um moderado" na *pole position* para ser o próximo primeiro-ministro no dia 4 de Julho, segundo as sondagens, "não é propriamente carismático".

"Mas a muralha azul está a entrar em colapso", congratula-se, referindo-se aos círculos eleitorais que o Partido Conservador conquistou naquela zona de Inglaterra nas legislativas de 2019, quando era liderado por Boris Johnson e quando os temas de campanha eram o "Brexit", o "Brexit" e o "Brexit". Círculos que, tudo aponta para isso, devem regressar maioritariamente às mãos do Labour após a votação.

"Ali estão eles!", grita David, de repente, para depois estacionar o carro – "o carro mau, porque hoje a minha mulher levou o carro bom", esclarece, apontado para os panfletos do Labour espalhados pelo chão do veículo – com muito mais cuidado do que o conduziu durante aquelas milhas todas aos solavancos, junto a uma fila de casas separada do passeio por um muro de tijolo acastanhado.

"Eles" são um grupo de militantes trabalhistas; três mulheres e quatro homens, com idades compreendidas entre os 23 e os 65, e um deles, um músico com 34 anos, até veio dos Países Baixos de propósito para ajudar o partido. Paul, que veste um casaco vermelho que tem nas costas a frase "*Labour have got your back*", a branco, não esconde a impaciência com o atraso de David, que, assim como o PÚBLICO, não sabia que o ponto de encontro para a acção de campanha daquela tarde tinha sido alterado à última hora para a esquina entre Park Road e a Barn Lane, em vez da biblioteca municipal.

"O Labour não tem feito nada de especial ou de diferente na '*red wall*'", diz o cientista político Rob Ford

O Partido Conservador conquistou esta zona de Inglaterra quando os temas de campanha eram o "Brexit", o "Brexit" e o "Brexit"

Tal como tem feito pelo menos duas vezes por dia nas últimas três semanas, o grupo de militantes liderado por Paul percorre as ruas de Golborne, de Lowton ou de Leigh para fazer campanha por Jo Platt, candidata a deputada na Câmara dos Comuns do Parlamento pelo círculo de Leigh e Atherton.

"David, tenho uma casa para ti"; "James, naquela só tens de pôr os panfletos no correio"; "Susan, esta não vale a pena, são *tories*". Paul tem o sistema muito bem montado, que já vem das eleições locais do início de Maio. Sabe a que campainhas já tocaram, quem abriu a porta, quem lha bateu no nariz, o que disseram e quem não tenciona votar. A missão do dia é reforçar a mensagem para os eleitores trabalhistas e para os indecisos: "Não se esqueçam de ir votar". Apesar do enorme favoritismo do Labour, em Leigh e no país, e sabendo que está a falar com um jornalista, Paul insiste que "nada está garantido" e que é preciso "assegurar que as pessoas não ficam em casa a 4 de Julho".

Tories que votam Labour

É difícil encontrar um exemplo tão paradigmático como Leigh e Atherton de um círculo eleitoral pertencente à "*red wall*" ("muralha vermelha"), a cintura mais ou menos compacta de círculos situados em antigas zonas operárias, sobretudo nas regiões Centro e Norte de Inglaterra e no País de Gales, que foi um bastião do Partido Trabalhista durante décadas, mas cuja maioria dos eleitores, para além de ter votado pela saída do Reino Unido da UE no referendo de 2016, foi conquistada por Johnson e pelo Partido Conservador nas eleições de 2019.

Anteriormente apenas designado como Leigh, o círculo está integrado no *borough* de Wigan, e, desde 1922, elegeu sempre deputados do Partido Trabalhista para o Parlamento em

JASON CAIRNDUFF/REUTERS

Em 2019, o "terramoto" conservador deitou abaixo grande parte da "*red wall*". Mas tudo indica que o Labour liderado por Keir Starmer (em baixo) vai conseguir reverter esta suposta tendência no dia 4 de Julho

PHIL NOBLE/REUTERS

Londres. Entre 2001 e 2017, o representante deste suposto "*safe seat*" do partido na Câmara dos Comuns foi Andy Burnham, ex-ministro no Governo trabalhista de Gordon Brown, actual presidente da Câmara de Manchester e alguém que é apontado há algum tempo como possível futuro líder do Labour.

O primeiro aviso de que algo estava a mudar naquela zona de Inglaterra chegou com o referendo do "Brexit" de 2016, com 63,9% dos eleitores de Wigan a votarem a favor do divórcio com os 27. Depois, em 2019, pela primeira vez em quase 100 anos, o Partido Trabalhista perdeu Leigh e, pela primeira vez, o Partido Conservador conquistou a localidade, com o candidato *tory*, James Grundy, a recolher 45,3% dos votos.

Aquele "terramoto" conservador deitou abaixo grande parte da "*red wall*". Impôs ao Partido Trabalhista, na altura liderado por Jeremy Corbyn, a sua pior derrota em legislativas desde 1935, abriu caminho para Johnson oficializar a saída da UE um mês depois e parecia ter reconfigurado o mapa eleitoral britânico para os próximos tempos. Mas tudo indica que o Labour vai conseguir reverter esta suposta tendência no dia 4 de Julho.

"Se olharmos para os eleitores da '*red wall*' do ponto de vista demográfico, para o seu meio social, para as profissões que exercem, para a sua educação, para os seus pontos de vista, para as suas prioridades, etc., apercebemo-nos de que são eleitores que deveriam estar a votar nos conservadores, por afinidade ideológica", explica ao PÚBLICO Rob Ford, professor de Ciência Política da Universidade de Manchester.

"Mas não votavam antes nos conservadores porque fazem parte de um sistema muito enraizado na cultura e na história locais. Estamos a falar, em muitos casos, de antigas zonas mineiras e operárias que tiveram uma grande ligação ao Partido Trabalhista durante o período da política de classes tradicional. É certo que as minas e as fábricas estão encerradas há muito tempo, mas a cultura local ainda tinha uma ligação residual ao partido. O que Johnson e o 'Brexit' 'fizeram' nestes locais foi quebrar essa tradição. A âncora que os mantinha agarrados ao Labour foi levantada", explica o co-autor de livros como *Revolt of the Right* (2014), *Brexitland* (2020) ou *The British General Election of 2019* (2021). Ford acredita, por isso, que, apesar de ser "muito provável que os trabalhistas recuperem todos estes círculos" da "*red wall*", "é pouco provável que voltem a ter a força que tinham". "Acredito que, daqui para a frente, círculos eleitorais como estes vão passar a alternar entre um partido e o outro", antevê.

[O governo trabalhista] irá trazer de volta o orgulho que foi perdido em tantas localidades

Jo Platt
Candidata do Partido Trabalhista

"Nem está assim tão parado"

Peter Kane Square é uma praça bonita. Tem um relógio com quatro faces que se ergue acima da rua, bancos de jardim ideais para descansar ou conversar e canteiros com flores amarelas e cor-de-rosa. Dali dá para ver uma estrutura de ferro preto onde estão afixados alguns folhetos informativos sobre as próximas actividades na vila, como o concerto comemorativo dos 45 anos dos Ex-Mineiros de Golborne. Mas a praça está vazia ao início da tarde de um dia de semana.

"As pessoas já não trabalham em sítios como este. Vão para Manchester, Liverpool e até Leeds", diz ao PÚBLICO um homem de 75 anos, de muletas e tatuagem no braço direito que não quer dar o nome e que vive há "mais de 30 anos" em Golborne. "Tínhamos um mercado, comércio e agora é isto. Uma cidade-fantasma", lamenta, apontando para as lojas abandonadas da Bridge Street, algumas ainda exibindo promoções de artigos que já lá não estão, e para os cabeleireiros e *barber shops* demasiado vizinhos naquele metro quadrado.

"Hoje isto até nem está assim tão parado", ironiza Lenka, de nacionalidade checa, funcionária de uma farmácia ali perto, dando como exemplo a visita do jornalista do PÚBLICO a Golborne e um carro que acelera na rua. "É sempre assim, calmo", corrige a colega, Lis.

Em declarações recentes ao *Leigh Journal*, Jo Platt, a ex-deputada trabalhista que representou o círculo entre 2017 e 2019 e que foi derrotada por Grundy nas últimas legislativas, assumiu que o Labour "se esqueceu de cidades como estas".

Referindo-se concretamente a Leigh, ali ao lado, Platt diz que, tal como outras localidades da "*red wall*" e do Norte de Inglaterra, a cidade "foi negligenciada, ignorada e traída durante anos", apontando a insegurança, o "comportamento anti-social", o "declínio" do centro histórico e comercial e a desindustrialização da cidade como principais desafios.

Desde que Keir Starmer assumiu a chefia do partido, em Abril de 2020, Platt garante, no entanto, que o Labour "mudou totalmente" e que está agora a "ouvir" a "*red wall*". A trabalhista volta a candidatar-se a deputada pelo círculo eleitoral e acredita que o primeiro Governo trabalhista em quase 15 anos – segundo o cenário apontado por todas as sondagens - irá "trazer de volta o orgulho que foi perdido em tantas localidades" como Leigh.

"O Labour não tem feito nada de especial ou de diferente na '*red wall*'", assinala, no entanto, Rob Ford. "Os eleitores destes sítios sentem o mesmo que os outros e estas eleições podem ser resumidas numa frase: há uma grande quantidade de pessoas que acha que 'é tudo uma merda' e culpa o Governo por isso. Tanto os eleitores da '*red wall*' como de outro lado pensam dessa forma; os círculos da '*red wall*' já não são lugares especiais."

Uma vez que Grundy não se vai recandidatar na eleição de Leigh e Atherton, Platt tem como principal adversário o conservador Michael Winstanley, cujas propostas de acabar com o cargo de presidente da Câmara de Manchester e retirar Leigh da jurisdição de Wigan foram descritas pelo jornal *Bolton News* como "radicais". Winstanley acusa os autarcas trabalhistas daquela zona do país de não terem usado os "milhões de milhões" de libras que o Governo conservador atribuiu à cidade, no âmbito de pacotes de investimento como o *Levelling-Up Fund*, porque "foram lentos a fazer tudo" e "não estavam preparados" para os receber. "Se quiserem uma amostra do que Sir Keir Starmer poderá fazer se chegar ao poder, vejam o que Andy Burnham anda a fazer na Grande Manchester", atirou o candidato.

Para eleitores como o septuagenário que não quis dar o nome, os eleitores de Leigh foram "ingénuos" em 2019 quando acreditaram nas "promessas" de Grundy e dos *tories* e nas "ilusões do 'Brexit'". Os trabalhistas, acrescenta, "são iguais" e, por isso, também "não são de grande confiança". No fim da conversa, resignado, e quase como se não se conseguisse perdoar se tivesse deixado aquilo para si, deixa escapar, entre suspiros: "Nasci trabalhista e morrerei trabalhista. O que é que se há-de fazer, *mate*?"

Mundo

António Costa quer ser "o presidente de todos aqueles que se sentam no Conselho Europeu"

Rita Siza, Bruxelas

O novo trio de dirigentes das instituições da União Europeia reuniu-se brevemente na sala VIP do aeroporto de Bruxelas

A TAP continua a ser um problema para o ex-primeiro-ministro, António Costa, que, horas depois de ter sido eleito o próximo presidente do Conselho Europeu, deveria ter embarcado com destino a Bruxelas para uma primeira troca de cumprimentos com as "duas extraordinárias líderes europeias" com quem vai trabalhar de perto nos próximos cinco anos: a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e a ainda primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas.

O voo, com partida às 7h de Lisboa, foi cancelado, o que obrigou a uma mudança de planos, e de coreografia, para o primeiro encontro oficial do trio que foi escolhido pelos chefes de Estado e governo da União Europeia, na quinta-feira à noite, para dirigir as instituições comunitárias durante a próxima legislatura.

Em vez de um encontro na Casa da História Europeia, no coração do "bairro europeu" de Bruxelas, a curta reunião teve de decorrer na zona VIP do aeroporto da capital belga, para que Von der Leyen e Kallas não perdessem os respectivos voos para o Egipto e de regresso à Estónia, respectivamente.

"Aterragem de António Costa em Bruxelas e primeiro contacto com Kaja Kallas! Sei que nós os três iremos formar uma grande equipa. Aguardo com expectativa a confirmação do Parlamento Europeu", escreveu a líder do executivo comunitário, numa mensagem acompanhada de um pequeno vídeo publicada na rede social X, onde os mais atentos logo detectaram uma diferença em relação ao actual presidente do Conselho Europeu: Costa sentou-se no sofá ao lado de Von der Leyen e Kaja Kallas.

Dados os constrangimentos de horários, o encontro de cortesia acabou por ser breve. Os três posaram para algumas fotografias, enquanto tomavam um café, e depois fecharam-se numa sala para uma conversa a sós que, segundo o PÚBLICO apurou, não durou mais do que 20 minutos.

Foi tempo suficiente para Costa perceber que a nova equipa "tem todas as condições para ter um bom relacionamento", e "conseguir funcionar bem" em conjunto, depois de assumirem funções, a 1 de Dezembro. "Também temos a vantagem de ter aprendido com as lições das experiências anteriores, o que ajuda muito para dar continuidade às boas práticas e evitar as más, que podem fazer com que as coisas não corram tão bem", referiu, mais tarde, em declarações aos jornalistas portugueses em Bruxelas.

Votação no PE

Antes de regressar a Lisboa, o ex-primeiro-ministro passou pela sede do Partido dos Socialistas Europeus, onde lembrou os "cinco anos de trabalho consecutivo, sempre com grande intensidade, e uma excelente relação" com Ursula von der Leyen, e ainda o "bom relacionamento" com a primeira-ministra da Estónia, enquanto foram colegas no Conselho Europeu.

As duas ainda terão de cumprir uma etapa adicional no Parlamento Europeu, que tem de aprovar as suas nomeações pelo Conselho Europeu. Mal foi indicada pelos líderes, Ursula von der Leyen confirmou que é para aí que vai dirigir o seu foco: a presidente da Comissão precisa de ser reeleita para o cargo por uma maioria absoluta de votos (50% mais um).

A data da votação ainda não foi oficialmente confirmada, mas a expectativa é que possa realizar-se ainda na semana da sessão constitutiva da próxima legislatura, de 16 a 19 de Julho, em Estrasburgo. Depois da consagração no Conselho Europeu, onde só teve a oposição do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, Von der Leyen, precisa de recolher 361 votos a favor.

A grande-coligação pró-europeia formada pelas três maiores famílias políticas europeias – democratas-cristãos, socialistas e liberais – detém 299 votos, mas há dentro de cada um destes grupos parlamentares partidos que não apoiam a reeleição da chefe do executivo comunitário. Von der Leyen quer evitar o cenário de 2019, quando o seu nome foi aprovado por uma curta margem de nove votos, o que exigirá negociações com outros grupos do Parlamento Europeu.

Quanto à eleição de António Costa, a oposição não veio de Viktor Orbán, que apoiou a sua escolha para o cargo, mas sim da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, que no final da cimeira europeia voltou a mostrar o seu desagrado com a forma como decorreu o processo.

Questionado sobre as críticas de Meloni, o ex-primeiro-ministro desdramatizou. "O Conselho Europeu não é uma agremiação de tecnocratas mas de políticos, que têm as suas ideias, as suas orientações e se manifestam de acordo com as suas preferências", observou, dizendo "compreender perfeitamente" o voto da primeira-ministra italiana, e prometendo "colaborar com proximidade" com Giorgia Meloni, e os restantes chefes de Estado e governo da UE.

"O Governo de Itália, como dos outros 26 países da UE, resulta do voto e da expressão democrática dos respectivos povos, que nós devemos respeitar. Que isso depois se manifeste de uma forma divergente no Conselho Europeu é normal", respondeu. "O grande esforço que é necessário fazer é, apesar das diferenças políticas, e dos diferentes pontos de vista regional, de desenvolvimento e dos interesses próprios de cada um dos países, sermos capazes de, em conjunto, tomar decisões", afirmou.

Ao contrário de Ursula von der Leyen, o presidente eleito do Conselho Europeu já terminou a sua campanha junto das famílias políticas europeias: segundo prometeu, adaptando uma expressão de Mário Soares, a sua intenção é ser "o presidente de todos aqueles que se sentam no Conselho Europeu".

"Toda a gente sabe qual é a minha família: sou socialista e fui eleito porque sou socialista", lembrou Costa, que, sem deixar de pensar o que pensa, promete deixar de lado a sua posição "puramente individual". "O presidente do Conselho Europeu expressa aquilo que é o pensamento e a vontade do Conselho Europeu", frisou. Isso implica que saiba "colocar-se acima das famílias políticas e ter uma noção muito clara e precisa das suas funções, que são garantir que todos os 27 chefes de Estado e de governo têm igual direito, merecem igual respeito e são todos tidos em consideração – e, obviamente, contribuir e ajudar a que os consensos se formem", acrescentou.

OLIVIER HOSLET/EPA

Os três líderes reuniram-se na zona VIP do aeroporto de Bruxelas e conversaram durante 20 minutos

Crédito de 150 mil euros terá redução de 32 euros na revisão do contrato em Julho

Simulação feita pelo PÚBLICO para empréstimo a 30 anos, com *spread* de 1%, sofre a maior descida na taxa a 12 meses, ao passo que as de três e seis meses caem 19 euros e 18 euros, respectivamente

Rosa Soares

Ainda não são as reduções que as famílias desejam, mas a progressiva descida das taxas Euribor vem permitir mais um pequeno corte no valor a pagar mensalmente ao banco, abrangendo, desde já, os contratos a rever em Julho.

As médias mensais de Junho, que servirão de referência para as actualizações a realizar no próximo mês, caíram nos três prazos, permitindo uma poupança de 32,42 euros num empréstimo de 150 mil euros, se associado à Euribor a 12 meses, e de 17,98 euros e 19,24 euros nos casos das taxas a seis e a três meses, respectivamente.

A simulação, realizada pelo PÚBLICO, tem em conta um contrato a 30 anos, e às taxas médias da Euribor é acrescido um *spread* ou margem comercial do banco de 1%.

Com base nestas premissas, a prestação do empréstimo associado à taxa a 12 meses corresponderá a 773,46 euros, menos 32,42 euros do que custava no último ano, tratando-se da maior descida desde o início de 2024, momento em que as Euribor começaram a descer de forma mais expressiva, interrompendo quase dois anos de subidas acentuadas. Contudo, o custo mensal ainda fica muito acima dos 581,25 euros que pagaria com a taxa de Junho de 2022, de 0,852%. Ou seja, uma diferença de 230,07 euros.

No caso da Euribor a seis meses, a prestação cai para 779,31 euros (menos 17,98 euros do que paga actualmente), e na de três meses para 780,21 euros (menos 19,24 euros).

O cálculo das prestações dos empréstimos a rever em Julho (ou de referência para novos créditos a contratar no próximo mês) é feito com as médias de Junho (são sempre utilizados os valores do mês anterior), face aos valores verificados nas actualizações anteriores, que foram realizadas há três, seis e 12 meses, conforme os prazos das taxas utilizadas nos contratos.

A média mensal da taxa a 12 meses fixou-se em Junho nos 3,650%, menos 0,031 pontos percentuais que os 3,681% de Maio, e, mais importante, menos 0,357 pontos face aos 4,007% verificados em Junho de 2023. Na Euribor a seis meses, actualmente a mais utilizada nos empréstimos à habitação (37,5% do *stock*), a média fixou-se em 3,715%, menos 0,072 pontos que no mês anterior, e menos 0,212 pontos face a Dezembro de 2023. Também o prazo mais curto, que actualmente apresenta o valor mais elevado, desceu 0,088 pontos para 3,725% e apresenta menos 0,198 pontos que o valor de Março de 2024, na base da última actualização.

Com a inversão da tendência, a redução do valor de juros a pagar ao banco é maior do que a redução da prestação final

MANUEL ROBERTO

A poupança silenciosa

Apesar de a redução das prestações estar a ocorrer de forma lenta, a poupança de um empréstimo de 150 mil euros, associado à Euribor a 12 meses, e mantendo as restantes características da simulação anterior, corresponderá a uma poupança de 389,04 euros ao longo do próximo ano.

Menos visível, mas importante, é também o facto de a redução do valor de juros a pagar ao banco ser maior do que a redução da prestação final. O valor da prestação referente a juros cai 44,63 euros, enquanto a componente referente à amortização de capital aumenta 12,21 euros, o que acaba por determinar a redução de 32,42 euros na prestação final. A componente dos juros continua a representar a "fatia de leão", ascendendo a 581,25 euros, enquanto a da amortização de capital se fica por 192,21 euros, uma relação que só se equilibrará com uma descida mais expressiva da taxa de juro.

A descida das Euribor, embora a um ritmo bem mais lento que o das subidas verificadas desde o início de 2022, é explicada pela alteração de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), que no início do corrente mês decidiu o primeiro corte das suas taxas directoras, em 0,25 pontos percentuais.

Esse corte, o primeiro em quase cinco anos, colocou a taxa de facilidade permanente de depósito, que é a principal referência para o custo de financiamento na área do euro, em 3,75%. Um patamar já igualado pela média da Euribor a três meses, que foi a que mais desceu no corrente mês, sendo que os restantes dois prazos das taxas utilizadas nos empréstimos a particulares e empresas já se encontram em valores mais baixos, o que se explica pela expectativa de novas decidas do custo do dinheiro por parte do banco central.

Descida na taxa de 12 meses corresponde a poupança de 389,04 euros ao longo de um ano

A próxima reunião do BCE está marcada para 18 de Julho, mas as declarações da presidente do BCE, Christine Lagarde, reduziram a expectativa de novos cortes de juros nessa reunião, tendo em conta, entre outros factores, a evolução da inflação. De acordo com a responsável, o BCE decidirá "reunião a reunião" e "à luz dos dados económicos e financeiros" que vão saindo, bem como consoante a "força da transmissão da política monetária" para a economia.

Daí que as expectivas de novos cortes se concentrem nas reuniões de Setembro e Dezembro, o que, a concretizar-se, fará as taxas Euribor – fixadas por um conjunto alargado de bancos através da disponibilidade de empréstimos entre si – convergir para mais perto dos 3% até ao final do ano.

Fluxos de Portugal para *offshores* baixam mas ainda valem quase 7000 milhões

Pedro Crisóstomo

Em 2023, 16 mil clientes transferiram dinheiro para paraísos fiscais: 8200 fizeram-no a título individual

Os clientes com contas bancárias em instituições financeiras portuguesas transferiram cerca de 6900 milhões de euros para contas sediadas em territórios de tributação privilegiada (consideradas paraísos fiscais) classificados pelo Banco de Portugal como "ordenamentos jurídicos *offshore*".

As estatísticas anuais publicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) no Portal das Finanças apontam para um recuo de 7% no volume das transferências, com menos 484 milhões transferidos. Mesmo havendo uma quebra face aos cerca de 7400 milhões de 2022, a quantia fica em linha com a realidade dos dois anos anteriores a esse (em 2020 e 2021, o montante também ficou ligeiramente abaixo dos 7000 milhões).

As transferências associadas à gestão de tesouraria e os pagamentos a fornecedores representam 65% da movimentação dos capitais: a primeira razão invocada pelos clientes quando ordenam as transacções explica 3457 milhões de euros, a segunda, cerca de mil milhões.

Ao todo, houve cerca de 16 mil clientes que enviaram dinheiro para centros *offshores* e territórios de tributação privilegiada no último ano. Desse universo, 8206 foram pessoas que o fizeram em nome individual e 7815 foram entidades colectivas (onde estão contabilizadas as empresas).

A AT, que tem estes dados a partir de informações comunicadas pelos bancos, contabilizou 125,1 mil operações, o que significa que o valor médio de cada uma foi de 55,4 mil euros.

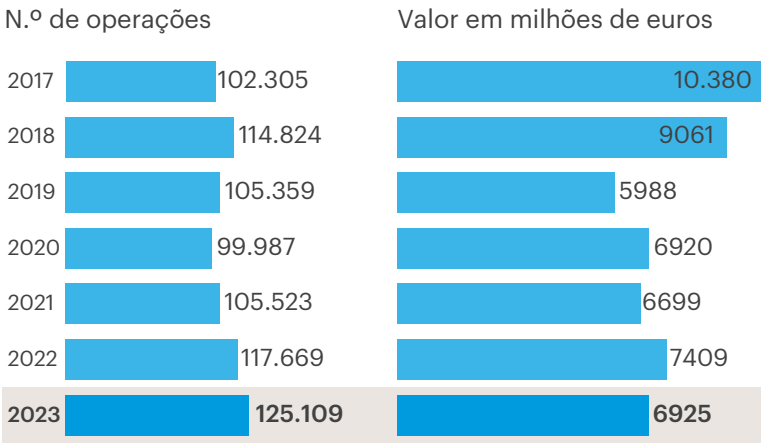
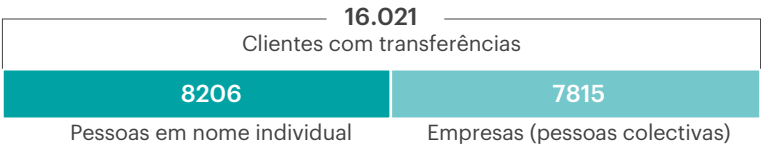
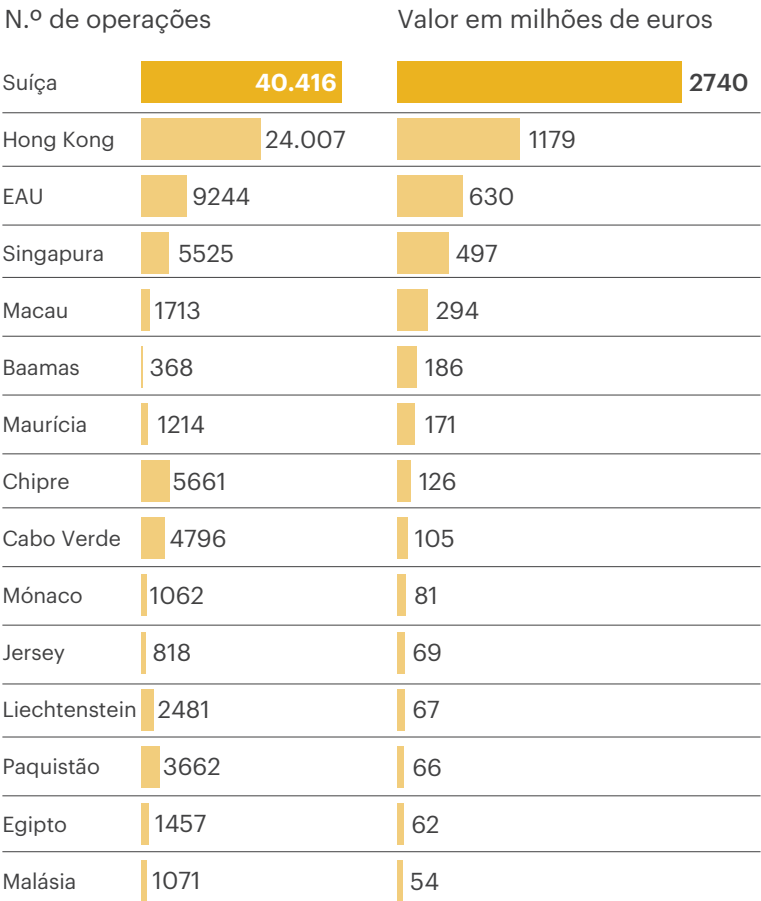
A Suíça continua no topo da lista como o principal destino dos fluxos, mas já não tem tanto peso como teve no passado recente.

Se apenas há três anos (em 2021) metade das transferências seguia para contas sediadas no centro financeiro helvético, conhecido por centralizar a gestão de tesouraria de empresas na Europa, o volume de capital captado em 2023 já só representou 40% do total expedido a partir das contas nos bancos portugueses.

O montante continua, mesmo assim, a ser expressivo: ao todo, os ordenantes realizaram 40.416 operações que envolveram 2741 milhões de euros, o que representa uma média de 67,8 mil euros por transferência.

As estatísticas das Finanças não permitem dizer se, no caso da Suíça, a origem do dinheiro movimentado é de empresas ou de particulares (só é possível verificá-lo relativamente ao conjunto global das transferências), mas permitem constatar que a larga maioria dos fluxos diz respeito a transferências de gestão de tesouraria (1371 milhões de euros), o que indica que se trata da mobilização de quantias de entidades colectivas.

Já numa escala muito inferior, os restantes fluxos relacionados com a Suíça devem-se a pagamentos a fornecedores (390 milhões de euros), a outros tipos de pagamentos não especificados nas estatísticas, por poderem agregar os valores de operações em que os clientes invocaram motivos muito diferentes (324 milhões de euros), e ainda a transferências em que o motivo indicado foi o comércio (295 milhões).

Suíça continua no topo dos destinos das transferências bancárias

Em 2023

Principais destinos

Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira

PÚBLICO

ENNIO LEANZA/LUSA

A Suíça é o principal destino, sobretudo por gestão de tesouraria

Partilha com os grandes

Depois da Suíça, a lista dos maiores destinos inclui territórios que habitualmente aparecem no topo: Hong Kong (centro *offshore* para onde foram 1179 milhões de euros), os Emirados Árabes Unidos (outro centro *offshore* e de tributação privilegiada, para onde seguiram 630 milhões de euros), Singapura (destino de 497 milhões) e Macau (294 milhões de euros).

Portugal já troca informação automática com todos estes territórios ao abrigo das regras internacionais que garantem que a administração tributária de um país fica a saber, através de sistemas de intercâmbio automáticos de dados administrativos, quem são os cidadãos nacionais com contas financeiras no estrangeiro e quanto aí têm guardado.

Deste leque, os Emirados Árabes Unidos são o único parceiro com quem Portugal tem um relacionamento distinto: Portugal sabe quantos cidadãos portugueses têm contas no Dubai, em Abu Dhabi e nos outros emirados, mas não envia informação para esse território sobre quantos emiradenses têm activos guardados nos bancos portugueses (era assim em 2022, segundo o relatório de combate à fraude divulgado há um ano).

Os bancos portugueses são obrigados a comunicar ao fisco estas operações através da declaração Modelo 38 até Março de cada ano (relativamente às transacções realizadas no ano anterior), o que permite aos serviços da autoridade tributária realizarem inspecções para identificar contribuintes de risco que realizam movimentações de dinheiro com jurisdições que, pelas suas características, requerem maior atenção das autoridades fiscais e financeiras. Umas, porque são consideradas mais vulneráveis do ponto de vista do controlo do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo; outras, porque não participam de forma plena (com falhas ou com atrasos) nos mecanismos de cooperação a nível fiscal, incluindo no que diz respeito à troca de informação financeira feita a pedido de outros Estados ou de forma espontânea; outros, porque continuam a ser territórios de baixa ou nula tributação e podem ser explorados pelos contribuintes para práticas de evasão fiscal.

Norte-americanos dão o principal impulso para a subida do turismo

Luís Villalobos

Os EUA foram responsáveis por 22% da subida das dormidas e de turistas estrangeiros entre Janeiro e Maio

DANIEL ROCHA

Em Maio, os norte-americanos ficaram na terceira posição

O número de turistas e de dormidas de estrangeiros voltou a subir em Maio e nos primeiros cinco meses do ano face a 2023, com o principal contributo a ter origem no mercado norte-americano.

De acordo com a estimativa rápida da actividade turística publicada ontem pelo INE, os EUA foram responsáveis por 22% da subida das dormidas e do número de turistas estrangeiros que se registou entre Janeiro e Maio. Dos 487,4 mil novos visitantes, 106,4 mil tiveram os EUA como ponto de origem.

Ao todo, houve 6,9 milhões de turistas estrangeiros em Portugal nos primeiros cinco meses do ano, mais 7,6% face a idêntico período do ano passado (5,9% em termos de dormidas). Os residentes também subiram, mas com uma variação menor, de 1,9% (0,9% em dormidas).

No mês de Maio, que veio confirmar a tendência de crescimento do sector (o número de hóspedes subiu 9,4% para 3,1 milhões, dos quais dois milhões foram estrangeiros, tendo as dormidas crescido a um ritmo mais baixo, de 7,5%), o mercado norte-americano assumiu-se como o terceiro maior mercado nas dormidas, com um aumento de 17,3%, para 585 mil.

Este valor, que representou uma quota de mercado de 10,1%, superou o do mercado francês (peso de 9,2%) que, conforme nota o INE, foi "um dos poucos, entre os principais, a apresentar decréscimo (-1,8%)". Na primeira e segunda posições ficaram o Reino Unido e a Alemanha, respectivamente. Olhando para o número de visitantes, os EUA passam para o segundo lugar do ranking tanto em Maio, como nos primeiros cinco meses do ano.

"No grupo dos dez principais mercados emissores, destacaram-se ainda os mercados espanhol e canadiano (quotas de 7,0% e 3,2%, respectivamente) pelos crescimentos mais significativos, +22,5% e +18,2%, pela mesma ordem", realça o INE, referindo também que o mercado brasileiro (quota de 4,5%) foi o que mais decresceu (-2,1%)".

De acordo com o INE, no mês de Maio, "todas as regiões registaram crescimentos nas dormidas". As maiores subidas foram no Alentejo (+18%) e nos Açores (+17,6%), "enquanto os crescimentos mais modestos se registaram no Algarve (+5,2%), Madeira (+5,6%) e Grande Lisboa (+5,7%)".

A estada média dos não residentes, diz o INE, "foi mais longa do que a dos residentes em todas as regiões", com a Madeira a registar "as estadas médias mais prolongadas, quer dos residentes (2,87 noites) quer dos não residentes (4,73 noites)".

Compensação por rendas antigas pode ser pedida no Portal da Habitação

Rafaela Burd Relvas

Os senhorios com contratos de arrendamento antigos que queiram ser compensados pelos limites às rendas a que estão sujeitos poderão pedir esse apoio financeiro a partir de 1 de Julho. O pedido terá de ser feito através de um formulário, que estará disponível no Portal da Habitação já na segunda-feira.

Em causa está uma das últimas medidas aprovadas pelo último Governo, que, no âmbito do Mais Habitação, congelou, de forma definitiva, os contratos de arrendamento anteriores a 1990, que não são abrangidos pelo Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) – as chamadas "rendas antigas". Em contrapartida, decidiu criar uma compensação financeira para os senhorios destes contratos, que estão impedidos de praticar rendas livremente.

O Governo aprovou assim um decreto-lei segundo o qual, "sempre que o valor da renda mensal dos contratos de arrendamento para habitação seja inferior a 1/15 do valor patrimonial tributário do locado, fraccionado em 12 meses, o senhorio tem direito a uma compensação", que assume a forma de "um apoio financeiro, concedido ao senhorio, sob a forma de subvenção mensal não reembolsável", pode ler-se no diploma.

Há cerca de 124 mil contratos de arrendamento antigos, de acordo com os dados dos Censos de 2021

O decreto-lei estabelece, ainda, que a compensação será atribuída por um período de 12 meses, renovável por períodos iguais e sucessivos, desde que se mantenham os requisitos da atribuição da compensação.

O pedido para receber o apoio financeiro, definiu também o diploma, deve ser feito junto do IHRU, a quem deve ser enviada a informação para a decisão quanto à atribuição, ou não, da compensação: data de celebração do contrato; enquadramento do contrato nas situações que permitem a atribuição da compensação; valor da renda mensal; e valor patrimonial do locado.

O decreto-lei estabelecia, por fim, que o pedido poderia ser feito a partir de 1 de Julho, numa área específica no Portal da Habitação.

CLASSIFICADOS

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt
Tel. **21 011 10 10/20** Fax **21 011 10 30**
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2
Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

FALECIMENTO

✝

Jesuina Castanheira Paiva Marquês

Sua filha, genro, netos e restante família participam o falecimento da sua ente querida, cujo funeral se realiza hoje, dia 29 de junho, pelas 15h15m da Igreja do Beato para o Cemitério dos Olivais.

Funerária de Arroios, Ld.ª
Tel: 218 137 162

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE
AMADORA / SINTRA

ANÚNCIO
Ref.ª 23/TAS/2024

TÉCNICOS/AS AUXILIARES DE SAÚDE, MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO

Torna-se público que se encontra aberto, por um período de 5 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, o processo de recrutamento para Técnicos/as Auxiliares de Saúde para a Medicina Física e Reabilitação, para preenchimento de vagas em regime de contrato individual de trabalho e constituição de bolsa de recrutamento.

Os requisitos, gerais e específicos, respetiva grelha com critérios e ponderações de avaliação, composição da Comissão de Avaliação e outras informações de interesse para apresentação de candidatura, encontram-se disponíveis em versão integral no anúncio de recrutamento disponível na página eletrónica da Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, EPE., em https://hff.min-saude.pt/hospital/recrutamento.

Amadora, 29 de junho de 2024

ANÚNCIO
REF.ª 36/ENF/2024

BOLSA DE RECRUTAMENTO DE ENFERMEIROS/AS

Torna-se público que se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, o processo de recrutamento para Enfermeiros/as, para constituição de Bolsa de Recrutamento para preenchimento de vagas em regime de contrato de trabalho.

Os requisitos, gerais e específicos, respetiva grelha com critérios e ponderações de avaliação, composição da Comissão de Avaliação e outras informações de interesse para apresentação de candidatura, encontram-se disponíveis em versão integral no anúncio de recrutamento disponível na página eletrónica da Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, em https://hff.min-saude.pt/hospital/recrutamento.

Amadora, 29 de junho de 2024

loja P

CONHEÇA AS NOSSAS COLECÇÕES DE

LITERATURA

loja.publico.pt

INFO: 210 111 010

Proc. 596/23.9T8AMT
Insolvência de Diana Filipa Silva Gonçalves
Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este
Juízo de Comércio de Amarante - Juiz 3

INLEX LEILOEIRA

LEILÃO ELETRÓNICO

VOLKSWAGEN PASSAT 2.0 TDi BLUEMOTION DE 2017

Início: 25/06/2024
Fim: 24/07/2024 às 16h00

Visitas por marcação prévia

Marinha Grande

+351 244 245 659 | 926 029 071
Estrada da Nazaré, nº 148,
2430-033 Marinha Grande - Portugal

www.inlexleiloeira.pt
geral@inlexleiloeira.pt

LEILÃO ELETRÓNICO

INÍCIO 01/07/2024 - 11H00
FIM 22/07/2024 - A PARTIR DAS 10H00

VISITAS
POR MARCAÇÃO

A LEILOEIRA FORENSE, LDA. | Rua Carlos Reis, nº. 20 A | 1600-033 Lisboa
Tel. 213477953 -T.M. 969097121 | www.aleiloeiraforense.pt

LOTE	ÁREA	DESCRIÇÃO	ARTIGO	FREGUESIA	VALOR DE VENDA
4	345M2	323	1438	SAGRES	€639,45
5	368M2	324	1439	SAGRES	€680.05
6	345M2	325	1440	SAGRES	€639,45
7	345M2	326	1441	SAGRES	€639,45
8	414M2	327	1442	SAGRES	€830,96
9	345M2	328	1443	SAGRES	€639,45
10	345M2	329	1444	SAGRES	€639,45
11	368M2	330	1445	SAGRES	€680.05
12	330M2	331	1446	SAGRES	€609,00
13	374M2	332	1447	SAGRES	€690,20
14	352M2	333	1448	SAGRES	€649,60
15	352M2	334	1449	SAGRES	€649,60
22	412M2	341	2776	SAGRES	€761,25
93	775M2	412	1492	SAGRES	€1.569,07
100	700M2	419	1494	SAGRES	€1.379,52

CONDIÇÕES DE VENDA
1. O registo é obrigatório no nosso site www.aleiloeiraforense.pt
2. Ao valor de arrematação são acrescidos, a comissão de 5% para a agência e, sobre esta, 23% de I.V.A.
3. Com a arrematação será notificado o arrematante para proceder ao pagamento de 20% do preço e a comissão, no prazo de 08 dias.
4. O remanescente do preço será pago na data da escritura, a qual terá lugar no prazo máximo de 60 dias.
Nota: Extrato das condições de venda, não dispensa a consulta das restantes condições no nosso site.

O Alvará de loteamento foi suspenso, pelo que não é possível construir nos lotes

Insolvência de ACOMAVE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO, S.A.
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 1
Processo de Insolvência nº. 1176/14.5TYLSB

LEILÃO ELETRÓNICO

INÍCIO 01/07/2024
FIM 23/07/2024

VISITAS 05/07/2024
10h-13h

VALOR MÍNIMO DE VENDA € 33.000,00
(Trinta e três mil euros)

VERBA Nº. 264
Fração autónoma designada pela letra "L, segunda cave, 2º. Piso, garagem nº. 11, a fração é parte integrante do prédio sito na Av. D. Nuno Alvares Pereira, nº. 75, descrito na 1ª. Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº. 570 da freguesia de Almada, inscrito na matriz sob o artigo 1610 da União de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.
N.B Esta garagem está unida à verba 265 garagem nº. 12, tendo só um portão de entrada e é vendida neste estado físico.

VALOR MÍNIMO DE VENDA € 369.000,00
(Trezentos e sessenta e nove mil euros)

VERBA Nº. 263
Fração autónoma designada pela letra "D", primeiro andar com acesso pelo nº. 78 D, destinado a escritório, do prédio sito na Av. D. Nuno Alvares Pereira, nº 78, 78 A a 78 D e Rua D. João de Castro, nº. 51, 51 A e 51 B, descrito na 1ª. Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº. 1486 da freguesia de Almada, inscrito na matriz sob o artigo 1340 da União de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

VALOR MÍNIMO DE VENDA € 35.000,00
(Trinta e cinco mil euros)

VERBA Nº. 265
Fração autónoma designada pela letra "M, segunda cave, 2º. Piso, garagem nº. 12, a fração é parte integrante do prédio sito na Av. D. Nuno Alvares Pereira, nº. 75, descrito na 1ª. Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº. 570 da freguesia de Almada, inscrito na matriz sob o artigo 1610 da União de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.
N.B Esta garagem está unida à verba 264 garagem nº. 11, tendo só um portão de entrada e é vendida neste estado físico.

CONDIÇÕES DE VENDA
1. O registo é obrigatório no nosso site www.aleiloeiraforense.pt
2. Ao valor de arrematação são acrescidos, a comissão de 5% para a agência e, sobre esta, 23% de I.V.A.
3. Com a arrematação será notificado o arrematante para proceder ao pagamento de 20% do preço e a comissão, no prazo de 8 dias.
4. O remanescente do preço será pago na data da escritura, a qual terá lugar no prazo máximo de 60 dias.

Nota: Extrato das condições de venda, não dispensa a consulta das restantes condições no nosso site.

Insolvência de Cantial Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 6
Processo de Insolvência nº. 9387/14.7T8LSB

A LEILOEIRA FORENSE, LDA.
Rua Carlos Reis, nº. 20 A
1600-033 Lisboa
Tel. 213477953 -T.M. 969097121
www.aleiloeiraforense.pt

LEILÃO ELETRÓNICO

Insolvência de Paulo Miguel Coruche João e Ana Paula Gonçalves Dias João
Tribunal Judicial da Comarca de Faro
Juízo de Comércio de Olhão – Juiz 1
Processo de Insolvência n.º 139/24.7T8OLH

INÍCIO 01/07/2024, ÀS 11H00 | FIM 30/07/2024, ÀS 12H00

Visitas dia 26/07/2024 das 10H às 12H

VALOR MÍNIMO DE VENDA € 153.000,00
(Cento e cinquenta e três mil euros)

Fração autónoma designada pela letra G, correspondente ao 2.º Andar esquerdo para habitação, tipologia T-2, a qual faz parte integrante do prédio sito na Rua do Vale, n.º 17, Quarteira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 5553, da freguesia de Quarteira inscrito na matriz sob o artigo 4117

CONDIÇÕES DE VENDA:
1. O registo é obrigatório no nosso site www.aleiloeiraforense.pt
2. Ao valor de arrematação são acrescidos, a comissão de 5% para a agência e, sobre esta, 23% de I.V.A.
3. Com a arrematação será notificado o arrematante para proceder ao pagamento de 20% do preço e a comissão, no prazo de 08 dias.
4. O remanescente do preço será pago na data da escritura, a qual terá lugar no prazo máximo de 60 dias, caso estejam reunidas as condições em termos de registo predial.

Nota: Extrato das condições de venda, não dispensa a consulta das restantes condições no nosso site.

A LEILOEIRA FORENSE, LDA.
Rua Carlos Reis, n.º 20 – A
1600-033 Lisboa
Tel. 213477953 -T.M. 969097121
www.aleiloeiraforense.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 15 DE JULHO, 2ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Alegria Esplendida Unipessoal, Lda.
Tribunal Judicial da Comarca do Porto - Juízo de Comércio de Santo Tirso – Juiz 5
Processo nº 1690/24.4T8STS

BENS DE RESTAURAÇÃO

(fogão, hot, estufa banho maria, grelhador, Armário e bancada frigorífica com lava loiça em inox, balcão refrigerador, máquina de gelo, máquina de lavar louça, arcas, louças, tachos e panelas, UPS, etc.)

Os bens estão localizados no Norte Shopping, em Matosinhos.

4.225,00€

Visitas por marcação. Contacto: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 23 DE JULHO, 3ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Márcia Cristina de Almeida Lobão
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa - Juízo de Comércio do Barreiro – Juiz 1
Processo nº 1134/22.6T8BRR

T3 (68,67m²)
115.500,00€

Rua Isabel da Veiga nº 13, 3º DTO.

FEIJÓ • ALMADA

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 24 DE JULHO, 4ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Florbela Maria Henriques Gaspar
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4
Processo nº 12494/22.9T8SNT

T2 (78,70m²) • 138.859,05€
C/ ARRECADAÇÃO (Nº 20)

ALGUEIRÃO • MEM MARTINS SINTRA

Rua Professor Agostinho da Silva nº 14, 4º A
TAPADA DAS MERCÊS

VISITAS: dia 15 de julho das 10h às 12h
CONTACTO: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 25 DE JULHO, 5ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de João Alcide de Oliveira Ferreira de Brito
Tribunal Judicial da Comarca do Porto - Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia – Juiz 5
Processo nº 6518/23.0T8VNG

PORTO

METADE INDIVISA DE
MORADIA V3 (3 PISOS)
180.450,00€

(AT 99m²; Área de Implantação 88m²; Área de construção e privativa de 184m²)

Rua Figueira da Foz, 125

LORDELO DO OURO

METADE INDIVISA DE
T2 (93m²) C/ GARAGEM
86.700,00€

Praça Pedra Verde nº 208, 1º andar

ALDOAR

MONDIM DE BASTO

MORADIA TÉRREA

Não tem licença de utilização.

27.114,46€

(AT 3.150m²; Área de Implantação, construção e privativa de 66m²)

PARADA • ATEI

Visitas por marcação
Contacto: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 24 DE JULHO, 4ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Florbela Maria Henriques Gaspar
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4
Processo nº 12494/22.9T8SNT

METADE INDIVISA DE
LOJA (79m²) • 87.000€
METADE INDIVISA DE
LOJA (34m²) • 37.350€

SÃO JOÃO DE BRITO • LISBOA

Rua do Centro Cultural nº 15 A e B, R/C

VISITAS: dia 15 de julho das 14h às 16h
CONTACTO: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 19 DE JULHO, 6ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de NU&ND – Ninho H. SPV 1, Lda.
Trib. Judicial da Comarca de Lisboa - Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 6 - Proc. nº 9422/24.0T8LSB

BENS DE RESTAURAÇÃO

(Forno industrial; Estufa; Máquina de vácuo; Bancada em balcão frigorifico em inox; cadeiras; mesas; Espreguiçadeiras, aquecedores exteriores; etc)

OBS: equipamentos com menos de 2 anos de uso.

10.000,00€

Visitas por marcação. **Contacto:** Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt

Leilões Eletrónicos

Loures
A Terminar
Termina a 02 de jul. de 2024, a partir das 15h30

Apartamento T3
86,66m² | 3 | 2

- Praça António Nobre, Torre 4, 11ºA,
- 5min A8
- 10min do Centro de Loures

Insolvência de Emilita Badinca Malu
Processo nº 756/19.7T8VFX

Bombarral
A Terminar
Termina a 03 de jul. de 2024, a partir das 15h00

Moradia T3
c/ piscina + Armazém
222,50m² | 2.980,50m² | 3 | 2 | 1

- R. Escola Velha, nº12, Lugar Barrocalvo, Carvalhal
- 10min A8
- 15min do Centro do Bombarral

Insolvência de Filomena Maria Figueiredo da Silva
Processo nº 766/19.4T8ACB

Valpaços
A Terminar
Visita Virtual
Termina a 04 de jul. de 2024, a partir das 15h30

Moradia T4
c/ piscina
262,68m² | 258,28m² | 4 | 2 | 2

- Rua dos Castanheiros, nº23, Possacos
- 7min N213
- 7min do Centro de Valpaços

Insolvência de Sónia Ribeiro e Vítor Ribeiro
Processo nº 672/23.8T8VRL

Lourosa
A Terminar
+ 100 VERBAS
Termina a 04 de jul. de 2024, a partir das 15h00

- Antiga fábrica de calçado -
Máquinas e equipamentos industriais

- Zona Industrial Casalinho-Rua I 1279

Insolvência de Christian Dietz, Lda.
Processo n.º 4362/23.3T8OAZ

Bragança
A Terminar
Visita Virtual
Termina a 05 de jul. de 2024, a partir das 15h30

Moradia T3
104,00m² | 3 | 2 | 2

- Rua de Cancela, Baçal
- 13min A4
- 15min do Centro de Bragança

Insolvência de Diogo Machado e Tânia Vidinha
Processo nº 1246/23.9T8BGC

Loures
A Terminar
Termina a 05 de jul. de 2024, a partir das 15h00

Rua General Humberto Delgado, Prior Velho

Rústico

Quinta do Prior Velho
- Rústico c/potencial construtivo -

- 14.280,00m²
- 10min Centro de Lisboa
- 10min Porto de Lisboa
- 5min A1, A12 e A36 (Ponte Vasco da Gama)
- Proximidade a bens e serviços

Liquidação no âmbito da Insolvência de Coordenação Societária SGPS S.A.
Processo nº 19373/16.7T8LSB

Felgueiras
Termina a 16 de jul. de 2024, a partir das 16h00

Avenida de Felgueiras 5464, Regilde

Armazém Industrial

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

- 3.433,00m²
- 1.539,00m²
- 6min A11
- 15min do centro de Felgueiras
- Antiga fábrica de calçado
- Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvência de Manuel Lopes & Lopes, S.A.
Processo nº 1015/23.6T8AMT

Óbidos
Imóveis isentos de IMT e Imposto de Selo.
Visita Virtual
Termina a 18 de jul. de 2024, a partir das 15h30

2x Lojas
V2 - Fração C: 34,20m²
V1 - Fração B: 119,70m²

- N114, Óbidos
- 1min A8
- 1min do Castelo de Óbidos

Insolvência de A Casinha D' Óbidos, Lda.
Processo nº 1524/23.7T8AC

Salvaterra de Magos
Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.
Termina a 19 de jul. de 2024, a partir das 16h00

Moradia T3
c/ logradouro
174,10m² | 364,36m² | 3 | 2 | 1

- Rua 11 de Janeiro nº62, Covões de Cima e de Baixo
- 5min A13
- 15min do Centro de Salvaterra de Magos

Insolvência Iluminati, Lda.
Processo nº 694/14.0TYLSB

Alcanena
Visita Virtual
Termina a 23 de jul. de 2024, a partir das 15h15

Lagoeiros - Estrada da Raposeira 26, Alcanena

Unidade Fabril

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

- 45.963,00m²
- 17.635,51m²
- 10min A1 e A23
- 2 min do centro de Alcanena
- Antiga fábrica de curtume
- Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvência Marsipel - Indústria de Curtumes, S.A.
Processo nº 2374/23.6T8STR

Barreiro
Termina a 24 de jul. de 2024, a partir das 15h00

Qta das Rebelas, nº 20

Armazém Industrial

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

(Composto por 4 frações autónomas)

- 2
- 872,10m²
- 3min A39
- 5min do Centro do Barreiro
- Loteamento industrial
- Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvências de Francisgood, Lda. e Francisco, Lda.
Processos nº 288/22.6T8FND e 831/23.3T8BRR

Rio Tinto
Visita Virtual
Termina a 26 de jul. de 2024, a partir das 15h00

Apartamento T1
63,75m² | 1 | 1

- Travessa de Vila Cova, 131
- 1min Estrada da Circunvalação
- Centro de Rio Tinto

Insolvência de Tiago Miguel Fonseca Gomes
Processo nº 3191/22.6T8STS

Abrantes
Visita Virtual
Termina a 31 de jul. de 2024, a partir das 15h10

Moradia T3
c/ anexo, arrumos e logradouro
258,02m² | 1.102,66m² | 3 | 3 | 1

- Rua Principal, nº17, Foz, Bemposta
- 5min N243
- 15min de Bemposta

Insolvência de Rui Carlos Duarte Santos
Processo nº 337/22.8T8PSR

Anadia
Termina a 27 de ago. de 2024, a partir das 15h00

Loja
182,00m² | 2

- Largo Dr. Costa Almeida, Fase A
- 4min N1
- Centro Anadia

Insolvência: Maria Alvim e Execução: António Alvim
Processos nº 8851/21.6T8LSB e 1/15.4T8AGD

Anadia
Termina a 27 de ago. de 2024, a partir das 15h05

½ Prédio
(3 Pisos)
439,85m²

- Rua Dr. António Costa e Almeida 5
- 4min N1
- Centro Anadia

Insolvência M. Antonieta Sotto-Mayor Rego Alvim
Processo nº 8851/21.6T8LSB

Grande Leilão
Termina dia 01 de jul. de 2024, às 16h00

Máquinas e Veículos

+ 100 Leilões | Imóveis | Direitos | Máquinas | Visitas Virtuais | Veículos

BONS NEGÓCIOS
em qualquer lugar

WWW.ONEFIX-LEILOEIROS.PT

Siga-nos:

-Registo gratuito.
-Registo obrigatório para participação no Leilão Eletrónico.
-Dias e horários de visitas disponíveis nas respectivas brochuras de venda.
-Não dispensa a consulta das Condições Gerais de Venda (Disponíveis no site e na brochura).

Sede:
Rua da República, nº31, 2670-473 Loures
Telefone: 219 823 163
(Chamada para a rede fixa nacional)

Centro Logístico:
Av. de Portugal 4, Armazém nº4,
2665-357 Póvoa da Galega

Informações para:
comercial@onefix-leiloeiros.pt

Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 795/2020

Ana Vieira da Mata, presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Robin George de Vries, de nacionalidade neerlandesa, nascido em 23 de agosto de 1991, portador do Passaporte n.º NXJP8CFL8, com último endereço conhecido em Whintoopool 64, nº 7, Eindhoven, Países Baixos, pelo facto de, no dia 9 de dezembro de 2019, durante o voo FR7473, da transportadora aérea Ryanair, rota Eindhoven/Porto, ter fumado a bordo da aeronave que em voo comercial operava o referido voo, tendo sido previamente informado da proibição de tal conduta. Tal conduta constitui, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, a prática de contraordenação muito grave, punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, datada de 16 de maio de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação *supra* identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita a título de dolo direto, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de €2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de € 408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

A Presidente do Conselho de Administração
Ana Vieira da Mata

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 795/2020

Ana Vieira da Mata, chairwoman of the Board of Directors of Autoridade Nacional da Aviação Civil, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings against Mr Robin George de Vries, of Dutch nationality, born on 23 August 1991, bearer of Passport No. NXJP8CFL8, with last known address at Whintoopool 64, nº 7, Eindhoven, Netherlands, for, on 9 December 2019, during Ryanair's flight No. FR7473, route Eindhoven/Porto, smoking a cigarette on board a civil aircraft on a commercial flight despite being previously informed that such behaviour was forbidden. Such behaviour constitutes, under article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, a very serious misdemeanour, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 16 May 2024, he was considered guilty as charged of practicing the misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as direct intent; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 2.000,00 (two thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to €408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 29th June 2024

The Chairwoman of the Board of Directors,
Ana Vieira da Mata

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 242/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que, na sequência da instauração de processo de contraordenação a Jack Doyle, de nacionalidade Inglesa, portador do Passaporte n.º 547059883, com última residência conhecida em Aldmoreh Crescent, South Ham, Basinestoke, 6 - Inglaterra, pelo facto de, no dia 28 de abril de 2019, durante o voo n.º EZY 24HF da companhia aérea easyJet, rota Londres / Faro, ter fumado a bordo da aeronave que, em voo comercial operava o referido voo, conduta que era proibida. Tal conduta constitui a prática de contraordenação aeronáutica muito grave, nos termos do artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto, e punível, nos termos do artigo 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, nos termos e para os efeitos dos artigos 46º do Regime Geral das Contraordenações e 26º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, NOTIFICA-SE O ARGUIDO que, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, de 26 de abril de 2024, foi considerado culpado nos autos de contraordenação supra identificados pela prática do ilícito contraordenacional previsto no artigo 5º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 254/2003, de 18 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 18º do Decreto-Lei n.º 208/2004, de 19 agosto e punível pelo art.º 9º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, sendo a imputação feita, a título de dolo, pelo que foi, em conformidade, condenado no pagamento de uma coima no valor de €2.000,00 (dois mil euros).

Mais deliberou ainda o Conselho de Administração da ANAC fixar as custas do processo, referentes a encargos resultantes deste, no valor de 4 Unidades de Conta, a que corresponde o valor de €408,00 (quatrocentos e oito euros), em conformidade com o disposto no art.º 92º e seguintes do Regime Geral das Contraordenações.

Informa-se ainda o arguido que:

a) A referida decisão se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, no Gabinete Jurídico desta Autoridade, sito na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 242/2019

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of the Portuguese Civil Aviation Authority, announces that following the initiation of misdemeanour proceedings against Mr. Jack Doyle, of English nationality, bearer of passport No. 547059883, with last known address at Aldmoreh Crescent, South Ham, Basinestoke, 6, England, for, on 28 April 2019, during flight No. EZY 24HF, of easyJet, route London / Faro, for smoking on board the civil aircraft that on a commercial flight operated the mentioned flight which is forbidden. Such behaviour constitutes the practice of the very serious aeronautical misdemeanour established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, punishable, in accordance with article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

Therefore, in face of the impossibility of notifying the defendant by registered mail, in accordance with articles 46 of the Misdemeanours General Regime and 26, paragraph 2 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED, that, by decision of ANAC's Board of Directors, dated 26 April 2024, he was considered guilty as charged of the misdemeanours established in article 5, paragraph 1, subparagraph c) of Decree-Law No. 254/2003, of 18 October, as amended by article 18 of Decree-Law No. 208/2004, of 19 August, and punishable under article 9, paragraph 4, subparagraph a) of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January. The subjective imputation was determined as intent; thus, the defendant was convicted in an administrative fine in the amount of € 2.000,00 (two thousand euros).

It was further deliberated to determine the legal costs of the procedure, to cover the expenses with the procedure, in 4 UC, that corresponds to €408,00 (four hundred and eight euros), in accordance with articles 92 and subsequent of Misdemeanours General Regime.

The defendant is further informed that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the Misdemeanours General Regime.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after an hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the Misdemeanours General Regime.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's legal department, located at Street B, Building 4, Humberto Delgado's Airport, Lisbon.

Lisbon, 29th June 2024

The Director of the Legal Directorate
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 609/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Ahmet Ciftei, com passaporte n.º U23517009, emitido em 01/09/2020, de nacionalidade turca, nascido em 25/08/19892, com residência em Dobri Krali Marco, 2 Turquia, terá deixado a sua bagagem no Terminal 1 – Partidas – Área do check-in, do Aeroporto Humberto Delgado em Lisboa, tendo-as aí abandonado. Tal conduta constitui contraordenação aeronáutica civil nos termos do artigo 50º do Decreto-Lei n.º 142/2019, de 19 de setembro, e todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de disposições legais relativas à aviação civil, para o qual se comine uma coima - *cfr.* Al. o) do n.º 2 do artigo 54º Decreto_lei n.º 142/2019, de 19 de setembro e nos termos do artigo 9º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções acessórias de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 609/2021

Pedro Pisco Santos, Director of the Legal Department of ANAC, makes public that administrative offence proceedings have been initiated against Ahmet Ciftei, with passport no. U23517009, issued on 01/09/2020, of Turkish nationality, born on 25/08/19892, residing in Dobri Krali Marco, 2 Turkey, will have left his luggage at Terminal 1 – Departures – Check-in area, at Humberto Delgado Airport in Lisbon, having abandoned them there. Such conduct constitutes a civil aeronautical offence under the terms of article 50 of Decree-Law no. 142/2019, of 19 September, and any unlawful and reprehensible act that fulfils a legal category corresponding to the violation of legal provisions relating to civil aviation, for which a fine is imposed - cf. Article 54 N.º 2 al. o) Decree-Law no. 142/2019, of 19 September and pursuant to Article 9(3)(a) of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January, with a minimum fine of €250.00 and a maximum of €500.00 in case of negligence and a minimum fine of €500.00 and a maximum of €1,500.00 in case of intent, as it is a natural person, without prejudice to the possible application of ancillary sanctions in accordance with Article 13 of Decree-Law No. 10/2004, of 9 January.

In view of the above, and having found that it is impossible to notify the defendant by registered letter with acknowledgment of receipt, under the provisions of paragraph 2 of article 26 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January under the terms and for the purposes of articles 46 and 50 of the General Regime of Administrative Offences, THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED to: If they wish, they must present their defence in writing, within thirty (30) working days from the date of publication of this announcement, commenting on the administrative offences that are imputed to them and on the sanctions they incur, and they must attach the elements and indicate the witnesses or other means of evidence that they consider useful for their defence.

Finally, it is informed that the administrative offence process is available for consultation, every working day, between 9 am and 5 pm, by appointment, at the Legal Department of this Authority, located at Rua B, Building 4, Humberto Delgado Airport, 4, in Lisbon.

Lisbo, 29th June 2024

The Director of the Legal Department
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 278/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa FirstJet, com sede em Paseo De La Reforma 490, Col Peña Blanca Santa 01210 - México, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor da taxa de segurança cobrada aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data do Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
514	07/03/2017	11/04/2017	11/05/2017	12,42€		0,00€

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 2 de maio de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por 2 anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a FirstJet, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59º e 95º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o arguido comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANNOUNCEMENT - Misdemeanour Proceeding No. 278/2019

Pedro Pisco dos Santos, Director of the Legal Directorate of ANAC, announces that the misdemeanour proceeding No. 278/2019 was started against FirstJet, with business address, regarding invoicing matters, at Paseo De La Reforma 490, Col Peña Blanca Santa 01210 - México, once the company did not delivery to ANAC the amount collected to the passengers regarding the security tax specified on the infra mentioned invoices in due time:

Number of the Invoice	Sent by e-mail on	Legal Presumption	Payment ue by	Amount	Date of payment	Amount in debt
514	07/03/2017	11/04/2017	11/05/2017	12,42€		0,00€

The defendant was notified of the accusation, under the terms of article 26, no. 1 of Decree-Law no. 10/2004, of 9 January, and did not present a defense, so, after instruction, the Board of Directors, in May 2, 2024 decided to apply a fine in the amount of €1.500.00, suspended for two years, and costs in 2 UC, which corresponds to €204.00.

Therefore, for the purposes of article 46 of the Decree-Law No. 433/82, of 27 October, as amended by Decree-Law No. 356/89, of 17 October, Decree-Law No. 244/95, of 14 September and Law No. 109/2001, of 24 December (RGCO), THE DEFENDANT IS HEREBY NOTIFIED that:

a) The mentioned decision will become final and demandable if it is not legally appealed on a Court of Law in accordance with articles 59 and 95 of the RGCO.
b) If the defendant wishes to appeal the decision, the written statement of claim shall be submitted to ANAC within twenty (20) working days from the publication of the present announcement, the Court of Law can decide the appeal after a hearing, or, if both the defendant and the public prosecutor do not oppose to it, by simple order.
c) The administrative fine shall be paid within ten (10) working days from the date the decision becomes final.
d) If the defendant cannot pay the administrative fine in due time, she shall communicate such fact in writing to ANAC, further requesting to pay it afterwards, as determined by article 88 of the RGCO.
e) The defendant may also legally appeal the decision regarding the amount determined for legal costs, in this case the written statement of claim shall be presented within ten (10) working days from the knowledge of the decision to challenge.

Finally, we inform that the misdemeanour proceeding is available for consultation, depending on previous scheduling, every working day, from 9 a.m. to 5 p.m., at ANAC's Legal Directorate, located at Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, Lisboa.

Lisbon, 29th June 2024

The Legal Director
Pedro Pisco dos Santos

Autoridade Nacional da Aviação Civil

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 02/2022

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Farahate Diba Issufo Jamal Hassamo, portadora do passaporte n.º AB0854951, emitido em 24/09/2020, nascida em 01/03/2020, tem residência na Rua José Régio, n.º 12 - 9.º Frente, 2675-213 Odivelas, pelo facto de no dia 31/10/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar a arguida por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46.º e 50.º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE A ARGUIDA para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 126/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa Bir Participações Ltda, com sede na Rua Princesa Isabel, n.º 232, Sala 5, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, CEP 04601000, Brasil, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura: :

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
1505	09/07/2018	13/08/2018	12/09/2018	4,18€	15/12/2018	0,00€

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 26 de abril de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por 2 anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, *ex vi* artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a Bir Participações Ltda, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 480/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Tidjane Inchasso, portador do Título de Residência n.º H155650G8, de nacionalidade angolana, nascido em 25/12/1984, tem residência na Rua Padre José Rota, 10-1.º A, 2825-380 Forte da Casa, Costa da Caparica, pelo facto de no dia 16/01/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

O arguido foi notificado da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 28 de setembro de 2023, foi condenado em coima no montante de €750,00 e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, ex vi artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, notifica-se o Sr. Tidjane Inchasso do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da ANAC no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso a o arguido, e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;

No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o Sr. Tidjane Inchasso comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 51/2022

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Idrissa Baldé, portador do Título de residência nº L02363P94, nascido em 03/05/1982, tem residência na Rua João Crisóstomo de Sá, n.º 8 – 4.º Frt, 2745-027 Queluz, pelo facto de no dia 012/11/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 06/2022

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Mamudu Baldé, portador do título de Residência n.º 66744R9Q2, emitido pelo SEF de Lisboa, nascido em 02/01/1969, com residência na Rua 1.º de Maio, n.º 5 – 1.º Esq., 2720-467 Amadora, pelo facto de no dia 21 de outubro de 2021, através de denúncia de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

Face ao exposto, e tendo-se constatado a impossibilidade de notificar o arguido por meio de carta registada com aviso de receção, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro nos termos e para os efeitos dos artigos 46º e 50º do Regime Geral das Contraordenações, NOTIFICA-SE O ARGUIDO para, querendo, apresentar defesa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de publicação do presente anúncio, pronunciando-se sobre as contraordenações que lhe são imputadas e sobre as sanções em que incorre, devendo juntar os elementos e indicar as testemunhas ou outros meios de prova que considere úteis à sua defesa.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 182/2019

Pedro Pisco dos Santos, Diretor da Direção Jurídica da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), torna público que foi instaurado processo de contraordenação à empresa BestFly World Wide, com sede em Rua Marquês de Minas 6, Bairro das Ingombotas, Luanda, Angola, por violação do artigo 55.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, isto é, por não entregar atempadamente, no prazo de 30 dias, do valor das taxas de segurança cobradas aos passageiros, constante da seguinte fatura:

Número da Fatura	Data de Envio	Data da Notificação/ Presunção Legal	Data-limite de pagamento	Importância	Data de pagamento	Importância em dívida
482	07/03/2018	12/04/2018	12/05/2018	55,80€	15/04/2019	0,00€

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 26 de abril de 2024, foi condenada em coima no montante de €1.500,00, suspensa por 2 anos, e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, ex vi artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, e uma vez que não se torna possível notificar a arguida através de carta registada com aviso de receção, notifica-se a BestFly World Wide, do seguinte:

a) A referida decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o disposto nos artigos 59.º e 95.º do Regime Geral das Contraordenações.
b) Na eventualidade de o arguido pretender impugnar a referida decisão, o referido recurso deve ser apresentado por escrito junto da ANAC no prazo de vinte (20) dias úteis sobre a publicação do presente anúncio, podendo o Tribunal decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.
c) A coima deverá ser paga no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data em que decisão se torna definitiva.
d) No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a arguida comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do art.º 88.º do Regime Geral das Contraordenações.
e) Poderá igualmente impugnar judicialmente a decisão da autoridade administrativa relativa às custas, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de dez (10) dias úteis a partir do conhecimento da decisão a impugnar.

Por fim, informa-se que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto da Portela, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco dos Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 504/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Aua Sanhá, da Titular de Residência n.º 198R042Q5, emitido em 29/08/2019, nascido em 12/03/1968, tem residência na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 42 – R/c Dt.º, 2700-207 Amadora, pelo facto de no dia 16/03/2021, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

A arguida foi notificada da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 28 de setembro de 2023, foi condenado em coima no montante de €750,00 e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, ex vi artigo 35º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, notifica-se a Sra. Aua Sanhá do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da ANAC no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso a o arguido, e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;

No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve a Sra. Aua Sanhá comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

ANÚNCIO - Processo de Contraordenação n.º 470/2021

Pedro Pisco Santos, Diretor da Direção Jurídica da ANAC, torna público que foi instaurado processo de contraordenação a Tidjane Inchasso, portador do Título de Residência n.º H155650G8, de nacionalidade angolana, nascido em 25/12/1984, tem residência na Rua Padre José Rota, 10-1º A, 2825-380 Forte da Casa, Costa da Caparica, pelo facto de no dia 22/12/2020, através de denúncia, de factos relacionados com o exercício de atividade comercial não autorizada pelas entidades competentes, no Aeroporto de Lisboa. Tal conduta constitui, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 54.º do PNSAC, a prática de contraordenação grave, punível, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, punida com coima mínima de €250,00 e máxima de €500,00 em caso de negligência e coima mínima de €500,00 e máxima de €1.500,00 em caso de dolo, por se tratar de pessoa singular.

O arguido foi notificado da acusação, nos termos do art.º 26.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 e janeiro, não tendo apresentado defesa, pelo que, após instrução, em reunião do Conselho de Administração, de 28 de setembro de 2023, foi condenado em coima no montante de €750,00 e custas em 2 UC, a que corresponde €204,00.

Nestes termos e para os efeitos do disposto nos artigos 58.º n.º 2 e 3 e 88º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, ex vi artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, notifica-se o Sr. Tidjane Inchasso do seguinte:

a) A presente decisão torna-se definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada em conformidade com o artigo 59º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;
b) Em caso de impugnação judicial, o respetivo recurso deverá ser apresentado por escrito, junto da ANAC no prazo de 20 dias úteis;
c) O Tribunal pode decidir a impugnação judicial mediante audiência ou, caso a o arguido, e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho;

No caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, deve o Sr. Tidjane Inchasso comunicar tal facto por escrito à ANAC requerendo, desde logo, autorização para pagamento posterior, nos termos do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

Por fim, se informa que o processo de contraordenação se encontra disponível para consulta, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas, mediante agendamento, na Direção Jurídica desta Autoridade, sita na Rua B, Edifício 4, Aeroporto Humberto Delgado, 4, em Lisboa.

Lisboa, 29 de junho 2024

O Diretor da Direção Jurídica
Pedro Pisco Santos

O lince-ibérico já não está em perigo. Qual é o segredo desta história de sucesso?

População de linces-ibéricos não pára de crescer e, há dez dias, a espécie deixou de estar classificada como "em perigo". Técnicos dizem que envolver a comunidade é uma peça-chave para a conservação

Reportagem

Andréia Azevedo Soares

Quando técnicos portugueses e espanhóis se reuniram em 1998, em Santiago de Compostela, para analisar os censos do lince-ibérico (*Lynx pardinus*), a conclusão não poderia ser mais preocupante: o felino selvagem estava à beira da extinção. Após duas décadas de esforço conjunto para a conservação deste animal emblemático da Península Ibérica, os resultados estão à vista: a população não pára de aumentar e, há dez dias, a espécie deixou de estar classificada como "em perigo". O que está por trás deste caso de sucesso?

Francisco Javier Salcedo Ortiz, coordenador do projecto Life Lynx-Connect, que liderou a acção transfronteiriça de conservação da espécie, explica ao PÚBLICO que uma das "chaves do sucesso" foi conseguirem reunir diferentes entidades e grupos à volta do

FOTOS: DR

partilhar o seu quotidiano com esta espécie", afirma Francisco Javier Salcedo Ortiz.

À boleia da conservação do lince-ibérico na Península Ibérica, prosperaram ainda serviços ligados ao ecoturismo, dos pequenos hotéis aos restaurantes, passando pelos guias turísticos e outros produtos associados à espécie ou ao seu habitat. "Muitas comunidades vêem a presença do lince-ibérico no território como uma maior possibilidade de gerar rendimento", acrescenta o responsável espanhol.

Felino bonito e lobo mau

A conservação do lince-ibérico tem outro ponto a seu favor: a beleza. É um felino gracioso, com ar altivo, que se distingue dos gatos domésticos por, entre outras características, a presença de "barbas" e "pincéis" de pêlo preto nas orelhas. "Que felinos tão lindos... É pena não poderem ser domesticados. Se isso fosse possível, estaria na primeira linha para ter um deles...", lia-se num comentário de um leitor a uma notícia do PÚBLICO.

"Claro que as características físicas do lince ajudaram na campanha [de sensibilização]. Repare: nós não temos notícia de em algum momento o lince ter atacado pessoas. Uma campanha destas com o lobo não teria os [mesmos] resultados, teria de ser feito de outra maneira, porque em termos históricos, desde a escola primária, temos a história do lobo e do Capuchinho Vermelho, em que o lobo come a avozinha", afirma João Alves.

O técnico do ICNF frisa, contudo, que os lobos só atacam humanos numa situação extrema, se se sentirem ameaçados ou estiverem a proteger as crias. Ainda assim, no imaginário colectivo dos humanos, o lobo continua a simbolizar o perigo, ocupando um território marcado pelo medo. Nos produtos culturais, o lobo está tão estigmatizado que a sua designação inclui muitas vezes um adjectivo pejorativo: mau.

Enquanto o lince-ibérico é um animal bonito, acarinhado por muitos, Pedro Prata, líder da associação da Rewilding Portugal, nota que o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*) continua a enfrentar muitas "barreiras sociológicas".

Em causa está a forma como a sociedade reage a ataques, que vai desde a perseguição directa, através do furtivismo (caça direccionada) ou da utilização de venenos, à indirecta, ou seja, como as pessoas reiteram um discurso negativo acerca de um animal que temem.

O director executivo da

lince-ibérico. "Isto permitiu que todos se sentissem parte do projecto, se sentissem importantes e lutassem por um objectivo comum: proteger o lince-ibérico", explicou Javier Salcedo Ortiz numa videochamada com o PÚBLICO.

O êxito do projecto, portanto, resultaria da sua natureza colectiva e reticulada. Por outras palavras, não bastam biólogos, veterinários e tantos outros excelentes técnicos a trabalhar sozinhos para salvar o *Lynx pardinus*. É preciso articular com universidades, empresas e políticos. E é essencial envolver a comunidade, sensibilizando caçadores, agricultores, proprietários florestais, criadores de gado e alunos.

"Eu próprio andei [mascarado], com uma cabeça de lince enfiada até aqui [ao pescoço] num teatro em Mértola para sensibilizar as crianças. O público do primeiro ciclo é o mais ávido e o que mais bebe a mensagem, passando-a depois aos pais e aos avós. As crianças dizem mesmo: 'Não se pode fazer mal aos linces'", conta ao PÚBLICO João Alves, técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e coordenador do programa de reintrodução do lince-ibérico em Portugal.

O trabalho deu frutos. O lince-ibérico já esteve classificado como "em perigo crítico" de extinção na *Lista Vermelha* elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês), passando em 2015 para "em perigo". No dia 20 de Junho deste ano, foi anunciada a nova mudança de estatuto de conservação, desta vez para "vulnerável". São boas notícias, mas a espécie continua em risco.

De incómoda a protegida

Ao longo das últimas décadas, o panorama sociocultural em Portugal e Espanha parece ter acompanhado, com maior ou menor atraso, o estatuto de conservação da espécie. Em 1953, por exemplo, durante a ditadura do espanhol Francisco Franco (1892-1975), foram criadas as Juntas Provinciais para a Extinção de Animais Nocivos e Protecção da Caça. Estas estruturas permitiam, por lei, a eliminação de linces-ibéricos, entre outros carnívoros, que eram então vistos como uma peste pelos caçadores.

Hoje é crime matar um lince-ibérico. Os caçadores deixaram de poder obter a pele desta espécie protegida, mas perceberam que os felinos selvagens possuem uma importante função ecológica: regulam a população de carnívoros mais pequenos, como raposas e mangustos, espécies que os caçadores tendem a ver como rivais na competição por coelhos.

"Houve uma profunda mudança de mentalidades. Hoje os caçadores vêem o lince-ibérico como um aliado. O lince era antes perseguido e morto. Hoje é não só respeitado como valorizado positivamente, as pessoas consideram um privilégio poder

Classificação
O estatuto da espécie evoluiu de "em perigo crítico" para "em conservação" e, no dia 20 de Junho, para "vulnerável

Recuperação
O Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico, em Silves, aposta na reprodução em cativeiro

➔

Rewilding Portugal acredita que o lobo-ibérico se tornou o "carnívoro mau da fita" e que, como resultado, esta resistência sociocultural dificulta tanto a campanha mediática como os esforços de conservação.

"Passámos a olhar para o lobo como o bode expiatório de todos os problemas. O lobo-ibérico está mais ameaçado do que o lince-ibérico. O lobo-ibérico precisaria agora não só de uma campanha mediática semelhante, mas também de uma estratégia de conservação séria. Este caso de sucesso do lince-ibérico mostra que conseguiríamos o mesmo resultado com outras espécies, porque o conhecimento técnico existe", argumenta Pedro Prata.

Não há dados actualizados relativamente à população de lobo-ibérico em Portugal. Segundo o último censo nacional, realizado entre 2002 e 2003, estima-se que haja aproximadamente 300 lobos no país, distribuídos por 63 alcateias. O lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*) constitui uma subespécie de lobo-cinzento.

A população de linces-ibéricos na Península Ibérica continua a crescer. O censo total em Portugal e Espanha alcançou os 2021 indivíduos em 2023, incluindo 722 crias nascidas no ano passado. Em 2022, o valor registado foi de 1668. Em apenas três anos, a população ibérica da espécie *Lynx pardinus* duplicou, segundo o ICNF.

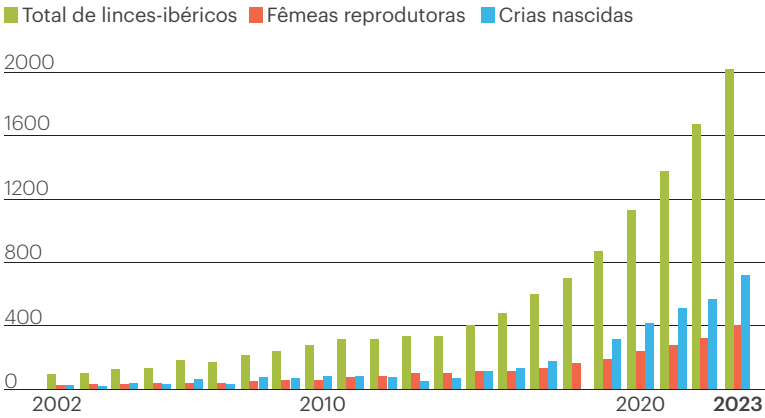
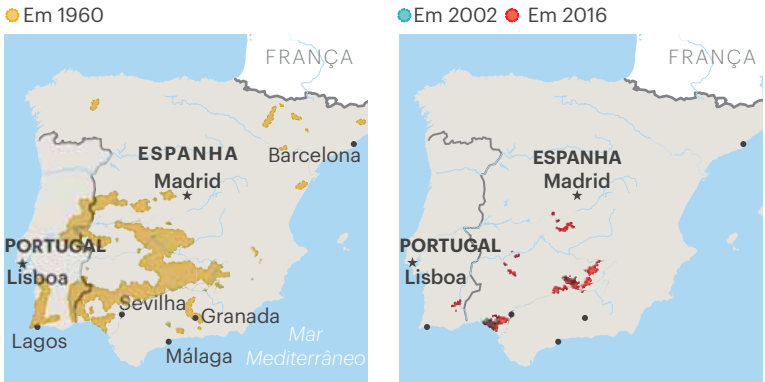
Primeiros passos

João Alves recorre a uma analogia para descrever o caso de sucesso da recuperação do lince-ibérico: é como uma maratona por estafetas. "A conservação não é uma corrida de velocidade, é uma maratona e é feita por estafetas. Há uns técnicos que iniciaram a prova e haverá outros que darão continuidade até chegarmos à meta", compara o biólogo do ICNF.

"O primeiro registo" desta história de recuperação, recorda João Alves, remonta ao tal encontro de Santiago de Compostela, realizado em 1998 – um seminário ibérico no qual estiveram presentes os técnicos Margarida Fernandes, Helena Ceia e Luís Roma Castro, e em que ficou óbvio que Portugal e Espanha tinham de envidar esforços para salvar o *Lynx pardinus*.

O declínio populacional do lince-ibérico estava, em parte, associado à escassez da sua principal presa, o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), com consequência de doenças virais, da caça e do abandono das práticas agrícolas tradicionais.

"Os linces podem comer quase qualquer animal, desde fêmeas de veado até ratos, mas em torno de 80% da sua dieta são coelhos.

Evolução da população de lince-ibérico em Portugal e Espanha
Entre 2002 e 2023

Distribuição do lince-ibérico em Portugal e Espanha

Fonte: ICNF; Iberlince PÚBLICO

Então, se não há coelhos, não há linces", explica Francisco Javier Salcedo Ortiz.

A degradação, perda ou fragmentação dos territórios favoritos da espécie (matagais e bosques mediterrânicos) também contribuiu para que os censos chegassem a números tão baixos no início desde século.

O projecto Life+Iberlince, parcialmente financiado pela União Europeia, procurou não só reequilibrar as populações de coelho-bravo, mas também proteger e restaurar o habitat do lince e reduzir as mortes causadas pelos humanos. O Life+Iberlince consiste num programa de conservação iniciado em Espanha em 2002 e que, em futuras edições, se estenderia a Portugal, a exemplo do que acontece agora com o Life Lynx-Connect.

Em Outubro de 2004, tem lugar uma cimeira ibérica, também em Santiago de Compostela, na qual os dois governos se comprometeram a investir na recuperação da espécie. "É o primeiro documento político dos dois países que prevê um trabalho conjunto mais intenso, planeado e organizado para salvar o lince-ibérico", diz João Alves numa videochamada com o PÚBLICO.

Cinco anos mais tarde, em Outubro de 2009, Portugal inaugura o Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico, em Silves. A aposta na reprodução em cativeiro surge como solução quando os técnicos constatam que o habitat natural já não era suficiente para inverter a tendência de declínio da população.

Nesse ano, Espanha compromete-se a ceder até 17 linces-ibéricos para a unidade algarvia, uma vez que o país não contava com indivíduos.

"Não havia linces em Portugal. Os técnicos chegaram à conclusão que a população só estava na Andaluzia, na serra Morena e no Parque Nacional de Doñana, em Espanha, e o os censos indicavam números inferiores a 100. Os indivíduos avistados na serra da Malcata no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – e que, de resto, justificaram que aquela zona fosse classificada como reserva natural – já eram exemplares dispersantes, foram desaparecendo e, na transição do século, o lince-ibérico já era considerado provavelmente extinto em Portugal", explica João Alves.

O técnico do ICNF frisa a importância do advérbio "provavelmente" quando o

Eu próprio andei [mascarado], com uma cabeça de lince enfiada até aqui [ao pescoço] num teatro em Mértola para sensibilizar as crianças

João Alves
Técnico do ICNF e coordenador do programa de reintrodução do lince-ibérico em Portugal

assunto é extinção: “Só um trabalho de acompanhamento continuado, ao longo de 40 anos, sem nenhum vestígio [fezes do animal], permite dizer que está extinto”. No caso português, como este estudo por quatro décadas nunca aconteceu, não é possível dizer que o *Lynx pardinus* esteve alguma vez extinto no país.

Ao longo dos últimos 14 anos, mais de 400 linces-ibéricos nasceram em centros de reprodução e foram reintroduzidos em áreas seleccionadas de Espanha e de Portugal (Algarve e Alentejo). Mais de 200 indivíduos estão à solta em território português, todos acompanhados à distância graças às coleiras com tecnologia de rede LoRa (radiofrequência de longo alcance, mas com um consumo relativamente baixo de energia).

Uma das funcionalidades previstas pelo dispositivo, em testes desde Março pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e pelas Infra-estruturas de Portugal, é alertar os motoristas que usem a aplicação Waze para a proximidade de linces-ibéricos. Os atropelamentos constituem a principal causa de mortalidade não natural desta espécie de felinos selvagens. O objectivo é que, após tamanho esforço para a recuperação da espécie, mais nenhum *Lynx pardinus* perca a vida por atravessar uma estrada.

Crescimento exponencial

Em termos populacionais, quantidade nem sempre é sinónimo de qualidade. “No último ano, o crescimento está a ser exponencial, a espécie está a crescer a um ritmo de 20% ao ano”, afirma Francisco Javier Salcedo Ortiz. Se, por um lado, os técnicos de conservação celebram a recuperação demográfica do lince-ibérico – ainda que a categoria de “vulnerável” continue a ser preocupante –, por outro, continuam apreensivos com a baixa diversidade genética da espécie.

“Em Doñana, quando começámos, havia tão pouca diversidade genética que todos os linces eram iguais, o que significa que aquela população tinha um problema genético evidente. O trabalho no centro de reprodução permite-nos agora optimizar o perfil genético”, afirma o responsável espanhol, referindo-se à reserva natural andaluza.

À medida que a diversidade genética aumentou, graças a um trabalho criterioso de reprodução em cativeiro, subiu também a resistência a doenças. E até os padrões da pelagem começaram finalmente a variar na paisagem do Parque Nacional de Doñana, em Espanha, refere Salcedo Ortiz.

João Alves conta que, em 2009, quando Espanha seleccionou 16 linces progenitores para serem enviados para o Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico, em Silves, houve um enorme cuidado para que “não fossem irmãos uns dos outros”.

O acasalamento entre indivíduos demasiado próximos do ponto de vista genético pode diminuir a resistência a doenças, deixando a espécie ainda mais vulnerável.

Erosão genética

Em Portugal, até agora, a reprodução dos linces-ibéricos tem sido “eminentemente quantitativa”, define João Alves. Quando estamos à beira da extinção, a preocupação dos técnicos consiste em distanciar-se o máximo possível de uma situação de irreversibilidade. Agora, à medida que os números começam a subir – e que a própria unidade em Silves começa a ceder indivíduos que já perderam a capacidade reprodutora, como os dois indivíduos que passarão este ano a viver no Parque Biológico de Gaia –, chega-se a um patamar em que a qualidade é preferível à quantidade.

“Nós tentámos reproduzir em cativeiro o máximo que conseguimos, quer em Portugal, quer em Espanha, mas se calhar daqui a mais dois ou três anos passaremos a fazer uma reprodução apenas de nível qualitativo. A gestão das populações naturais será uma intervenção qualitativa ao nível genético. O que é que isso significa? Nós controlaremos os acasalamentos dos centros de reprodução, escolhemos um macho e uma fêmea o menos aparentados possível”, explica o técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Quando questionado sobre os próximos passos, Francisco Javier Salcedo Ortiz avisa logo que há bastante trabalho pela frente. “Ainda há muito trabalho a fazer. Nós recuperámos o lince-ibérico do ponto de vista demográfico, mas pelo caminho houve uma grande erosão genética. Temos no horizonte um estado de conservação favorável e, para isso, temos de continuar a criar novas populações – oito, neste caso – e chegar a um total de 1100 fêmeas reprodutoras”, ambiciona o coordenador do projecto Life Lynx-Connect, que deverá estar concluído até 2026.

Função
Por ser crime matar um lince-ibérico, os caçadores deixaram de poder obter a sua pele e perceberam a sua função ecológica

População
Em Portugal e Espanha, o censo alcançou os 2021 indivíduos em 2023, incluindo 722 crias nascidas no ano passado. Em 2022, ao todo havia 1668

SARAH IMSAND/CORTESIA CULTURGEST

Oito horas de arte na natureza para pensar como a olhamos e o que lhe estamos a fazer

Juntando sete intervenções, o projecto multidisciplinar europeu *Paisagens Partilhadas* ocupa a Quinta do Pisão, em Sintra, neste e nos próximos dois fins-de-semana

Daniel Dias, em St. Pölten, Áustria

Auscultadores nos ouvidos, corpo deitado sobre o casaco impermeável oferecido minutos antes e estendido no chão da floresta. Assim estamos todos, e somos, seguramente, mais de 100. Todos ignorando-nos mutuamente por minutos; focando-nos apenas nos cheiros, nos ventos, nas sensações potencialmente desagradáveis (que criatura viscosa e deslizante é esta que parece ter acabado de estabelecer contacto com o nosso braço desprevenido?), naquilo que nos é dado a ouvir. Uma conversa gravada entre uma criança, uma cantora, um guarda-florestal, um meteorólogo e uma psicanalista. Colocam perguntas uns aos outros sobre aquilo que fazem (quando a curiosidade insaciável de uma criança consta da equação, dificilmente conseguimos ver o fundo do baú de questões), trocam considerações sobre a paisagem (o sítio onde estamos agora é o mesmo onde estas pessoas já se deitaram para conversar).

"Uma nuvem não quer saber de fronteiras políticas. Por isso é que os meteorólogos precisam de trabalhar juntos. E mesmo em tempo de guerra, é muito raro que esse intercâmbio de dados não seja permitido", ouviremos a dada altura. E depois: "Há teorias que dizem que a beleza inútil do canto dos pássaros é a prova de que os animais também produzem obras de arte."

A conversa há-de chegar ao fim e havemos, as mais de 100 moscas na parede (sem contar com os mosquitos que, tomando nota da forma como protelámos inexplicavelmente a aplicação do recomendado repelente, nos fizeram companhia), de nos levantar, uns mais ansiosamente do que aqueles para quem a experiência teve um efeito calmante. Seremos, depois, arbitrariamente divididos em grupos, cada qual fará um percurso distinto pela floresta. Reunir-nos-emos novamente horas mais tarde, depois de, independentemente da sequência, todos termos visto o mesmo: mais quatro trabalhos ou intervenções artísticas que expõem visões diferentes da paisagem natural e do modo como nos relacionamos com ela.

Ser-nos-ão dados óculos de realidade virtual para que o verdejante arvoredo que vemos à nossa frente se converta em imagens de uma natureza destruída (viajaremos das copas dizimadas até um chão que parece inexistir, num movimento de cima para baixo que provocará uma sensação apropriadamente desorientante). Teremos a oportunidade de tomar chá e comer biscoitinhos com um *performer* que faz de si mesmo e que se desloca de cadeira de rodas, num piquenique em que perceberemos a natureza como simultaneamente um "lugar de partilha" e um "espaço inacessível".

Quando todos os pequenos grupos voltarem a ser um só, ouviremos na íntegra a peça musical que terá passado o dia inteiro a revelar-se a conta-gotas, a sair progressivamente e a espaços dos arbustos até os tocadores

CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE/FESTIVAL DE AVIGNON/CORTESIA CULTURGEST

de vários instrumentos de sopro diferentes se tornarem mais visíveis. Mas não sem antes regressarmos ao chão para, sentados num campo vasto, vermos a natureza a ser tornada “fantoche”, a ser “legendada”, a falar connosco como se também fosse humana. Numa tela baixa, todavia comprida, veremos uma série de palavras e frases. O tom ameaçador instalar-se-á prontamente: “Passaste a tarde inteira a falar sobre mim. Agora sou eu quem vai falar contigo.”

Parece que de repente a natureza ganha não só uma voz, como mãos, que depressa aterram nas nossas consciências. O que é que a nossa sede insaciável de progresso e a nossa gritante falta de planeamento ou cuidado fizeram e continuam a fazer a este que é o único sítio que conhecemos verdadeiramente? “Não estou a dizer que vocês deveriam regressar às cavernas. Mas eu nunca me teria atrevido a delinear fronteiras. A colocar um preço nas coisas”, aparecerá na tela. “Vocês colonizaram-me. (...) Pensam em mim como selvagem. Sempre me temeram. Eu lembro-vos de que a vossa inteligência não é suficiente.”

Isto é *Paisagens Partilhadas*, um percurso artístico de oito horas pela natureza para pensarmos (não só, mas também) sobre o que andamos a fazer num e a um mundo devastado pelo colapso climático. O projecto resulta de uma colaboração entre várias instituições culturais europeias, como o Festival de Avignon, em França, o Théâtre Vidy-Lausanne, na Suíça, o festival Tangente St. Pölten, na Áustria (onde o PÚBLICO viu a *performance*, no início de Maio), e a Culturgest, que hoje e amanhã e nos próximos três fins-de-semana (ou seja, até 14 de Julho) traz *Paisagens Partilhadas* a Portugal e que ocupará a Quinta do Pisão, no Parque Natural de Sintra-Cascais. É desaconselhado que as pessoas se desloquem até ao local de carro, tendo a Culturgest preparado um sistema de boleias, em autocarros alugados para o efeito.

Em diálogo

A iniciativa tem como principais instigadores Caroline Barneaud, directora de projectos artísticos e internacionais do Théâtre Vidy-Lausanne, e Stefan Kaegi, um dos fundadores do colectivo germano-suíço Rimini Protokoll – e responsável pelo conceito da peça que marca o arranque da experiência, a conversa que escutamos com auscultadores sobre nuvens antifronteiras e passarinhos autores de deliciosamente inúteis obras de arte. Os dois assumiram a função de curadores e escolheram o leque dos restantes artistas que participam neste projecto: são eles o músico Ari Benjamin Meyers, a realizadora Émilie Rousset, o colectivo El Conde de Torrefiel (que assina o quase-epílogo que é o flamejante monólogo da natureza) e as duplas Chiara Bersani & Marco D’Agostin, Begüm Erciyas & Daniel Kötter e os portugueses Sofia Dias & Vítor Roriz.

À conversa com o PÚBLICO e a Antena 3 (uma conversa “partilhada”, poderíamos brincar), Stefan Kaegi fala na vontade de retirar os artistas dos “lugares seguros” que são os museus e teatros, espaços que, repara, fazem “tudo para nos isolar daquilo que pode ser o imprevisível da natureza: o vento, a chuva, o calor, os insectos...” Interessava ao co-mentor do projecto a produção de “um diálogo não só intelectual, mas físico com o que nos rodeia”. Por mais desafiante ou desconfortável que isso pudesse ser. Caroline Barneaud conta que os curadores, depois de terem oficialmente fechado o elenco de artistas, pediram-lhes listas com pequenas cláusulas. “Quando estás a trabalhar ao ar livre e, portanto, estás dependente da luz do dia, tens de lidar com muitas incertezas. E nem todos os artistas gostam de perder o controlo”, ri-se.

As peças que foram criadas, comenta Stefan, são trabalhos que “podem ser feitos na natureza com pouca tecnologia, ou tecnologia portátil, e que podem ser recontextualizados” consoante os países que visitam. O *Paisagens Partilhadas* que passou pela Áustria não é inteiramente igual àquele que será apresentado em Portugal: em cada lugar, os textos são traduzidos para a língua oficial. E no que toca às peças que envolvem interpretação (e este é um trabalho pluridisciplinar, oscilando entre a música, o teatro a céu aberto, a experimentação com a realidade virtual ou a filosofia), a equipa parte em busca de protagonistas locais, o que forçosamente causa mudanças em matéria de conteúdo, dado que os criadores trabalham a partir das histórias verdadeiras destas pessoas reais (na Áustria, no trabalho de Émilie Rousset, uma espécie de teatro documental que versa sobre agroecologia e políticas ambientais num tempo de aguda crise climática, foi particularmente memorável a intervenção da agricultora veterana que é adepta de ouvir *Highway to hell*, dos AC/DC, no seu tractor).

Sempre que nós dizemos ‘natureza’, colocamo-nos fora dela. Há que reduzir a distância que a modernidade foi gerando

Vítor Roriz
Da dupla de coreógrafos Sofia Dias e Vítor Roriz

Stefan Kaegi fala em trabalhos que se “recontextualizam” perante os problemas de cada território. “As cidades são sítios muito globalizados, mas a natureza e as aldeias não. Um lugar ameaçado pelo fogo tem outras especificidades que um lugar com problemas relacionados com as chuvas fortes.”

A intervenção de Sofia Dias e Vítor Roriz, uma peça sonora e coreográfica (e participativa), acaba por ser das que sentem menos necessidade de se metamorfosear permanentemente, requerendo apenas tradução textual. A dupla portuguesa desafia o público a fazer parte de uma espécie de ritual na floresta. Os grupos que se formam no início do percurso são divididos em dois subgrupos mais pequenos e cada pessoa recebe auscultadores. Os criadores, ausentes fisicamente, falam ao ouvido de cada um dos presentes, dando-lhes uma série de instruções. Só que nem todos recebem as mesmas. Ensaiam-se, como diz Stefan Kaegi, “experiências de confiança” uns nos outros, assim como jogos de predador e presa.

“Havia, desde o início, uma intenção de minimizar a pegada carbónica deste projecto, reduzindo as viagens dos intervenientes, por exemplo. Nós, que temos a tendência de fazer coisas mais performativas, fomos, de repente, confrontados com o desafio de fazer uma peça participativa”, conta Vítor Roriz ao PÚBLICO. “Foi uma saída da zona de conforto, não é algo que costumemos explorar”, frisa Sofia Dias. “Como espectadores, temos alguma relutância em sermos convidados a entrar numa *performance*”, afirma, antes de o seu parceiro observar: “Em peças participativas, existe sempre um ascendente de quem guia. Tentámos perceber como é que conseguiríamos diluir esse lado mais autoritário.”

Um outro desafio prendeu-se com a necessidade de simplificar a linguagem. “Normalmente, os nossos textos têm um carácter abstracto. Aqui, dado o facto de não estarmos presentes no espaço, era preciso que fôssemos mais pragmáticos”, assinala Vítor Roriz. “Foi um bom desafio, no sentido em que fizemos um esforço de ser claros sem ceder a subjectividade que nos é característica e que para nós é importante”, diz Sofia Dias, que não deixa de mencionar que a peça abraça um lado absurdo. “São contra-sensos, os auscultadores no meio da floresta, ou estarmos a pisar plantas que queremos compreender.”

A proposta de *Paisagens Partilhadas* é “um diálogo não só intelectual, mas físico com o que nos rodeia”. Projecto resulta de uma colaboração entre várias instituições culturais europeias

CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE/FESTIVAL DE AVIGNON/CORTESIA CULTURGEST

Neste trabalho, como nos outros que compõem o mosaico de *Paisagens Partilhadas*, existe, tal como sintetiza o texto de apresentação do projecto, a ideia de que “a paisagem não é um mero papel de parede”. O público é convidado a “imergir” nela e a reajustar a lente através da qual costuma olhá-la, para se aperceber, quiçá, de interconexões escondidas ou ignoradas. “Sempre que nós dizemos ‘natureza’, colocamo-nos fora dela”, refere Vítor Roriz, que completa: há que “reduzir a distância que a modernidade foi gerando”.

Oito horas de alguma caminhada (não muita, que o tempo é passado sobretudo a ver as diferentes peças) e de reflexão e questionamento, por vezes com algum humor à mistura e também com uma pausa para piquenicar pelo meio. O sol está a pôr-se em St. Pölten. Vemos na tela as palavras que o colectivo El Conde de Torrefiel julga serem as da natureza. Ela está enfurecida connosco. Temos de nos olhar ao espelho. E de a olhar com outros olhos.

O PÚBLICO viajou a convite da Culturgest

O caso CelesteMariposa, ou quando a violência doméstica invade os espaços seguros na cultura

Condenação do DJ, com pena suspensa, suscitou o protesto da ministra da Cultura do Brasil e o cancelamento de actuações. Está aberto o debate: a arte pode "legitimar agressores"?

Joana Amaral Cardoso

O DJ e produtor português Wilson Vilares, conhecido como CelesteMariposa, foi condenado pelo crime de violência doméstica e está a cumprir pena, suspensa por dois anos e meio, por decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. A vítima, uma produtora cultural luso-brasileira residente em Portugal, apresentou queixa por episódios ocorridos entre o final de Agosto e o início de Setembro de 2020. A notícia foi avançada pelo *Correio Braziliense* e confirmada pelo PÚBLICO. Desde então, Vilares já viu canceladas quatro actuações em festivais, entre eles o Sol da Caparica, em Portugal, e o Sonic Pluriverse, em Berlim, em que partilhava cartaz com a cantora e ministra da Cultura brasileira Margareth Menezes – levando o caso para o plano do debate sobre criação de espaços seguros no meio artístico e o escrutínio das programações culturais.

Desde a sentença, que lhe imputa "a prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de violência doméstica", o DJ conhecido pelos Afro-Bailes que organiza e pela edição de música passada e presente dos países africanos, viu também cessar a sua colaboração regular com o espaço nocturno lisboeta Musicbox e com a rádio Vodafone FM.

Além da pena, que cumprirá até Junho de 2026, Wilson Vilares terá de pagar uma indemnização de cerca de 5400 euros à vítima – que diz ao PÚBLICO não ter recebido qualquer montante até à data. O DJ tem os dois anos e meio da pena para o fazer e questionou, numa carta aberta: "Se eu não tiver trabalho (...), como posso pagar a indemnização?".

Foi o *Correio Braziliense* que, no passado dia 15, assinalou que CelesteMariposa deveria actuar no Sonic Pluriverse Festival, organizado pela Haus der Kulturen der Welt, no mesmo dia que a ministra da Cultura brasileira. Menezes, que é também música – passará em Julho pelo FMM Sines –, interpelou o festival alemão sobre o caso: "Margareth Menezes é veementemente contra qualquer tipo de violência sobretudo àquelas que vitimem mulheres", lê-se num breve comunicado citado por aquele jornal. "Diante do que foi trazido pela reportagem, solicitou à sua equipa artística internacional que informe o festival sobre os factos, para que sejam devidamente apurados."

A vítima diz ao PÚBLICO que escreveu "uma carta pessoal" à ministra por "dever moral, ético e social" para alertar uma governante e artista que tem um "legado" de combate à violência sobre as mulheres e de "uso da cultura como ferramenta de transformação social". A identidade da vítima, como acordado com o PÚBLICO, fica sob anonimato. "A violência de género é uma das maiores violações dos direitos humanos, um problema social e de saúde pública grave de proporções endémicas", escreve, por *email*, a vítima, que no passado trabalhou com as Nações Unidas e no apoio a refugiados.

O caso, cuja sentença data de 13 de Novembro de 2023, esteve três anos em litígio. A vítima quis torná-lo público por considerar urgente "falar da relativização da violência, questionar a eficácia de políticas públicas", da educação e dos protocolos de segurança, "sobretudo na indústria da música, que tanto negligencia e valida comportamentos criminosos".

O PÚBLICO contactou a organização do festival alemão para obter explicações sobre a decisão de cancelar a actuação do músico, sem obter resposta. Vilares diz ter sido questionado sobre o caso pela curadora que o convidou e que no dia 17 recebeu um *email* que suspendia a sua participação, mantendo-lhe os honorários. "Posso não concordar, mas percebo a atitude", afirma.

Nestes dois anos e meio, Vilares está impedido de contactar a vítima, que tem consigo, como o PÚBLICO testemunhou, um "botão de pânico" para alertar as autoridades. O DJ descreve o que aconteceu como um "erro" que o vai acompanhar "para o resto da vida", mas considera que nesta história "pode existir uma zona cinzenta". Foi por isso que no dia 17 publicou nas redes sociais uma carta aberta em que questiona a natureza da relação com a denunciante, por exemplo. Ainda assim, a sentença da juíza Joana Ferrer Antunes é taxativa: o testemunho da vítima "mereceu inteiro crédito ao tribunal". Há um vídeo de dois episódios de agressão que foi tido como prova, bem como uma testemunha presencial e outras cuja credibilidade foi validada pelo Juízo Local Criminal de Lisboa.

O palco como legitimação

CelesteMariposa começou como uma dupla formada por Wilson Vilares e pelo DJ e produtor Francisco Sousa em finais da primeira década deste século. Impulsionaram os Afro-Bailes e a edição discográfica de música africana com a qual Portugal tinha perdido contacto ou que tinha isolado nas comunidades afrodescendentes. Já a solo e sob o mesmo nome, Vilares continua a manter actividade; nos últimos meses tocou no Sónar Lisboa, no Hub Criativo da Mouraria e em vários clubes ou arraiais pelo país.

"Sempre falei com os actores culturais com quem trabalhei, avisando que estava a acontecer um processo em que eu era arguido", diz por telefone. O PÚBLICO ouviu fontes que indicam que o DJ falava do caso, mas nem sempre detalharia o papel que nele teria tido – Vilares insiste que via o caso como sendo de "agressão", mas que nunca disse ser "inocente".

Depois, mudou de atitude. "No dia em que fui julgado [e sentenciado] já não avisei mais ninguém. Quando se contrata um artista, acho que ninguém pede o seu cadastro, não é?"

A vítima, após um encontro com o PÚBLICO, defendeu em respostas por *email* que "são vários os riscos em situações como esta", um deles "a legitimação de agressores em espaços culturais ou públicos". Acredita que "são muitos os que usam a arte e os palcos como escudo para a perpetuação dos seus crimes".

Ágatha Barbosa, conhecida também como Cigarra, acompanhou o processo contra Wilson Vilares primeiro à distância, depois mais de perto. DJ, produtora e *performer* brasileira radicada em Portugal há oito anos, é um dos rostos da cena artística com enfoque feminista, *queer* e interseccional. Ao longo da carreira, posicionou-se como "uma artista de opinião" – e é por vezes consultada quando se montam equipas para projectos ou quando se quer criar um "*safe space*" para mulheres ou membros da comunidade LGBTQIA+. Como produtora, já optou por não convidar certos nomes, como DJ e *performer* já reivindicou a sua "liberdade" de não dividir palco com outros. "Sinto que devo um espaço seguro de aceitação ao público que levo, sobretudo *queer* e mulheres."

É nisso que quer focar a lente sobre o caso de CelesteMariposa. Nunca testemunhou qualquer acto violento de Wilson Vilares, mas este caso em particular e outros relatos da alegada "misoginia, homofobia e 'generofobia'" do DJ aproximaram-na da vítima e também de mais companheiros de actividade que negavam partilhar palco com ele ou com outros artistas com reputação dissonante dos seus valores. Explica: "Não é fazer campa-

Wilson Vilares cumpre pena suspensa até Junho de 2026, mas o caso de violência doméstica afectou também a sua agenda profissional

> **A vítima quis tornar o caso público por ser urgente "questionar a eficácia de políticas públicas"**

> **Muitas mulheres, pessoas racializadas ou *queer* sabem que a noite pode não ser segura**

DR

nha, é um posicionamento contra acções de misoginia. Nunca é contra uma pessoa, é uma barreira de protecção para nós mesmos."

O caso suscita uma reflexão sobre a cena cultural, especialmente a mais independente e *underground*, quanto à segurança dos públicos e a coerência com os valores que defendem artistas, clubes, salas de espectáculos, programadores, curadores. Informalmente, estes vão tomando posição.

Há espaços "mais activistas", descreve Ágatha Barbosa, que colocam mensagens sobre a tolerância zero para comportamentos discriminatórios ou de abuso, paredes que avisam que nenhum tipo de assédio será tolerado, como o Maus Hábitos, no Porto. Outros fazem-no de forma mais discreta, nos bastidores e na programação. Muitas mulheres, pessoas racializadas ou *queer* sabem que a noite pode não ser segura. O trabalho de formiguinha está em curso. "O problema é como as acções de alguns artistas se legitimam pelo sistema, colocando-os em posições em que podem ser um exemplo [para os fãs]", resume. Considera a situação de CelesteMariposa, que trabalha a diáspora africana, particularmente complexa pela interseccionalidade que urge defender hoje.

A vítima de Wilson Vilares defende que artistas condenados por crimes deste tipo "não devem ser referência, principalmente [para] os mais jovens, pelo menos até que cumpram as suas penas e possam ser reintegrados".

Como CelesteMariposa, Vilares tem "uma aura cultural de defensor da música negra, é um aliado do movimento negro contemporâneo", diz o seu ex-parceiro Francisco Sousa. Uma postura que desemboca agora na tal complexidade — o paradoxo entre o crime pelo qual foi condenado e a sua posição política no espaço público.

Julgado duas vezes

Wilson Vilares frisa várias vezes ao PÚBLICO que não nega os seus actos; diz-se de "opiniões ácidas" e crê ter criado "um muro de inimigos" e entrado num circuito em que não seria suposto estar. Quer rigor, e reclama o direito a não "ser julgado duas vezes", aludindo ao tribunal da opinião pública. Mas antes da notícia do *Correio Braziliense* já sofrera consequências. "Do Musicbox recebi um *email* a dizer que não contavam mais comigo porque não compactuavam com este tipo de comportamentos"; "na Vodafone [FM], disseram que iam mudar a grelha e eu percebi logo [que seria o fim do meu programa]".

Agora, caíram Berlim e o festival Sol da Caparica, que anunciou o cancelamento do seu *DJ set* num comunicado em que promete também "sublinhar, nas próximas três edições, a necessidade de construir uma sociedade mais inclusiva e respeitadora das minorias e das mulheres". O crime pelo qual foi condenado o DJ é doméstico, mas as consequências estendem-se ao espaço público.

A expressão "cultura de cancelamento" não entra aqui, sublinha Cigarra, porque nas acções que tem testemunhado não há apelos à suspensão, mas manifestações de preocupação, pedidos de segurança adicional ou a simples indisponibilidade dos contestatários, que se voluntariam eles próprios para sair de campo. Assim, os agentes culturais que fazem parte da cadeia de decisão vão observando que há procura por um bem: "Tornar a cena mais segura."

O processo começa mais facilmente em espaços mais pequenos para depois, esperam, chegar a estabelecimentos mais generalistas e até a grandes eventos. "Nos últimos anos, senti uma força de rede. Antigamente, quando se denunciava alguém, tínhamos muito medo de perder trabalho e ser afastados, especialmente de espaços mais hegemónicos, mas essa rede se expandiu, há um apoio que vira uma identidade da cena *underground*", resume Ágatha Barbosa. Bons exemplos são As Damas, o Arroz Estúdios ou o Outra Cena.

"Dar salvo-conduto a agressores ou abusadores pode resultar na aclamação de uma pessoa que comete actos violentos, enviando a mensagem errada sobre o que é aceitável", enquadra, por sua vez, a vítima.

"Tenho de assumir"

Ainda a lidar com as consequências psicológicas do caso, a denunciante descreve-se assim: "Eu sou toda a mulher portuguesa e toda a mulher brasileira que ainda passa por isso."

Conheceu Wilson Vilares a 25 de Abril de 2020. Na sentença lê-se que o arguido "negou a maior parte dos factos constantes da acusação", "dizendo que nunca foi namorado" da denunciante. Ao PÚBLICO, descreve uma "relação física" que envolvia dormir em casa da vítima. Quando a denunciante o identificou como namorado, lê-se na sentença, "mereceu inteiro crédito".

A relação começou em Julho do mesmo ano e há dois momentos fulcrais. O primeiro será uma discussão a 31 de Agosto motivada pela procura de um objecto importante para o trabalho de Vilares e que estava em casa da vítima, indisponível para lho devolver. A situação levou a mensagens em que Vilares lhe chamava "doente", "nojenta", "autista".

"Tenho vergonha do que disse, mas fi-lo num contexto", comenta o DJ, alegando que o "assustou" não poder aceder aos seus bens. A vítima lamenta a tentativa de descredibilização: "Este é o paradigma que temos de mudar. Não existe meia violência."

O segundo momento inicia-se ao final da noite de 5 de Setembro de 2020. Ao sair da casa da vítima na sequência de uma discussão, diz a sentença, Vilares fechou a porta causando "um hematoma" na orelha da mulher. Os dois rumaram ao edifício onse se situa a Pensão Nova Goa, no Martim Moniz, residência de um amigo do DJ, onde a altercação se tornou física logo à entrada, que coincide com a recepção da pensão. A vítima foi projectada contra a parede e arrastada pelo chão. O DJ não mencionou tais acontecimentos ao PÚBLICO, mas apenas o que sucedeu após ela ter subido para falar com o seu amigo.

"Perdi a razão. Comecei a discutir com ela, a dizer que ela tinha de sair. Agarrei-a pelos braços, e tentei expulsá-la. É óbvio, eu tendo 1,83 metros, 100 quilos, e a pessoa em causa 1,53 metros e 45 quilos..." A sentença relata que se repetiram os embates contra a parede e o chão. A mulher nega ter sido ela a atirar-se para o chão ao resistir. Ao PÚBLICO não quis voltar a falar das agressões, antes olhar para o que pode ser feito doravante.

Há fotografias dos hematomas e relatórios médicos e de uma psicóloga coincidentes com consequências de actos contundentes. As câmaras de vigilância da pensão registaram tudo, bem como a pessoa que estava na recepção e que, como todas as testemunhas chamadas pela denunciante, foi considerada credível.

"Nunca quis infligir dor. Disso eu tenho 100 % certeza absoluta", diz Wilson Vilares. "Apercebi-me logo que tinha feito algo grave. E parei."

Na carta aberta que publicou nas suas redes sociais, o DJ diz não ter tido meios financeiros para recorrer da sentença e o PÚBLICO perguntou, dado que assume os actos, qual seria a base da sua argumentação. "Queria provar que essa relação [amorosa, conjugal] não existia", diz, "e com isso automaticamente [o crime] não seria de violência doméstica, seria só um caso de violência física, uma agressão. Que a senhora me perseguiu e que isto no fundo foi uma reacção. Não me estou a desculpar, não tenho o direito de me desculpar."

Na fundamentação da sentença, porém, consta que o crime de violência doméstica abrange até quem não coabite como cônjuge. Se o acto em julgamento fosse de crime contra a integridade física, não só a moldura da pena seria menor como o culpado não seria visado por medidas acessórias como a frequência de um programa para agressores de violência doméstica, o afastamento da vítima ou até a indemnização.

A denunciante é liminar na sua resposta: "Este é exactamente o ciclo infindável da violência: a sua relativização, a permanente revitimização e sucessivas tentativas de descredibilização das vítimas."

Wilson Vilares disse ter passado tempo a "desconstruir" a sua personalidade, identificando um "machismo que achava que não tinha". É, diz, "a maior aprendizagem" que fez no processo. "Em vez de tentar expulsar alguém, eu devia ter chamado a polícia. É assim que numa sociedade civilizada se trata das coisas."

Nos últimos dias perdeu actuações em Turim e Vigo e foi-lhe pedido que não produzisse na ZDB um evento de um dos músicos que apoia. A vítima está a tentar retomar trabalho na produção cultural. Ambos dizem ter sido profissionalmente prejudicados.

A denunciante gostava de ver "acção". "Estamos a falhar enquanto comunidade, indústria e sociedade. Considerando que cada vez mais as empresas são cobradas por suas responsabilidades sociais, os agentes culturais são responsáveis pela criação de ambientes seguros e inclusivos que contribuam para a narrativa colectiva de tolerância zero à violência de género."

Guia crianças

blogues.publico.pt/letrapequena/

Em Viseu, todos os caminhos vão dar à Ottieland, Terra da Diversão
De portas abertas no Parque do Fontelo, a Ottieland aposta num percurso feito de insufláveis aquáticos à medida dos gostos e da coragem de cada um. Há também uma zona de descanso com sombras, esplanada, bar e um campo de futebol de praia. O parque está aberto das 12h às 20h (fins-de-semana e feriados a partir das 10h). A entrada custa entre 7€ e 9€. Mais em www.ottieland.pt.

Uma festa, um objecto, um sonho e uma descoberta

Um livro assinado por oito pessoas. Quatro escreveram, quatro ilustraram. Em comum têm mais do que o talento e por isso formam uma comunidade

Rita Pimenta

Ninguém fica de fora deste livro de quatro histórias. Na primeira, todos os animais são convocados para uma festa no lago; na segunda, todos os alunos terão de levar para a escola um objecto com que se identifiquem; na terceira, um menino que não é branco concretiza o sonho de ser bailarino e ter umas sapatilhas cor de pele (da sua); na quarta, há palmas para um irmão super-herói, que à noite se transforma.

O livro resulta de um projecto de residência artística dirigido pelo Queer Art Lab (QAL), no âmbito dos seus laboratórios Imersão. "Pretendemos promover a diversidade artística e criativa dentro da comunidade LGBTQIA+. Colaboramos com artistas em diferentes fases da sua carreira, de forma a impulsionar e ao mesmo tempo promover o encontro, a troca e o crescimento", diz ao PÚBLICO Ary Zara, director artístico do QAL.

Se é daqueles leitores que "torcem o nariz" quando se fala nesta comunidade, reconsidere. "Só quisemos criar narrativas sem amargura ou tristeza. Não estamos aqui para doutrinar ou transformar alguém. Não há qualquer tipo de intenção. Se as histórias ressoarem nos leitores, tudo bem. Se não ressoarem, tudo bem também", diz Ary Zara, realizador de cinema.

O projecto contou com as mentorias de Isabel Zambujal (texto) e de Yara Kono (ilustração), a colaboração da Planeta Tangerina, o financiamento da discoteca Trumps e o apoio da Casa Independente e da Casa do Comum (Lisboa), onde o livro foi lançado, a 21 de Junho.

A Sr. Hi Ena, Alex, Yusef e Um Rastro de Purpurinas
Texto: Danilo Gouveia, David J. Amado, Joana Branco e Laura Falésia
Ilustração: Ana Casimiro, Bruno de Almeida, Fatumata e Nicole Ostrovan
Edição: Queer Art Lab e Trumps
60 págs.; 15€

Joana Branco assina o primeiro texto, *O Termómetro da Felicidade*, e diz ao PÚBLICO via *email*: "A história surge com uma dupla função, a de contar histórias felizes na comunidade LGBTQIA+ e a de representar a pluralidade de comportamentos e orientações sexuais através duma fábula. É uma história sobre o poder da comunidade, sobre amor-próprio e sobre sentirmo-nos bem na nossa pele. No nosso pêlo, neste caso!"

Bruno de Almeida, brasileiro, foi o escolhido para ilustrar esta história. "É fácil deslizar-se por alguns estereótipos e continuar perpetuando-os através da literatura para infância, por isso, foi um trabalho meticuloso com muito cuidado para pensar uma representatividade inclusiva de uma forma bem-humorada."

Joana Branco diz ainda que este é "um livro sobre diversidade e inclusão que é, em si mesmo, um objecto de diversidade e inclusão". Verdade.

Ainda bem que já não "torce o nariz", porque ninguém fica de fora deste livro de quatro histórias. Nem o leitor.

FIM-DE-SEMANA EM FAMÍLIA

CINEMA

Cineconchas
LISBOA Jardim da Quinta das Conchas. Hoje, às 21h45. M/6. Grátis
Os Pato-Bravo são uma família de patos que leva uma vida tranquila num belo lago em Nova Inglaterra. Apesar de Pam, a mãe, estar ansiosa por migrar e mostrar o mundo aos seus dois filhos, é constantemente empatada pelo marido, Mack, um macho muito protector, que evita a todo o custo sair (ou deixar que saiam) da sua zona de conforto. É este o cenário de *Patos!*, filme de animação em exibição na tela do Cineconchas.

MÚSICA

O Carnaval dos Animais
ESPINHO Auditório de Espinho Amanhã, às 11h30. 5€
Os mais pequenos descobrem instrumentos que imitam os sons da selva, num concerto dedicado à obra que Saint-Saëns concebeu como um jardim zoológico musical imaginário. Integrado no 50.º Festival Internacional de Música de Espinho, o momento é levado a palco pelo FIMEnsemble, que também põe nas pautas as peças *Bolero* e *A Minha Mãe Ganso*, ambas de Ravel.

FESTAS

Crianças ao Poder
BRAGA Theatro Circo Hoje, a partir das 10h. 1,50€ a 4€
No alinhamento desenhado pelo Circuito – Serviço Educativo Braga Media Arts, com o apoio do Frenesim, estão o concerto *Nesta Manta Cabe*, uma oficina de marionetas de papel, a sessão de cinema *O Avô Surdo e a Vontade de Voar* e a peça de teatro *Eu Não Sabia Que Podia* do colectivo Os Possessos.

TEATRO

Splash!
LISBOA Casa do Coreto Amanhã, às 11h. 15€ (criança + adulto)
Um espectáculo de comédia visual da companhia A Nariguda. Tudo começa com o banho de banheira de Carolina Lalala, cheio de borbulhas de champanhe e aventuras.

Cinema

Hammarskjöld - Luta Pela Paz

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Onde Está o Pessoa? 20h15; **Dalíland** M12. 15h15; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 21h35; **O Clube dos Milagres** M12. 13h15, 15h, 16h35, 18h25; **O Sabor da Vida** M12. 19h10; **Garfield** 11h15 (VP); **Manga d'Terra** M14. 19h35; **A Quimera** M12. 21h30; **Comandante** M14. 17h10; **Bolero** M12. 16h50; **Heróis na Hora** M6. 13h25 (VP); **Soma das Partes** M12. 15h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h20, 13h25, 15h30, 17h35 (VP), 11h25, 13h20, 19h40 (VO); **Hammarskjöld - Luta Pela Paz** M12. 21h45; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** 13h25; **A Besta** 21h40

Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Dalíland M12. 22h10, 00h15; **Profissão: Perigo** M12. 21h20, 23h55; **O Clube dos Milagres** M12. 11h40, 13h50, 15h45, 17h45, 19h35, 21h25, 23h30; **IF: Amigos Imaginários** M6. 11h10, 15h10 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 13h, 15h40, 17h50, 20h (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h50, 19h15, 21h35, 00h10; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 11h30, 13h40 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h25, 17h30; **The Bikeriders** M14. 21h30, 23h50; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 19h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h20, 13h20, 15h20, 16h, 17h25, 18h30, 19h20, 21h40, 23h45 (VP), 11h15, 13h15, 15h30, 17h35, 19h40, 21h45, 23h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 11h30, 13h40, 15h40, 17h40, 19h30, 21h50, 00h15

Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
Cobweb - A Teia M14. 18h30; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 16h30; **Pedágio** M14. 14h30; **A Besta** M14. 21h

Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
A Quimera M12. 14h, 16h30, 21h15; **À Mesa da Unidade Popular** M12. 19h

Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Challengers M12. 13h10, 16h05, 19h, 22h; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 14h, 17h30, 20h40; **O Clube dos Milagres** M12. 13h35, 16h20, 18h45, 21h20, 23h50; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h10, 17h20, 20h30, 23h40; **Garfield** 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h50; **Bad Boys** M14. 13h10, 15h40, 18h15, 21h, 23h45; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h20, 15h20, 17h40, 19h45, 21h55; **O Exorcismo** 21h15, 23h30; **Soma das Partes** M12. 13h40, 15h20, 17h10, 19h; **The Bikeriders** M14. 13h50, 16h30, 21h50; **Época de Caça** M12. 13h15, 15h30, 18h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h10, 18h40 (VP), 19h20, 21h40, 24h (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Atmos - 13h25, 15h50, 18h20, 21h30, 23h55; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 21h10

Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
Uma Vida Singular M12. 13h30, 16h10; **Challengers** M12. 21h20; **O Clube dos Milagres** M12. 13h30, 15h40, 18h; **Garfield** 14h, 16h30, 18h55 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h40, 23h20; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h20, 16h, 18h30, 21h, 23h40; **Época de Caça** M12. 19h20, 21h40, 24h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h20, 15h50, 18h10 (VP), 18h40, 21h10, 23h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h30, 19h, 21h30, 23h50; **A Besta** M14. 13h10, 16h15; **A Doce Costa Leste** M14. 20h30, 23h10

Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 20h50, 24h; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h10, 23h30; **Garfield: O Filme** 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 13h10, 16h20; **Bad Boys** 12h50, 15h40, 18h30, 21h30, 00h10; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 20h40, 23h; **O Exorcismo** 13h50, 16h30, 19h20, 21h50, 00h25; **The Bikeriders** M14. 14h, 17h, 20h30, 00h30; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h20, 15h50, 18h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h, 15h30, 18h10 (VP), 19h, 21h20, 23h40 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Imax - 13h40, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 20h50; **Garfield** 11h10, 14h, 17h (VP); **Bad Boys** 13h15, 15h50, 18h30, 21h15, 24h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** 13h50, 16h30; **O Exorcismo** 21h05, 23h30; **The Bikeriders** M14. 13h20, 16h15, 18h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h50, 13h25, 16h, 18h35 (VP), 19h, 21h25, 23h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Atmos - 13h30, 16h10, 18h40, 21h10, 23h40

Cinemateca Júnior
Praça dos Restauradores - Palácio Foz.
Lassie M6. 15h

Estreias

Gru - O Maldisposto 4

De Chris Renaud, Patrick Delage. Com Steve Carell (Voz), Kristen Wiig (Voz), Joey King (Voz), Will Ferrell (Voz), Sofía Vergara (Voz). EUA. 2024. 95m. Animação, Comédia. M6.
Com a família ao seu lado, Gru sente-se realizado como nunca imaginara possível. Mas tudo se complica quando vem a saber que Maxime Le Mal, seu inimigo mortal, acabou de escapar da prisão com intenções de o destruir

O Clube dos Milagres

De Thaddeus O'Sullivan. Com Maggie Smith, Laura Linney, Kathy Bates, Agnes O'Casey, Stephen Rea. IRL/GB. 2023. 90m. Comédia Dramática. M12.
Irlanda, finais da década de 1960. Lily, Eileen e Dolly são amigas de longa data e partilham um sonho: visitar o santuário de Lourdes, nos Pirenéus franceses. Quando descobrem que um concurso de talentos organizado pela igreja tem como prémio uma excursão ao local, decidem concorrer.

Um Lugar Silencioso: Dia Um

De Michael Sarnoski. Com Joseph Quinn, Djimon Hounsou, Alex Wolff. EUA. 2024. 100m. Terror. M14.
Prequela de "Um Lugar Silencioso" (2018), este filme apocalíptico tem início no dia em que a Terra foi invadida por criaturas alienígenas que quase extinguiram a vida no planeta ao usar a sua audição extraordinariamente sensível para caçar.

A Besta

De Bertrand Bonello. Com Léa Seydoux, George MacKay, Guslagie Malanda. FRA. 2024. 146m. Drama. M14.
A acção decorre em três períodos: nos anos 1910, 2014 e 2044. Em 2044, Gabrielle vive num mundo gerido pela inteligência artificial, onde existe uma tecnologia que permite aos seres humanos purificarem o seu ADN. Ao aceder passar por essa experiência, ela mergulha em duas existências passadas, cruzando-se com um homem que amou.

A Doce Costa Leste

De Sean Price Williams. Com Jack Irv, Talia Ryder, Ella Rubin, Tess McMillan. EUA. 2023. 104m. Drama. M14.
Durante uma viagem de estudo à cidade de Washington, Lillian afasta-se dos seus colegas e foge. Desapegada de tudo e de todos, embrenha-se pelas cidades e florestas da costa leste dos EUA, envolvendo-se em aventuras inesperadas e conhecendo pessoas ao longo do caminho.

À Mesa da Unidade Popular

De Camilo De Sousa, Isabel Noronha. POR. 2024. 85m. Documentário. M12.
Com realização de Isabel Noronha e Camilo de Sousa, este documentário junta vários moçambicanos que conversam sobre o passado de modo a "revisitar o processo de construção de uma nação e da utopia partilhada da construção de uma sociedade mais justa."

Hammarskjöld - Luta Pela Paz

De Per Fly. Com Mikael Persbrandt, Francis Chouler, Cian Barry, Hakeem Kae-Kazim. África do Sul/SUE/NOR. 2023. 114m. Thriller, Biografia. M12.
A acção decorre em 1961, quando o estadista Dag Hammarskjöld ocupava o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Após o golpe militar ter deflagrado na recém-formada República Democrática do Congo, Hammarskjöld tenta um acordo de paz entre as partes.

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
O Amor Segundo Dalva	—	★★	★★
A Besta	★★★★	★	★
The Bikeriders	★★★★	★★★	★★★
Bolero	★★	—	★
Comandante	—	★	★
Dalíland	★★	—	★
A Doce Costa Leste	★★★	★	★
O Homem dos Teus Sonhos	★★	★★	★★
Manga d'Terra	★★★★	★★★	★★★
À Mesa da Unidade Popular	★★	★★	★★★
Onde Está o Pessoa?	★★★	★★★	★★★
Pedágio	—	★★	★★
Sob as Águas do Sena	—	—	●
Soma das Partes	★★	★★	★

● Mau ★ Medíocre ★★ Razoável ★★★ Bom ★★★★ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Cinemateca Portuguesa
R. Barata Salgueiro, 39. T. 213596200
Alemanha, Mãe Pálida M12. 19h30; **Os Carrascos Também Morrem** 15h; **Les Cinéphiles: Le Retour de Jean + Eric a Disparu** 19h30

Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
A Besta M14. 21h30; **A Doce Costa Leste** M14. 19h30; **Stalker** 16h30; **Evil Does Not Exist - O Mal Não Está Aqui** 13h30; **Ricardo e a Pintura** M12. 11h;

Quinta das Conchas
Alameda das Linhas de Torres (Lumiar).
Patos! M6. 21h45

UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
Dalíland M12. 16h25, 18h45; **O Clube dos Milagres** M12. 14h30, 16h50, 19h10, 21h30; **O Sabor da Vida** M12. 15h50, 21h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 13h20, 21h05, 23h45; **Garfield: O Filme** M6. 14h, 16h20 (VP); **A Quimera** M12. 15h, 18h05; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h45, 16h30, 19h15, 21h55, 00h10; **Bolero** M12. 13h35, 16h10, 19h, 21h35; **Contra Todos** M14. 13h25, 18h30, 24h; **Soma das Partes** M12. 14h10, 19h25; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h20, 19h05, 21h40; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h55, 18h50; **Época de Caça** M12. 18h50, 21h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 16h15, 18h40 (VP), 21h10, 23h30 (VO) ; **Hammarskjöld - Luta Pela Paz** M12. 15h55, 21h15; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h15, 16h40, 19h20, 21h45, 00h20; **A Besta** M14. 16h, 21h25; **Toofan** M16. 21h

Almada

Cinemas Nos Almada Fórum
R. Sérgio Malpique 2. T. 16996
Dalíland M12. 13h25, 16h20; **Profissão: Perigo** M12. 12h40, 15h30; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 13h35, 17h, 20h20, 23h30; **O Clube dos Milagres** M12. 12h55, 15h05, 17h20, 20h10, 22h20 ; **IF: Amigos Imaginários** M6. 11h, 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 17h55, 21h20; **Garfield: O Filme** M6. 10h50, 13h15, 15h45, 18h10 (VP); **Assassino Profissional** M12. 21h10, 23h45; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h45, 15h20, 18h, 21h05, 23h40; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 17h30, 19h40, 21h50, 00h10; **O Exorcismo** 13h45, 16h10, 18h35, 20h50, 23h20; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 20h15, 22h35; **The Bikeriders** M14. 13h20, 15h55, 18h40, 21h15, 23h50; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h10, 15h35; **Época de Caça** M12. 12h50, 15h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h40, 13h, 15h25, 17h50 (VP), 19h, 21h20, 23h35 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h05, 15h40, 18h20, 20h40, 23h05; **A Besta** M14. 21h, 00h05; **A Doce Costa Leste** M14. 18h15, 20h45, 23h10; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala 4DX - 13h50, 16h30, 19h10, 21h30, 23h55

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
O Panda do Kung Fu 4 M6. 11h20, 17h50 (VP); **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 15h45, 21h20; **O Clube dos Milagres** M12. 13h, 15h15, 17h10, 19h, 21h35, 23h35; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h15 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 11h10, 13h20, 15h30, 17h40, 19h50 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h15, 17h30, 19h45, 22h, 00h15; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 11h40, 15h10 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 21h50, 23h45; **O Exorcismo** 21h45, 23h55; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 22h, 00h05; **Contra Todos** M14. 19h40; **The Bikeriders** M14. 15h10, 17h25, 21h50, 00h10; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 15h45, 19h55; **Época de Caça** M12. 19h10, 00h15; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h30, 13h40, 15h20, 16h, 17h25, 18h30, 19h40, 21h40, 23h50 (VP), 11h15, 13h20, 15h40, 17h45, 19h50, 21h55, 24h (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 11h15, 13h15, 15h35, 17h35, 19h30, 21h30, 23h40

UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira.
IF: Amigos Imaginários M6. 19h (VP), 21h20, 00h10 (VO); **IF: Amigos Imaginários** M6. 14h05, 16h45 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h45, 16h20, 18h55, 21h30, 00h05; **O Exorcismo** 13h40, 16h05, 18h50, 21h35, 24h; **Contra Todos** M14. 13h35, 16h25, 23h55; **The Bikeriders** M14. 13h55, 16h35, 19h15, 21h50, 00h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 14h15, 16h15, 16h40, 18h40, 19h10, 21h40 (VP), 21h10, 23h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h10, 16h30, 19h05, 19h20, 21h25, 21h45, 00h15; **Chandum Campion** 21h

Guia

Lazer

TEATRO

Kindzu
LISBOA Teatro Ibérico. De 28/6 a 30/6. Sexta e sábado, às 21h; domingo, às 17h. M/12. 10€
Baseada no livro *Terra Sonâmbula* de Mia Couto, a peça do Teatro Ibérico vai às cicatrizes da guerra para contar a história do jovem Kindzu (que pede o nome emprestado às "palmeiras mindinhas"), que deixa a sua vila para fugir às "atrocidades de uma devastadora guerra civil". Com encenação de Rita Costa e interpretação de Raphael Teixeira, apresenta-se como "alguma coisa entre a verdade e o sonho" que "pode nem sequer existir".

ENTRETENIMENTO

9.ª Grande Regata de Barquinhos a Remos
LISBOA Jardim do Campo Grande. Dia 29/6, às 15h. Entrada livre
Inicialmente apontada para 8 de Junho, a nona edição da regata foi reagendada para este sábado. A tradição iniciada em 2012 com o cunho do humorista (e radialista e apresentador) Fernando Alvim mantém-se: ao icónico lago do Jardim do Campo Grande rumam "bravas marinheiras" e "valentes marujos" para uma competição de pequenas embarcações, em que a tripulação entra na corrida com o espírito que se impõe: com um lema, adereços, imaginação e a ambição de levar a taça para casa. As equipas são abertas a miúdos e graúdos, mediante inscrição prévia. Quem não quiser participar na regata pode ficar nas margens a ver passar barquinhos e a torcer pelos "capitães iglos" e pelas "delícias do mar, mergulhadores, pescadores, nadadores e pessoas que respiram em geral" que por ali andam.

FESTAS

Festa da Amizade e da Sardinha Assada
BENAVENTE
De 27/6 a 29/6.
Com 54 anos de tradição, a festa torna a espalhar a sua magia por meio de dez mil pães, cinco mil quilos de sardinha e outros tantos litros de vinho, contas da organização. Tudo distribuído gratuitamente, entre desfiles de campinos e cavaleiros, largadas de toiros e música.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Euromilhões 10 16 18 22 35 1 10

1.º Prémio 17.000.000€ **M1lhão** BRB 36376

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.476

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Fusão do gelo. Espinho. **2.** Poema lírico composto de versos desiguais. Relativo a muro. **3.** Decifrei. Casal. Interjeição que designa admiração ou ironia. **4.** (...) Assange, advogada e mulher de Julian Assange. Sem mistura. **5.** Aqui está. Ouro (s. q.). **6.** Corda ou cabo grosso com que se atraca o navio. **7.** (...) Miranda Rodrigues, bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses. **8.** Canoa estreita, de remos, leve e rápida, de uso nos desportos aquáticos. Incluir em si. **9.** Esquivo (fig.). Vento brando e aprazível. **10.** Vai candidatar-se ao fundo para criação de plano de integração de migrantes. Ser presente. **11.** "Quem breve ama, (...) esquece". Interjeição que designa dúvida ou menosprezo.

Verticais: 1. Oferecesse. Fio ténue. **2.** Empresa Pública. Sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe. Prefixo (montanha). **3.** Cor vermelha nos brasões (Heráldica). Namorico (palavra inglesa). **4.** Vereador. Saliência angulosa. **5.** Variante do pronome "o". Capital do Peru. Partido (fig.). **6.** Símbolo de Pascal. Recanto ou enseada na costa do mar. **7.** Símbolo de miliampere. Curva de abóbada. Estónia (Internet). **8.** "Sr.ª Hi Ena, Alex, Yusef e um Rastro de (...)", o livro em destaque no "Guia crianças. Letra pequena". **9.** Seguir até. Sagaz. **10.** O enlatado dos TAXI. Fechar (carta ou escrito) com cera. **11.** Esperteza (fig.). Enrubescera.

Solução do problema anterior:
Horizontais: 1. MediaCon. Os. **2.** Irra. Emu. Pi. **3.** Amaro. Luís. **4.** Socancra. Pa. **5.** Geb. Cal. **6.** Atai. Por. **7.** NASA. Mod. **8.** Lufthansa. **9.** Eu. Reinar. **10.** Lesim. Ladra. **11.** Altriz. Roer.
Verticais: 1. Miasma. Lula. **2.** Ermo. Teu. El. **3.** Dracma. FEST. **4.** Iara. Intuir. **5.** ONG. Ah. Mi. **6.** CE. Cessar. **7.** Om. Rb. Anel. **8.** Nula. Siar. **9.** Comando. **10.** Opíparo. Are. **11.** Sisal. Durar.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Sul
Vul: Todos

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	3ST	Todos passam	

Leilão: Equipas ou partida livre (IMPs).

Carteio: Saída: J♠. Deixa correr três vezes e Este, após fazer o seu Ás sobre o Rei do morto, joga a Dama de paus. Como continuaria?

Solução: A última espada em Oeste, ainda nos resta uma pequena oportunidade para cumprir este contrato: os ouros deverão estar 3-3, mas não podemos ceder a mão a Oeste, é fundamental que seja Este a ter a Dama de ouros! Mas atenção, se a sua intenção for a de jogar Ás e Rei de ouros e ouro para Este, este último não se esquecerá de largar a sua Dama oportunamente debaixo do Ás ou do Rei, permitindo assim que seja Oeste a ficar com a mão no Valete de ouros! Prenda o ataque a paus no morto e jogue um primeiro ouro para o Ás (salvo se Este jogar a Dama que deve deixar fazer!). Reitere a manobra e assim irá ganhar o contrato.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
		3♦	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠KQ1054 ♥KQ107 ♦2 ♣KJ10

Resposta: Sobre uma abertura num ouro, a voz certa seria uma espada. Aqui, o dobre é a voz mais flexível, a que dá uma ideia melhor da nossa mão e com isso o parceiro terá mais opções ao seu dispor.

Sudoku

Problema 12.716 (Fácil)

1			3					5
		9			8			
			2	7			3	
	9		5	3	7	6		4
		3	8		4	5		
4		8	9	6	1		7	
	8			1	5			
			7			1		
9					2			3

Solução 12.714

7	5	9	2	1	4	8	6	3
3	2	1	6	5	8	7	4	9
8	4	6	9	7	3	1	2	5
4	6	5	3	9	1	2	7	8
1	7	3	8	2	6	5	9	4
2	9	8	5	4	7	6	3	1
5	8	7	4	6	9	3	1	2
9	1	2	7	3	5	4	8	6
6	3	4	1	8	2	9	5	7

Problema 12.717 (Difícil)

2			9					6
							3	
3			2	8			9	
		7		4	1	8		
		2	6	7		4		
	3			5	6			1
	1							
5					7			9

Solução 12.715

2	6	9	8	5	3	1	4	7
8	7	5	4	1	9	2	6	3
3	1	4	2	6	7	5	8	9
9	5	2	1	3	4	8	7	6
1	4	3	7	8	6	9	5	2
6	8	7	5	9	2	4	3	1
7	2	8	6	4	1	3	9	5
4	9	6	3	2	5	7	1	8
5	3	1	9	7	8	6	2	4

CINEMA

Triângulo da Tristeza
AXN Movies, 21h10
Carl e Yaya são modelos e influenciadores digitais. Quando são convidados para fazer uma viagem num cruzeiro de luxo, vêem-se misturados com gente rica e extravagante. Entre os companheiros de viagem está um oligarca russo, um traficante de armas inglês e o capitão da embarcação, comunista e alcoólico. O cenário é ideal para publicações nas redes sociais e eles aproveitam cada oportunidade para exibir o requinte daquelas férias. Mas tudo se complica quando uma grande tempestade faz o barco afundar-se, arrastando os poucos sobreviventes para uma ilha deserta. E quando se dão conta de que a única pessoa que se sabe desenvencilhar naquele lugar inóspito é uma empregada da limpeza, a hierarquia do grupo inverte-se. Vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes e com três nomeações para o Óscar nas categorias de melhor filme, melhor realização e de melhor filme internacional, uma comédia dramática do sueco Ruben Östlund. O elenco conta com Harris Dickinson, Zlatko Buric, Charlbi Dean e Woody Harrelson, entre outros.

Tesla
RTP1, 0h52
Estreado no Festival de Cinema de Sundance, um filme biográfico sobre o inventor sérvio-americano Nikola Tesla (1856-1943) com argumento e realização de Michael Almereyda. Com o actor Ethan Hawke a dar vida a Tesla, o filme conta também com a participação de Eve Hewson, Ebon Moss-Bachrach, Jim Gaffigan e Kyle MacLachlan, entre outros.

SÉRIES

O Véu
Disney+, *streaming*
Estreia. Elisabeth Moss e Yumna Marwan são duas mulheres em trânsito entre Istambul e Londres, passando no meio por Paris. A primeira é uma agente do MI6 e a outra é uma mulher francesa que, suspeita-se, será líder do Daesh. É esta a premissa desta minissérie de seis episódios criada pelo prolífico Steven Knight, responsável por *Peaky Blinders* e os guiões de filmes como *Promessas Perigosas*.

A Chama
RTP2, 1h30
Datada de 2020, esta é a adaptação francesa da série cómica americana *Burning Love*, uma paródia de *reality shows* de encontros. Ao longo de nove semanas, 13 mulheres competem pela atenção de Marc (Jonathan Cohen, também co-argumentista e co-realizador da série), um piloto de aviões que ainda é solteiro.

DOCUMENTÁRIOS

Famílias Numerosas – A Vida em XXL
RTP1, 22h
Estreia. Seis famílias que têm entre cinco e nove filhos são o foco deste novo programa da RTP1. O dia-a-dia destas famílias numerosas, espalhadas pelo país, é visto à lupa, com todos os desafios e altos e baixos que isso pode trazer.

Viveiro
RTP2, 23h35
Realizado por Pedro Filipe Marques, este filme de 2019 documenta o dia-a-dia do clube de futebol de Arcozelo, cujo campo é constantemente assolado pelo vento do Norte. São e Cunha, funcionários do clube, têm de cuidar das roupas e estar atentos às condições do campo, de modo a que nada falte aos jovens jogadores.

ÓPERA

Homem dos Sonhos
RTP2, 22h
A partir do conto homónimo de Mário de Sá-Carneiro de 1913, António Chagas Rosa escreveu a música e o libreto desta ópera de câmara encenada pela primeira vez no início de 2022 por Miguel Loureiro e com direcção artística e interpretação de Catarina Molder no Teatro São Luiz, em Lisboa. Molder também realizou este registo televisivo.

INFANTIL

Ariel
Disney Junior, 8h30
Estreia. Como era Ariel antes de ser *A Pequena Sereia*? Esta série reimagina esses tempos, com rumos e manifestações diferentes do mundo e das personagens dos filmes.

DESPORTO

Ciclismo: Volta à França 2024
RTP2, 14h50
Primeira etapa da edição deste ano da Tour de France, com os 205 quilómetros que separam Florença de Rimini.

Televisão

Os mais vistos da TV
Quinta-feira, 27

	%	Aud.	Share
Big Brother - Especial	TVI	9,4	19,1
Jornal da Noite	SIC	8,8	18,7
A Promessa	SIC	8,6	17,7
Cacau	TVI	8,1	18,0
Jornal Nacional	TVI	8,1	17,2

FONTE: CAEM

RTP1 9,3%
RTP2 0,7
SIC 15,9
TVI 16,4
Cabo 38,7

RTP1

6.00 Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim-de-semana **9.57** País de Gales -Terra Selvagem **10.55** Hora dos Portugueses **11.54** Vira e Volta **12.32** Um Mundo na Aldeia **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Voz do Cidadão **14.38** Chefs da Nossa Terra **19.07** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Alguém Tem de o Fazer

21.57 Famílias Numerosas - A Vida em XXL **23.43** Noites do Euro

0.52 Tesla

2.33 Janela Indiscreta

RTP2

5.58 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Folha de Sala **7.04** A Aventura de David Attenborough Pelo Mundo **7.57** Espaço Zig Zag **14.50** Ciclismo: Volta à França 2024 **17.02** Folha de Sala **17.07** Biosfera **17.38** Pelos Céus **18.33** Mediterrâneo Azul **19.02** Faça Chuva Faça Sol **19.33** Uma SMS para Antígona **19.57** Folha de Sala

20.02 Simplesmente Nora

21.30 Jornal 2 **22.01** O Homem dos Sonhos **23.24** Folha de Sala **23.31** Viveiro **0.58** Janela Global **1.30** Folha de Sala **1.34** A Chama **2.06** Suggia **3.13** Folha da Sala **3.17** Supercomboios: A Corrida Pela Velocidade **4.12** Maria João Pires Toca Beethoven Com Orquestra Gulbenkian **5.31** Folha de Sala **5.36** Da Ilha e de Mim

SIC

7.15 Caixa Mágica - Caminhos de Portugal **9.00** Alô Marco Paulo

12.05 O Nosso Mundo: Animal Instincts - The Cheetahs of the Serengetti Plain

12.59 Primeiro Jornal **14.30** Alta Definição **15.20** E-Especial **17.15** Olhá SIC **19.57** Jornal da Noite

21.50 Terra Nossa

23.30 Casados à Primeira Vista

1.30 Levanta-te e Ri - Fernando Rocha **3.30** Hell's Kitchen Famosos

TVI

5.45 As Aventuras do Gato das Botas **6.05** Inspector Max **7.00** Diário da Manhã **10.15** Em Família **12.58** TVI Jornal **13.55** Diário do Euro **14.00** A Sentença **16.20** Em Família **17.45** Big Brother

19.20 Jornal Nacional

19.45 Euro 2024: Alemanha x Dinamarca

21.55 Congela

23.20 Mistura Beirão

0.35 Diário do Euro

1.00 Big Brother

1.45 O Beijo do Escorpião

TVCINE TOP

14.42 Um Casamento do Pior **17.55** A Besta **19.25** Nope **21.30** Feriado Sangrento **23.20** Halloween: O Final **1.10** Mal Viver **3.25** Só Nós Dois

STAR MOVIES

17.49 Academia de Polícia: Missão em Moscovo **19.20** McQuase, o Lobo Solitário **21.15** Indomável **23.10** Hell or High Water - Custe o que Custar! **1.00** Wind River **2.42** Killer Joe

HOLLYWOOD

16.30 Destino Infernal **18.20** Velocidade Furiosa 6 **20.35** Fogo Cerrado **22.25** Sem Saída (2015) **0.10** A Primeira Purga **1.50** Os Reis da Rua

AXN

17.57 Batman v Super-Homem: O Despertar da Justiça **20.30** Jonah Hex **21.55** Exterminador Implacável - Destino Sombrio **0.18** Maze Runner: A Cura Mortal **2.47** 13 Minutos

STAR CHANNEL

17.07 Taken 3 **19.12** Missão Impossível **21.20** Missão Impossível II **23.52** Missão Impossível III **2.00** Anna

DISNEY CHANNEL

16.30 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.15** A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Verde **20.50** Gru - O Maldisposto 2 (VP)

DISCOVERY

18.06 Roadworthy Rescues **20.00** O Segredo das Coisas **21.00** Caçadores de Pedras Preciosas **22.54** A Febre do Ouro: Águas Bravas

HISTÓRIA

17.17 Alienígenas **23.43** Sociedades Secretas: Nas Trevas **1.59** A Maldição de Skinwalker

ODISSEIA

17.30 Uruguai Selvagem **18.27** A Terra **19.19** A Mentalista de Animações de Estimação **20.07** Uma Quinta, 9 Filhos e 1000 Ovelhas **21.44** Viver emTerritório Extremo **22.31** Planeta Vulcânico **23.30** Grandes Viagens de Comboio **0.23** Caçadores de Lagostas

Guia

Meteorologia

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

Domingo, 30		Segunda-feira, 1		Terça-feira, 2	
16º	24º	17º	26º	17º	28º
Índice UV	Médio	Índice UV	Alto	Índice UV	Alto
Vento	Fraco	Vento	Fraco	Vento	Fraco
Humidade	75%	Humidade	70%	Humidade	70%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 16 Jun.	426,73
Há um ano	423,51
Há dez anos	401,20
Semana de 9 Jun.	427,33
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

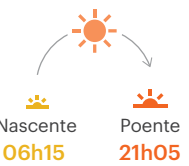
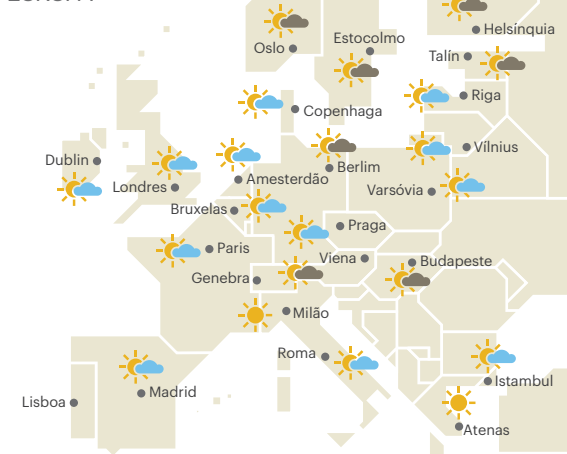
Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 06h15
Poente 21h05

LUA

5 Jul.	23h57
13 Jul.	23h49
21 Jul.	11h17
28 Jul.	03h51

Nascente 01h30
Poente 14h27

EUROPA

TEMPERATURAS ºC

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amesterdão	16	24	Roma	20	37
Atenas	25	32	Viena	22	33
Berlim	20	30	Bissau	27	33
Bruxelas	16	24	Buenos Aires	4	10
Bucareste	19	36	Cairo	26	36
Budapeste	21	34	Caracas	20	28
Copenhaga	14	21	Cid. do Cabo	13	19
Dublin	8	17	Cid. do México	14	23
Estocolmo	14	23	Díli	24	31
Frankfurt	19	30	Hong Kong	28	32
Genebra	17	28	Jerusalém	19	32
Istambul	21	30	Los Angeles	16	29
Kiev	21	32	Luanda	21	27
Londres	16	24	Nova Deli	27	34
Madrid	15	25	Nova Iorque	22	26
Milão	21	32	Pequim	24	35
Moscovo	18	31	Praia	23	31
Oslo	10	20	Rio de Janeiro	19	28
Paris	15	24	Riga	11	24
Praga	21	32	Singapura	26	33

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Preia-mar 09h46	2,9	Preia-mar 09h23	2,9	Preia-mar 09h24	2,8
Baixa-mar 15h48	1,1	Baixa-mar 15h24	1,2	Baixa-mar 15h11	1,1
Preia-mar 22h10	3,1	Preia-mar 21h46	3,1	Preia-mar 21h50	3,0
Baixa-mar 04h31*	1,0	Baixa-mar 04h08*	1,1	Baixa-mar 03h58*	1,0

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Público
Iniciativas

Agenda

Quarta-feira, 3
Colecção
As Mulheres do meu País
Fascículo 14
A obra emblemática de Maria Lamas sobre as Mulheres Portuguesas. Um retrato extraordinário e revolucionário do nosso país, feito por uma mulher empenhada nos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, reeditado, como há 75 anos, em 15 fascículos mensais, com capa dura, os ferros de estampagem originais e o restauro integral das imagens. Na primeira quarta de cada mês com o seu PÚBLICO.

Sexta-feira, 5
Colecção
***Novela Gráfica*, série VIII**
Volume 1: *Táxi Amarelo*
O PÚBLICO e a Levoir apresentam a 8.ª série da colecção *Novela Gráfica*. Nesta edição pode encontrar adaptações literárias, obras com base histórica, biografias e muito mais. Grandes autores e ilustradores numa selecção de grandes obras. Acompanhe a edição quinzenal, às sextas-feiras.

O penúltimo fascículo da obra *As Mulheres do Meu País* aborda a mulher "empregada". As professoras primárias e enfermeiras - profissões "tradicionalmente" desempenhadas por mulheres - merecem especial atenção, assim como as "modernas ocupações femininas"

A mulher empregada

Feminismo

Colecção *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas
14.º Fascículo
Quarta-feira, 3 de Julho
Por + 12,90€

Jornalista, escritora e tradutora, Maria Lamas foi uma activista política que dedicou a sua vida à causa feminina. Nasceu na época da monarquia e morreu já após a revolução democrática de 1974. Em todas as épocas manteve o mesmo compromisso: defender as mulheres e promover a sua igualdade e emancipação. E foi com o objectivo de melhor conhecer a realidade das mulheres portuguesas que, de bloco de notas e máquina fotográfica na mão, percorreu o país de norte a sul durante três anos. Ouviu as mulheres e fotografou-as. Dessa viagem nasceu *As Mulheres do Meu País*, que, tendo sido editado em fascículos entre 1948 e 1950, é um retrato detalhado, íntimo e global da vida das mulheres portuguesas. Além dos testemunhos poderosos e das surpreendentes descrições da autora, as numerosas fotografias que ilustram a obra – muitas recolhidas pela própria Maria Lamas, outras de diferentes autores e proveniências – não são menos impactantes. "A obra teve nos últimos anos uma redescoberta da sua singularidade fotográfica e sociológica, sendo interpretada por muitos autores como uma obra de 'contrapoder', face aos modelos iconográficos produzidos pelo regime do Estado Novo", referiu Emília Tavares, curadora de fotografia e novos *media* do Museu Nacional de Arte Contemporânea, no texto que assina na parte introdutória da obra. "O livro é também um projecto sobre o trabalho e a condição feminina, o que desde logo o posiciona num âmbito singular, sobretudo quando a política de propaganda do Estado Novo promovia a tipificação estético-cultural da população portuguesa".

A viagem que levou Maria Lamas por todo o país continental e ilhas está agora prestes a terminar. O penúltimo fascículo da obra *As Mulheres do Meu País* aborda a mulher "empregada", termo aqui utilizado no sentido das mulheres que trabalham enquanto funcionárias do Estado e em empresas particulares. Segundo Maria Lamas, "a mulher da classe média principiou a trabalhar fora de casa" com objectivo de "melhorar as suas condições económicas". À época, a autora considera, contudo, que "o facto duma mulher ganhar a sua vida já não representa um desprestígio. Pelo contrário, aquelas cujas famílias vivem desafogadamente, começam a compreender as vantagens materiais e morais da sua independência económica". Ainda assim, não tem dúvidas de que "essa vida tem quase sempre, como preço, para as mulheres que a aceitam, inconfessáveis transigências, humilhações e íntimos sacrifícios".

Neste fascículo, a escritora dá especial atenção às professoras primárias e enfermeiras, profissões "tradicionalmente" desempenhadas por mulheres.

"Eram ainda raras as mulheres empregadas e já havia grande número de professoras primárias espalhadas pelo país, no exercício da sua nobre missão. Em terras distantes, num meio que lhes era desconhecido, muitas vezes sozinhas e sem possibilidades de organizar a sua vida com um mínimo de conforto que a tornasse menos árida, elas foram e continuam a ser obreiras valiosíssimas da instrução popular", descreve Maria Lamas no fascículo que na próxima semana é distribuído com o PÚBLICO. "A professora primária é sempre uma das pessoas consideradas nas aldeias e, mesmo nas vilas e cidades, embora o ambiente seja outro, menos propício a distinções pessoais, ela tem uma categoria moral e social que a impõe ou deveria impor respeito aos outros. As suas condições de vida variam, conforme as terras onde se encontra. Materialmente, não teve nunca a remuneração correspondente à importância do seu cargo e ao nível de existência que devia manter".

Se a inquestionável dedicação e abnegação das professoras primárias estava longe de ser recompensada, as enfermeiras não viviam uma situação muito distinta. "Dentre todas as profissões femininas, a enfermagem requer, como nenhuma outra, vocação, autodomínio e resistência", refere a autora. Porém, "o ordenado estabelecido para enfermeiras e pessoal auxiliar de enfermagem é muito baixo, e isto contribui para que se vá acentuando cada vez mais a sua falta. O facto de as enfermeiras dos hospitais civis perderem o lugar quando casam é outro obstáculo, perante o qual muitas raparigas se afastam dessa profissão humanitária, onde tão úteis poderiam ser. Tal proibição, que torna incompatível com o casamento um trabalho profissional absolutamente adequado à mulher, tem grandes consequências morais e conduz a situações desprimorosas, contrárias à dignificação da família".

Ainda neste fascículo, Maria Lamas ocupa-se do que designa por "modernas ocupações femininas". "A mulher portuguesa também está presente, com maior ou menor relevo, no teatro, na música, nas artes plásticas e na literatura. A falta de cultura, de convívio intelectual e ainda outras limitações prejudicam, na maioria dos casos, o desenvolvimento das suas possibilidades. Não é, portanto, exagero afirmar que poucas têm conseguido realizar-se plenamente como escritoras e artistas. São frequentes as vocações que se revelam. Falta-lhes, porém, o apoio e os meios de as valorizar. E vão ficando pelo caminho muitas que poderiam alcançar grandes alturas", resume a autora. "As jornalistas constituem casos isolados. Muito poucas mulheres portuguesas têm exercido esta profissão. (...) No entanto, aquelas que escolheram essa profissão complexa e intensíssima, têm-na prestigiado, afirmando-se elementos de valor, acima da bitola vulgar". Maria Lamas não falava de si própria, mas a descrição poderia ter sido feita sobre si: uma mulher única que deixou um legado de luta e de força tão singular quanto impressionante.

Chabouté volta a abrir a colecção Novela Gráfica

Novela gráfica

Colecção *Novela Gráfica*, série VIII
Volume 1: *Táxi Amarelo*
Argumento: Chabouté (a partir do romance de Benoit Cohen)
Desenhos: Chabouté
Sexta-feira, 5 de Julho
Por + 14,90 €

É com a adaptação do nosso bem conhecido autor francês Christophe Chabouté do romance *Yellow Cab*, de Benoit Cohen, que abre esta oitava série da colecção *Novela Gráfica*. O regresso muito aguardado de uma colecção que fez história e se tornou incontornável para os leitores e que está de volta para uma série de 11 volumes que estarão nos quiosques de todo o país, quinzenalmente às sextas-feiras, entre 5 de Julho e 22 de Novembro.

Um dos grandes nomes da BD francesa contemporânea, Cristophe Chabouté assinou nas duas últimas séries da colecção *Novela Gráfica* adaptações de Jack London e de Herman Melville, repetindo agora a dose com a releitura do livro do jornalista francês sobre a sua experiência como taxista na cidade de Nova Iorque. Se nos títulos publicados nas duas anteriores colecções Chabouté explorava a natureza no seu estado mais puro, das montanhas cheias de neve de *Acender uma Fogueira*, aos mares revoltos de *Moby Dick*, agora o cenário que tem de desenhar é a selva de betão por excelência, a cidade de Nova Iorque.

Senhor de um traço imediatamente reconhecível, pelo seu espectacular uso do preto e branco de alto contraste, Chabouté capta na perfeição as formas da "Grande Maçã", aquilo que Caetano Veloso definiu na canção *Sampa*, dedicada à cidade de São Paulo, como "a dura poesia concreta das suas esquinas". Dividido claramente em duas partes, com a primeira mais centrada na imensa burocracia que o protagonista tem de vencer para conseguir a sua licença de taxista, e uma segunda, em que os diferentes passageiros que passam pelo banco de trás do seu táxi assumem o protagonismo, mostrando que, como dizia o genérico da série policial *Naked City*, "há um milhão de histórias na grande cidade". Referências que não vêm por acaso, pois embora o livro se baseie nas experiências reais de Benoit Cohen, a sombra do cinema está bem presente, não só no projecto do filme que Benoit pretende fazer, mas também nas diversas referências ao clássico *Táxi Driver*, de Martin Scorsese, cujo cartaz decora uma das paredes da escola para taxistas.

Mas, naturalmente, o *Táxi Amarelo* de Chabouté está longe de ser o único motivo de interesse desta nova colecção, centrada nas adaptações literárias e nas biografias, embora haja também lugar para a história do século XX.

Assim, no campo das adaptações literárias, vamos encontrar adaptações de Mark Twain, com o brasileiro Wander Antunes a pegar no conto do escritor americano *O Homem que Corrompeu Hadleyburg*; de Dostoiévski, com Bastien Loukia a adaptar o clássico *Crime e Castigo*; de Olivier Guez, com Matz e Jörg Mailliet a contarem os últimos anos de vida do *Anjo da Morte* de Auschwitz, partindo do romance *O Desaparecimento de Josef Mengele*; enquanto em *Os Grandes Nomes do Macabro*, uma selecção de luxo de mestres do terror e da literatura fantástica, como H. P. Lovecraft, Kafka, Conan Doyle, Edgar Alan Poe e Robert Bloch, entre outros, são adaptados à BD pelo traço sombrio de Joan Boix em histórias curtas.

Sobre a história do século XX, que está presente, de uma forma ou de outra, em vários outros volumes desta colecção, temos dois livros incontornáveis: *O Jogo da Morte*, de Pepe Gálvez e Guillem Escriche, que retrata com rigor e precisão um episódio célebre da II Guerra Mundial, em que uma equipa de futebol ucraniana enfrentou e venceu uma equipa alemã composta por membros da *Wehrmacht*, com consequências trágicas para os membros da equipa vencedora. O outro livro é o notável *Chumbo*, de Matthias Lehmann, uma saga familiar brasileira que acompanha os diferentes golpes militares que transformaram o Brasil numa ditadura e que, pela sua extensão e monumentalidade, foi dividida em dois volumes.

Finalmente, a encerrar a colecção, temos três biografias, tão diferentes como as personalidades biografadas. São eles o campeão mundial de xadrez, Bobby Fischer, cuja vida conturbada é contada por Julian Voloj e Wagner William em *Branco e Negro: Ascensão e Queda de Bobby Fischer*; o cineasta Jacques Tati, retratado de forma poética por Arnaud Le Gouëfflec e Olivier Supiot em *Tati e o Filme Sem Fim*; e o matemático Alan Turing, cuja vida é dissecada por Arnaud Delalande e Éric Liberge em *O Caso Alan Turing*, uma obra que não se limita ao contributo de Turing durante a II Guerra Mundial, explorando de forma mais íntima a vida do homem que conseguiu decifrar os códigos da máquina Enigma.

Em suma, dez excelentes e diversificadas propostas de leitura, que justificam uma atenção especial aos quiosques e às páginas deste jornal, até dia 22 de Novembro. **João Miguel Lameiras**

O avançado que cumpriu o seu destino

Manuel Fernandes (1951-2024)

Morreu aos 73 anos um dos “grandes” do Sporting e do futebol português

Obituário

Marco Vaza

Há quem já seja profissional de futebol aos 16 anos – e há quem chegue à selecção do seu país com esta idade. Aos 16 anos, Manuel Fernandes, um dos grandes avançados do Sporting e do futebol português, calçou chuteiras pela primeira vez. Já tinha jogado à bola incontáveis horas, em jogos de rua contra rua, descalço ou com outro calçado, com outros miúdos da sua vila, Sarilhos Pequenos, terra de gente que vivia do rio Tejo, ali mesmo à beira. Uma bola foi coisa que nunca lhe faltou, culpa da mãe, uma futeboleira apaixonada e sportinguista devota que nunca veria o seu único filho homem cruzar estas duas paixões numa só. Morreu quando o pequeno Manuel tinha dez anos, antes de calçar as primeiras chuteiras. Antes de tudo o resto acontecer.

Durante mais de 20 anos, haveria de calçar muitas chuteiras e vestir muitas camisolas, com as quais haveria de marcar centenas de golos. É por isto que será recordado o Manel dos Sarilhos, que faleceu anteontem, aos 73 anos, depois de um longo internamento causado por doença oncológica. “Perdi o meu melhor amigo”, foi como Tiago Fernandes, um dos seus filhos e aquele que lhe seguiu as pisadas no futebol, comunicou a morte do pai através das redes sociais.

Era um desfecho que se antecipava há algum tempo, pelo seu desaparecimento da vida pública (fazia comentário no canal do Sporting e nunca rejeitava pedidos de entrevista) e pelas homenagens que o seu clube de sempre lhe fez ainda em vida – na recta final da época em que seria campeão, o Sporting disse “Obrigado” ao seu “eterno capitão”.

Manuel Fernandes foi capitão do Sporting durante muitas épocas, mas não foi em Alvalade onde começou, nem onde terminou. Apesar disso, os “leões” foram o seu grande amor no futebol.

“Sempre tive o pensamento em vestir esta camisola, nem que fosse apenas uma vez. Se eu vestisse esta camisola uma vez, ficava realizado para sempre”, diria em 2021 à revista *Sábado* enquanto mostrava e comentava todas as camisolas que usou. Essa camisola, Manuel Fernandes vestiu-a 433 vezes ao longo de 12 temporadas (quarto com mais jogos, atrás de Hilário, Damas e Patrício), e com ela marcou 258 golos. Será, provavelmente para sempre, o segundo melhor marcador da história do Sporting, apenas atrás dos 526 do “violino” Fernando Peyroteo.

“Culpa” da mãe

Onde começou, já dissemos, foi em Sarilhos Pequenos. A 5 de Junho de 1951 nasceu Manuel José Tavares Fernandes, filho de pai fragateiro e mãe trabalhadora agrícola e dona de uma taberna na terra. Foi a mãe que lhe meteu o vício da bola, era ela que organizava os jogos de rua entre os miúdos e ela já tinha tido uma visão do futuro do pequeno Manuel: primeiro, iria jogar no clube da terra, o 1.º de Maio Sarilhense, depois no Desportivo da CUF (Companhia União Fabril), antes de chegar ao Sporting. Acertou em cheio, mas não viu nada disto acontecer – morreu quando o filho tinha dez anos, com uma úlcera no estômago. Seis anos depois, Manuel Fernandes estava a jogar nos juvenis do Sarilhense, onde não ficou mais do que um ano. Passou logo para os seniores.

Foi na III Divisão que Manuel Fernandes começou a jogar, nos pelados a sul do Tejo, da Cova da Piedade a Vila Real de Santo António. Uma época nisto e

cumpriu-se a segunda parte da profecia da mãe. Os olheiros da CUF, um dos grandes clubes da região, repararam nele e ofereceram-lhe aquilo que era normal para os jogadores da empresa fundada por Alfredo da Silva: emprego na fábrica e lugar na equipa de futebol, com salário a dobrar. “Todos tínhamos emprego na fábrica da CUF”, contou Manuel Fernandes numa entrevista ao *Expresso*. Ganhava 800 escudos por mês para jogar futebol e 1000 escudos para ser serralheiro mecânico – só o foi durante três meses, mas continuou a receber os dois salários.

Antes, já tinha ido a treinos de captação no Sporting, mas não se destacou entre mais de 200 candidatos. Ainda não era o tempo. Primeiro, a CUF. Seria um salto gigante, da terceira divisão para a primeira, e a equipa do Barreiro era melhor do que muitas naquele tempo. O rapaz de Sarilhos Pequenos não entrou de imediato na equipa do “Magriço” Costa Pereira, e, na primeira época, foi pouco utilizado, mas ainda deu para se estrear na I Divisão a 19 de Outubro de 1969, com 25 minutos a partir do banco frente a um grande Benfica, de Eusébio, Torres, Simões e Coluna. “As pernas pesavam-me 200 quilos”, é como recordaria aquela tarde no Lavradio em que se estreou com uma derrota.

Manuel Fernandes teria tempo para se consolidar naquela equipa do gigante industrial da Margem Sul, seis anos, não como avançado-centro, mas como extremo-direito. Avancemos até 1975, em que a liberdade recém-conquistada pelo país também chegou ao futebol. O seu contrato com a CUF chegava ao fim e o avançado queria sair. Para o Sporting, por seu próprio desejo, mas os “leões” de Alvalade ainda não sabiam que o queriam. Avançou o FC Porto, que já tinha um ataque bem composto – Cubillas, Seninho e um jovem Fernando Gomes.

O jovem sarilhense chegou a ir ao Porto, ouviu a proposta dos “dragões” e quase que se sentia obrigado a aceitar porque o clube do seu coração não avançava. Queixou-se a um amigo, o amigo falou a alguém do Sporting e, nessa mesma noite, recebeu o telefonema. Não pensou duas vezes. Ia ganhar menos do que ganharia no FC Porto, mas iria ser feliz e cumprir a profecia da mãe. Essa não foi a única via alternativa que teve – também chegou a ter convites do Brasil, mas não aceitou.

O Sporting tinha ficado sem Hector Yazalde, que subira até ao Sul de França em direcção a Marselha. A estreia, num particular frente à Académica de Coimbra, foi promissora: três golos numa vitória por 5-3. O “Manel” já estaria feliz para sempre com aquele dia. “Eu estava eufórico porque era o meu primeiro jogo. Para mim era um privilégio jogar pelo Sporting, nem que fosse uma vez só”, contaria mais tarde. Não foi a única vez. Nem foram os únicos golos.

DR

Em Alvalade, cruzou-se com o treinador que percebeu o que ele podia ser. Juca deu-lhe outro papel, transformou o extremo em avançado-centro. Logo na primeira época, 30 golos. Na segunda, mais 22. Em 12 anos como "leão" em campo, nunca marcou menos de dez, e houve um ano em que chegou aos 39. Ao terceiro ano, teve companhia, Rui Manuel Trindade Jordão, provavelmente o avançado com quem Manuel Fernandes melhor se entendeu. Haveriam de jogar juntos longe de Alvalade, em Setúbal, e, depois de terminarem, Manuel Fernandes seria um dos poucos contactos de Jordão com o futebol do qual queria distância.

Já como capitão e ao lado de Jordão, Manuel Fernandes conquistaria o seu primeiro título de campeão no Sporting, na época 1979-80, garantido na última jornada em Alvalade frente à União de Leiria, depois de uma época inteira a batalhar com o FC Porto. Os dois chegaram empatados à última jornada e, enquanto os "dragões" perdiam em Espinho, os "leões" derrotavam os leirienses por 3-0, o primeiro golo de Manuel Fernandes, os outros dois de Jordão, que fariam do angolano o melhor marcador do campeonato. Dois anos depois, a dupla passou a trio, um dos melhores da história do Sporting, com o ex-portista António Oliveira a jogar nas costas dos outros dois, mais Malcolm Allison a treinador. E mais um título de campeão.

Foram apenas dois campeonatos, mais duas Taças de Portugal (1978 e 1982) e uma Supertaça (1982). Mas os golos continuaram a aparecer porque ele parecia até melhorar com a idade. Fez a sua melhor época, 1985-86, aos 35 anos, em que chegou aos 39 golos, e pensava ele que ainda iria a tempo de jogar num Mundial de futebol, onde estaria a selecção portuguesa, mas o seleccionador José Torres não teve espaço para ele — levou Rui Águas, Fernando Gomes e Diamantino. Não foi ao Mundial, mas foi ao México, com tudo pago pelo Sporting. "Estive lá 15 dias, foi uma maravilha porque assisti à inauguração do Campeonato do Mundo, vi dois jogos de Portugal, o terceiro não vi porque preferi ir para a praia", contou ao *Expresso*.

Escapou ao caos de Saltillo

O capitão sportinguista escapou ao caos de Saltillo e ainda voltou para mais uma época em grande no Sporting em que teve aquele que será o seu jogo mais memorável, os 7-1 ao Benfica, em Alvalade, a 14 de Dezembro de 1986. Manuel Fernandes marcou quatro dos sete golos "leoninos" e, mais do que a descrição dos golos, vale a pena recordar esta frase do avançado citada no livro *Estórias de Alvalade*: "Nós vamos morrer todos e este resultado vai ficar para sempre."

Depois dessa época e desse jogo marcante, Manuel Fernandes ficava sem contrato que o ligasse a Alvalade, mas a sua esperança era continuar. Só que Keith Burkinshaw, técnico britânico que chegara a meio da época anterior, não contava com o capitão. Ninguém disse nada ao avançado, que soube de tudo por uma entrevista do treinador britânico. Comprometeu-se com o Vitória de Setúbal e já não voltou com a palavra atrás apesar dos apelos do presidente Amado de Freitas.

No Bonfim, ainda foi o melhor marcador (20 golos) numa equipa de velhos conhecidos do Sporting, ao lado de Jordão no ataque, com Ferenc Mezsaros na baliza, Eurico na defesa e Allison no banco. O Vitória seria outro dos clubes da sua vida, onde acabou a carreira como futebolista e iniciou a de treinador, em 1988 — seria a primeira de quatro passagens pelo banco do clube da cidade do Sado.

Como treinador, teve uma carreira longa, diversa e com alguns títulos. Como técnico principal, andou pelo Estrela da Amadora, Ovarense, Santa Clara, Campomaiorense, Tirsense, Penafiel, União de Leiria e ASA (Angola). Também foi adjunto no Sporting com Bobby Robson — foi ele quem recomendou o "miúdo" José Mourinho, que já conhecia do Vitória, ao técnico britânico e, como qualquer bom capitão, também assumiu o comando interino da equipa quando as coisas deram para o torto em 2000-01, época que se seguiu à do fim do jejum de 18 anos sem títulos.

Ganhou uma Supertaça, saiu e ainda voltou alguns anos depois para integrar a estrutura. Voltou a sair por vontade de uns, e voltou a entrar por exigência de outros. Mesmo com estas intermitências, o Sporting sempre seria a sua casa e ele para sempre o seu capitão mais emblemático. Tal como a mãe tinha previsto.

Os 7-1 ao rival Benfica

O póquer do capitão Manuel Fernandes que incendiou o *derby*

Augusto Bernardino

Manuel Fernandes marcou 257 golos pelo Sporting, 25 dos quais na última época de "leão" ao peito, que fechou com um derradeiro festejo frente ao V. Guimarães, na despedida de um campeonato em que somou 17 finalizações certeiras… quatro das quais numa tarde mágica, no *derby* da capital que sublimou os dotes de goleador de eleição.

Nessa campanha de 1986/87, que o rival da Luz selou com uma "dobradinha", batendo o Sporting no Jamor, Manuel Fernandes (1951-2024) bisou em quatro partidas e assinou um "póquer" histórico frente ao Benfica de John Mortimore — mesmo não sendo um grande fã de jogos de cartas, excepção feita a um "ramizinho" para digerir uma boa caldeirada de enguias.

Um "póquer" aberto (com sete cartas), sem sombra de *bluff*, do capitão do *derby*, numa tarde de Dezembro, que nem quase quatro décadas conseguem diluir na memória colectiva dos portugueses, independentemente da cor clubística. O Sporting de Manuel José arrasou a "águia" com um estrondoso 7-1 (a maior goleada frente ao Benfica) e uma exibição notável do atacante de Sarilhos Pequenos, testemunhada por 60 mil adeptos que deram por bem empregues os 500 escudos (dois euros e meio) do bilhete.

A reportagem, que faz parte do acervo da RTP, confirma os quatro golos (50, 71, 82 e 86') — dois de cabeça, com um mergulho de peixe à mistura, e dois com o pé direito — e muito mais: um par de oportunidades que resultaram em defesas de Silvino e terminaram em recargas como a de Mário Jorge (1-0) aos 15 minutos, que só parou no fundo da baliza "encarnada".

Manuel Fernandes fez ainda duas assistências cirúrgicas, a primeira a abrir, mas que Meade esbanjou, e a segunda, num subtil desvio de cabeça, a servir Mário Jorge para o 4-1.

No fim, Manuel Fernandes ainda teve fôlego para um último *sprint*, fundamental para impedir que o lateral Gabriel acabasse com a bola do jogo na colecção particular. O avançado rapidamente desarmou o defesa, não com o argumento infalível e irrefutável dos quatro golos, mas com um simples apelo ao coração. A bola era a prenda de aniversário que Manuel Fernandes gostava de poder oferecer à filha Cláudia, que nesse dia completava nove anos, precisamente o número eternizado pelo grande goleador de Alvalade.

"Não trocava essa tarde dos 7-1 por um título", diria mais tarde

"Não trocava essa tarde dos 7-1 por um título", assumiu mais tarde Manuel Fernandes, orgulhoso do legado que deixa a filhos e netos, a certeza de que deixou uma marca eterna neste mundo, de que esses quatro golos são prova inequívoca.

Na verdade, apesar de não faltarem momentos importantes na carreira de Manuel Fernandes ao serviço do clube do coração, na maioria das vezes em que era interpelado por amigos, conhecidos ou anónimos já sabia que os 7-1 de 1986 seriam tema de conversa.

E isso causava-lhe, paradoxalmente, um certo desconforto, pois gostava que mais de uma década de dedicação ao Sporting não se resumisse a essa tarde de 14 de Dezembro.

"Não quero ser lembrado apenas por isso. Seria injusto se me recordassem só por um jogo", assumiu, desfiando os números da passagem por Alvalade, tanto de presenças, como de golos e de outros detalhes que destruíam qualquer tentativa de o reduzir a mero fenómeno de uma tarde de inspiração.

Mas no final do dia, Manuel Fernandes sabia, sem precisar que lho recordassem com sentidas e justificadas homenagens, que tinha deixado uma marca indelével no clube e no imaginário dos amantes de futebol.

A bola do jogo, que Cláudia guarda, é, de resto, muito mais do que a prova da mestria do futebolista de eleição que foi. É, antes, a prova da simplicidade e do amor genuíno que o transformou num modelo.

Bona e a selecção portuguesa têm um elo comum: Leon Augusto

Médio e capitão do Bonner SC chegou a integrar estágio dos sub-17 de Portugal e a interagir com alguns craques do Euro

Nuno Sousa, em Kerpen

Em 2015, Leon Augusto viajou directamente da Alemanha para Portugal, de Colónia para Rio Maior, para integrar um estágio da selecção portuguesa de sub-17. A qualificação para o Europeu da categoria tinha falhado, mas as bases para o sucesso do ano seguinte estavam lançadas, com nomes que hoje figuram nos relvados do Euro 2024. Nove anos depois, o médio imponente que é o actual capitão do Bonner SC recorda essa chamada e o talento dessa geração, que então se sagrou campeã europeia.

Chegamos à hora combinada ao ponto de encontro, um simpático restaurante na cidade de Kerpen, perto de Colónia, e Leon Augusto já está sentado à nossa espera, para iniciar uma viagem por uma carreira que ainda vai a meio. Está numa posição privilegiada para nos ajudar a perceber o que é o futebol na Alemanha – e na região da Renânia do Norte-Vestfália – e para fazer a ponte entre duas realidades desportivas distintas.

Já vão 15 anos desde que entrou pela primeira vez na academia do Colónia, um dos históricos do futebol no país de nascimento e o clube no qual completou todas as etapas da formação. Chegou, inclusive, a treinar-se e a fazer um jogo particular pela equipa principal, mas uma mudança de treinador, a dada altura, roubou-lhe o palco e baralhou-lhe os planos. Em plena fase de afirmação, fez o que qualquer outro jogador faria: procurou uma alternativa e até a encontrou em Portugal.

"Fui treinar à Oliveirense, da II Liga, que manifestou interesse em ficar comigo, mas depois acabou por não se proporcionar, porque o meu agente, que é finlandês, comunicou-me que tinha uma boa oportunidade para mim na Finlândia. Fiquei lá um ano, mas não me senti muito confortável, por causa das diferenças entre a noite e o dia, a questão da luz solar", explicou.

O clube em questão era o PEPO, na altura no segundo escalão finlandês. E no regresso da Escandinávia enfrentou a pandemia de covid-19, o que o obrigou a recomeçar de baixo, em concreto da quarta divisão, com as cores do Uerdingen. Aproveitou o contexto para se afirmar rapidamente na equipa e para agilizar a compatibilização com o curso que está a tirar, em Colónia (Negócios Internacionais), antes de se mudar para o Bonnen FC, em 2022 – já lá iremos.

O Sporting, o pai e a selecção

Apesar de ter nascido na Alemanha, Leon tem nacionalidade portuguesa (pelo lado do pai) e grega (da parte da mãe). Admite, com desprendimento, que nunca teve grande interesse em obter a cidadania alemã e que parte da ligação que desde sempre sentiu ao futebol é herança paterna, ou não tivesse António Augusto brilhado com as cores do Sesimbra. Também ele médio, na altura, acumula um outro ponto de contacto com o filho.

"Cheguei a fazer treinos no Sporting [na altura com o aval de Aurélio Pereira], mas a minha mãe preferia que eu jogasse no Colónia, porque era perto de casa. O meu pai estava sempre a incentivar-me e a tentar convencer a minha mãe, porque também jogou futebol e teve a hipótese de ir para o Sporting, mas o meu avô não o deixou", enquadrou, detalhando que o pai foi para Portugal concluir o secundário e que foi nessa altura que surgiu a oportunidade.

E como chegou Leon Augusto à selecção portuguesa? Foi na altura em que já era capitão do Colónia e recebeu uma convocatória para um estágio em Rio Maior, que incluiu um jogo de preparação com a Noruega. Foi o único que fez por Portugal, algo que fundamenta com a qualidade da concorrência e com a distância, que o deixava em desvantagem nos momentos de observação.

"Essa geração, de 1999, com a minha idade, era muito forte. No ano seguinte ganharam o Europeu de sub-17 [no Azerbaijão]. O nível era de loucos! Diogo Queirós, Filipe Soares, Diogo Dalot, Rafael Leão, o actual guarda-redes da selecção, o Diogo Costa. Era uma atmosfera muito boa e muito competitiva".

Os três últimos conseguiram dar o salto para a equipa A e estão há duas semanas a competir no Euro 2024, todos com muitos minutos somados e papéis importantes nas escolhas de Roberto Martínez. Mas não são os únicos participantes no torneio com quem Leon Augusto partilhou balneário – Chris Führich, médio que tem tido uma ascensão fulgurante no Estugarda, integra a convocatória da Alemanha na competição.

E já que estamos a cruzar os dois países, que principais diferenças vê o médio luso-grego na abordagem ao jogo? "O que gosto mais no futebol do Sul da Europa quando comparado com o da Alemanha é que dá mais liberdade para jogar. Podes arriscar, cometer erros... Aqui são muito rígidos e, nalguns casos, a mentalidade é: 'Se não estás disposto a fazer o que eu mando, podes ir embora'".

Num território tão extenso e diverso como o alemão há, porém, realidades distintas. No caso do Bonner SC, que compete no quarto escalão e terminou a época passada no segundo posto, muito próximo da promoção, a época 2024-25 tem como claro objectivo a subida. Para honrar o legado e não só.

"Bona tem uma grande história, porque o clube [o Bonner SC, o maior da cidade] jogou uns anos na II Liga e tem muitos adeptos. Ao cair desportivamente, perdeu poder de atracção, mas na nossa Liga a média de espectadores nos outros clubes é um quarto da nossa. No final do ano passado, tivemos 2000 ou 2500 pessoas num jogo. Para esta realidade, é incrível", atesta Leon Augusto.

Se depender do capitão de equipa, a tendência será crescente. Ele, que começou a carreira como avançado e agora é um médio completo, volta a assumir o papel de liderança que lhe está no sangue: "Acredito mesmo que vamos subir".

DR

Desde a primeira época que assumiu o papel de patrão do meio-campo no Bonner SC

DR

Leon Augusto ainda chegou a disputar um jogo particular pela equipa principal do Colónia

Oitavos-de-final

Alemanha aprecia o físico mas desconfia da pontaria dos dinamarqueses... que até podiam ser eslovenos

Augusto Bernardino

Depois da Suíça, anfitriões querem evitar surpresas. Troca de identidades remete para Euro 92, para felicidade dos nórdicos

Há 32 anos anos, na Suécia, a recém-unificada Alemanha não contava com a "repescada" Dinamarca na final que, qual conto de fadas, coroou os escandinavos numa competição com apenas oito selecções. Quando muito, os alemães esperariam um combinado jugoslavo, que a guerra dos balcãs riscou do mapa do Campeonato da Europa.

Agora, como anfitriões do Euro, os germânicos esperavam receber a visita da Eslovénia, julgando que caberia a Portugal defrontar os altos e loiros dinamarqueses.

Pelo menos, era esse o cenário inicialmente previsto pela UEFA, antes de se aperceber que o critério de desempate não podia ser o mesmo que definiu o primeiro e segundo lugares do Grupo H de qualificação para a fase final do Euro 2024 (favorável à Dinamarca, graças ao confronto directo), mas o disciplinar, com o treinador adjunto de Matjaz Kek a desempatar o diferendo graças a um cartão amarelo, o sétimo dos eslovenos, contra seis dos dinamarqueses.

Esclarecidos os caminhos por vezes tortuosos dos regulamentos, a Alemanha terá de conformar-se com a tal reedição da final de 1992. Nada que, em rigor, interfira nos planos da "*Mannschaft*". Até porque esta Dinamarca parece sofrer de alguma falta de inspiração e objectividade ou até de um bloqueio criativo no último terço, suspeita confirmada pelos dois golos nos três empates registados pelos nórdicos no Grupo C, encabeçado por Inglaterra e em que só a Sérvia ficou para trás.

ALEXANDER HASSENSTEIN/GETTY IMAGES

Selecção alemã ainda tem na memória a final perdida em 1992 para os dinamarqueses

De qualquer forma, a Alemanha, que abriu as hostilidades deste Euro com uma goleada (5-1) à Escócia, está atenta aos diversos sinais de alerta que foram surgindo nas exibições dos comandados de Kasper Hjulmand. Rudi Völler, antigo avançado e actual director desportivo da "*Mannschaft*" está apreensivo em relação à dimensão física dos "vikings", um conjunto "forte com bom jogo aéreo", o que dificulta até a missão dos "panzers" alemães.

Em 1992, Völler fracturou um braço no primeiro jogo, frente a uma selecção que integrava jogadores russos, ucranianos, georgianos e bielorrusos, denominada Comunidade dos Estados Independentes. Por isso não actuou mais, assistindo de fora à final que agora assalta a memória dos alemães.

Mas uma coisa parece evidente aos olhos do antigo goleador de Werder Bremen, Roma, Marselha e Bayer Leverkusen: "É difícil criar oportunidades contra a Dinamarca. Mas, por vezes, eles também sentem dificuldades em marcar."

Atento, o seleccionador alemão, Julian Nagelsmann, recolhe todas as informações e confirma que os quatro últimos confrontos redundaram em três empates e uma vitória dos alemães, conseguida no Euro 2012, em Lviv, na Ucrânia, num grupo que apurou Alemanha e Portugal... um dos possíveis adversários nas meias-finais, agendadas para dia 9, em Munique.

Oitavos-de-final

Suíça e Itália acertam relógio dos "quartos" ao ínfimo minuto

Augusto Bernardino

Três anos depois do último confronto entre Suíça e Itália, que os "*azzurri*" venceram tranquilamente por 3-0 rumo ao título de campeões europeus de 2020, os vizinhos alpinos medem forças esta tarde, em Berlim, no mesmo estádio que servirá de palco à grande final de 14 de Julho.

Desde esse jogo disputado no Olímpico de Roma, muita coisa mudou. A começar pelos seleccionadores.

Na Suíça surge agora ao leme Murat Yakin, antigo defesa central de origens turcas nascido há 49 anos em Basileia. Na abordagem a este primeiro jogo dos oitavos-de-final, Murat Yakin, que construiu uma sólida carreira de futebolista em clubes da Suíça, Alemanha e Turquia – tendo representado a selecção helvética em 47 partidas – optou pela provocação, afirmando que serão os italianos, actuais campeões europeus, a ter motivos de inquietação.

"Não queremos preocupar-nos muito com a Itália. Na realidade, é o inverso. A Itália é que precisa de preocupar-se connosco", atirou, confiante na intensidade e na imprevisibilidade do jogo suíço... que esteve a escassos minutos de sujeitar a Alemanha a uma inesperada e desprestigiante derrota na fase de grupos.

Murat Yakin terá, certamente, pesado as palavras antes de acicatar uma daquelas equipas que ninguém quer defrontar antes da final. A avaliação feita ao futebol desinspirado apresentado pela selecção de Luciano Spalletti, que garantiu no último instante o segundo lugar do "grupo da morte", dominado pela Espanha, poderá ter aconselhado uma abordagem mais agressiva do ponto de vista comunicacional.

Murat Yakin esqueceu, contudo, o seu próprio discurso no final do jogo com a Alemanha, em que admitiu ser sempre ingrato e "difícil defrontar adversários destes"... que só precisam de um ínfimo descuido para imporem a lei do mais forte.

E se a Itália evitou mesmo ao soar do gongo do jogo com a Croácia a angústia de apurar-se como um dos quatro terceiros melhores da fase de grupos, a Suíça deveria saber que foi também no período de compensação que falhou o primeiro lugar do Grupo A e, com isso, um encontro teoricamente mais acessível com a Dinamarca. Agora é tarde, apesar da forte argumentação de Granit Xhaka: o "capitão" suíço, campeão e vencedor da Taça da Alemanha pelo Leverkusen, lembra o "*scudetto*" de Yann Sommer, pelo Inter de Milão, e o título de Akanji na Premier League, com o Manchester City, razões suficientes para não se deixarem intimidar.

Chiesa no treino da selecção italiana

Falta saber se o cinismo da "*squadra azzurra*" se deixa impressionar ou se o favoritismo que El Shaarawy reclama para os italianos, detentores do título, será suficiente para remeter a Suíça ao silêncio.

"Somos campeões e nunca é fácil jogar contra esta selecção", adverte o avançado da Roma, que ainda não se estreou na Alemanha, nem joga pela "*azzurra*" desde Novembro.

Desporto

Pogacar, Cavendish, Bernal e outras histórias a seguir na Volta a França

Diogo Cardoso Oliveira

O Pogacar que vai a França é o de Itália? E vai haver o Vingegaard pré-hospital? E será desta, para Cavendish? E o que resta de Bernal?

Há alguns meses, parecia certo que Jonas Vingegaard iria vencer a Volta a França pela terceira vez, sobretudo depois de Tadej Pogacar anunciar que iria à Volta a Itália – chegaria a França com desgaste acumulado e com preparação não focada nesta prova. Em Abril, tudo mudou. Vingegaard, Roglic e Evenepoel foram ao chão violentamente numa corrida no País Basco, acabaram no hospital e Pogacar passou a ser o principal favorito para a corrida que começa hoje.

Alguns dirão que se Pogacar vencer é porque as lesões de Vingegaard o permitiram – e essa névoa ele não vai apagar –, mas os factos são o que são: e um triunfo do esloveno, depois de ter aniquilado tudo e todos nas estradas italianas, coloca-o como o primeiro desde a década de 90 a vencer Giro e Tour no mesmo ano.

Esta é uma das histórias a seguir, e vamos começar por aí, mas há mais.

STEPHANE MAHE/REUTERS

Pogacar será, provavelmente, o mais forte candidato a vencer o Tour

Que Pogacar? Que Vingegaard?

O esloveno tem partilhado tudo do seu pré-Tour: os locais, os resultados, a companhia e o estado de espírito. O dinamarquês, por outro lado, tem escondido o jogo: só há oito dias houve confirmação de que estaria no Tour e não compete desde a queda no País Basco.

De Pogacar há algumas certezas: esteve em grande no Giro, descansou entretanto e, apesar de ter sido uma pausa curta, deverá estar bem para um bom início de corrida. Depois, quando chegarem as montanhas assassinas, logo se vê.

Terá, nesses dias, uma ajuda diferente da que teve noutros anos: com ele vão Adam Yates, Juan Ayuso e João Almeida, que como chefes-de-fila seriam candidatos no mínimo a top 5, além de Pavel Sivakov e Marc Soler, gente de top 10.

Já Vingegaard é um gigante ponto de interrogação. Está bem? Está mal? Está assim-assim? Está com resistência para subidas longas? Está fisicamente apto para ter posições corporais aerodinâmicas em contra-relógio? Está com medo de quedas e descidas? Ninguém sabe – possivelmente, nem ele próprio.

A equipa, ao contrário da Emirates, não só não se reforçou como perdeu, por covid-19, o luxuoso Sepp Kuss.

Se ambos falharem, Primoz Roglic e Remco Evenepoel podem aproveitar qualquer coisa, mas estão ambos assim-assim na forma exibida recentemente.

Uma pausa na tradição

Em mais de 100 anos, o Tour nunca acabou fora de Paris. Em 2024, com a organização dos Jogos Olímpicos na cidade, o desenho será outro. A organização da prova ficou, assim, com uma desculpa perfeita para poder abdicar da tradição sem ser criticada.

Vai trocar a habitual etapa aborrecida – mesmo que simbólica – com final nos Campos Elíseos por um contra-relógio em Nice, na bela Riviera, à porta de casa de Pogacar, que poderá ser decisivo no desfecho do Tour. Em vez de champanhe, protocolos e sorrisos, haverá sangue, trabalho, lágrimas e suor, como diria Churchill. E isso, para quem assiste, é uma óptima notícia.

Outra excelente notícia é que a corrida vai começar em Itália, com uma primeira etapa com dificuldades montanhosas e vento na costa do Adriático. E, em geral, será uma primeira semana bem divertida – acaba com uma etapa estilo clássica, sempre imprevisível e fértil em má fortuna.

> **Em mais de 100 anos, o Tour nunca acabou fora de Paris. Em 2024, com a organização dos Jogos Olímpicos na cidade, o desenho será outro. A organização da prova ficou, assim, com uma desculpa perfeita para poder abdicar da tradição sem ser criticada**

Rui Costa para compensar Almeida

Como n.º 3 ou mesmo n.º 4 da Emirates em França, João Almeida poderá ter a satisfação de ajudar Pogacar a vencer o Tour, mas dificilmente terá o prazer do sucesso em nome próprio. Só uma inusitada combinação de factores levaria o português a um pódio, ainda que uma posição no top 10 seja possível, dependendo da fase das etapas montanhosas em que Almeida é colocado a trabalhar.

Nessa medida, o foco de sucesso português deverá estar em Rui Costa, já que o ciclista da EF Education poderá ter liberdade para caçar etapas – e Rui Costa é, em boa forma, um tremendo "caçador".

Também Nélson Oliveira andará por França, ainda que num papel subjugado a Enric Mas, na Movistar. Talvez numa fase adiantada da prova possa entrar numa fuga.

Ainda vai dar para Cavendish?

Se Mark Cavendish vencer uma etapa no Tour tornar-se-á o maior vencedor de sempre, com 35 triunfos, mais um do que Eddy Merckx.

Aos 39 anos, é improvável que tenha mais poder no *sprint* do que, no mínimo, uma mão-cheia de velocistas que estarão em França. E o próprio sabe disso.

Porém, aos 39 anos, também conta com a experiência de quem mais venceu naquelas estradas – e isso conta muito na arte do *sprint* – e com um "comboio" com Ballerini e Morkov, os seus compinchas, mais Bol, também um grande lançador. Em vez de perseguir uma "boa roda", vai confiar no seu comboio.

Não é difícil prever que o mundo vai estar a torcer por isto.

Bernal está de volta – ou pelo menos o que resta dele

No início de 2022, Egan Bernal saiu para um treino na Colômbia e chocou com um autocarro. Acabou no hospital, com 95% de probabilidade de morte ou paralisia. Alguns meses depois já andava, já pedalava e já competia – devagarinho. Agora, a Volta a França já não é um mero treino de recuperação progressiva, como foi em 2023. Bernal tem mostrado sinais de que pode competir por um top 10 – e estamos a ser contidos, já que há quem o aponte ao top 5.

Com Carlos Rodríguez, está numa boa Ineos e em boa forma, mas sem a responsabilidade total de ser ele o "rei da festa", como já foi.

Caso não tenha "peito" para a geral, pode sempre ir atrás de etapas. E isso, para quem há dois anos esteve com pé e meio no outro lado, já é qualquer coisa.

Borges estreia-se em Wimbledon frente a adversário a quem já ganhou

Pedro Keul

Jannik Sinner e Carlos Alcaraz na mesma metade do quadro de Wimbledon

Uma potencial final em Wimbledon entre os vencedores das duas provas do Grand Slam já realizadas este ano está fora de questão. O sorteio realizado em Londres colocou Jannik Sinner e Carlos Alcaraz na metade superior do quadro principal, antevendo um possível confronto entre os dois rivais nas meias-finais. Mas antes de, eventualmente, defrontar o número dois mundial, o líder do ranking e campeão do Open da Austrália terá de desbravar um caminho difícil, onde poderá encontrar Matteo Berrettini (finalista em 2021), Ben Shelton (14.º mundial), Grigor Dimitrov (10.º) ou Daniil Medvedev (5.º). Quanto a Nuno Borges terá como primeiro adversário o japonês Yoshihito Nishioka (102.º).

GUGLIELMO MANGIAPANE/REUTERS

Depois dos torneios no pó de tijolo Nuno Borges vai jogar na relva

Já Alcaraz, recente vencedor do torneio de Roland-Garros, tem como potenciais obstáculos Frances Tiafoe (30.º), Casper Ruud (8.º) ou Tommy Paul (12.º), recente vencedor do mais prestigiado torneio antes de Wimbledon, no Queen's Club de Londres.

Novak Djokovic, derrotado na final do ano passado por Alcaraz, vai a jogo depois de recuperar rapidamente de uma opeoração ao joelho direito, mas terá concorrência forte na metade inferior do quadro, onde estão também sete jogadores do top 15: Alexander Zverev (4.º), Andrey Rublev (6.º), Hubert Hurkacz (7.º), Alex De Minaur (9.º), Stefanos Tsitsipas (11.º), Taylor Fritz (13.º), Holger Rune (15.º).

É na secção onde se encontram Korda e Tsitsipas que está colocado Nuno Borges (51.º). O tenista maiato vai procurar pela terceira vez ultrapassar a ronda inicial do Slam britânico, tendo como primeiro adversário o japonês Yoshihito Nishioka (102.º), com quem dividiu os dois duelos anteriores, ambos travados esta época.

Quanto ao quadro feminino, encimado pela número um mundial, Iga Swiatek, o sorteio ditou um maior desequilíbrio. A polaca, que nunca foi além dos quartos-de-final em Wimbledon, ficou colocada na metade superior com duas antigas campeãs, Elena Rybakina (2022) e Marketa Vondrousova (2023), além de outras jogadoras potencialmente perigosas na relva londrina: Ons Jabeur (finalista nas duas últimas edições), Jessica Pegula (4.ª mundial), Danielle Collins (11.ª), Jelena Ostapenko (13.ª).

Na parte inferior, as duas lógicas adversárias na meia-final são Coco Gauff (2.ª) e Aryna Sabalenka (3.ª).

Os árbitros a recibo verde

Opinião

José Manuel Meirim

1. Uma reportagem (*Jornal de Notícias*) do passado dia 23 deu-nos conta das remunerações recebidas pelos árbitros da I Liga pelo seu desempenho desportivo, como agentes desportivos essenciais ao conceito de competição regulada. Não constitui objecto das seguintes linhas, analisar e ponderar a justeza e adequação desses montantes. Procuraremos apenas trazer alguma informação sobre o vínculo que os une aos organizadores das competições. E, aí, é certo que tem lugar o recibo verde, como trabalhadores independentes. Estará adequado este modelo ao actual estado de profissionalização do futebol?

2. Para os praticantes contamos com a Lei n.º 54/2017, de 14 de Julho, que estabelece o regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação (revoga a Lei n.º 28/98, de 26 de Junho). Trata-se da palavra vigente de uma história cujo início remonta a 1995 (Decreto-Lei n.º 305/95, de 18 de Novembro.

3. No que se refere aos treinadores há muito que se reclama resposta legislativa própria, mas o legislador ainda não se convenceu a emaná-la. Todavia, vão vivendo em ambiente laboral, com as normas que existem, vindo os tribunais, em espaços lacunares, a socorrer-se do regime jurídico-laboral mais próximo (nas especificidades), o dos praticantes.

4. No já longínquo ano de 2012, um Grupo de Trabalho (GT), criado pelo Governo de então, teve como objecto a avaliação da actividade dos árbitros e entidades equiparadas e sua eventual profissionalização. Vejamos o que, ao tempo, se adiantou sobre esses imprescindíveis agentes desportivos, que são os árbitros.

5. O GT começa por responder a uma primeira questão: dever-se-á optar pela via da profissionalização destes agentes desportivos? A resposta foi claramente afirmativa, pelo menos no que concerne às competições desportivas de natureza profissional. Assim sendo, uma segunda questão passa a ganhar relevo: que regime jurídico seria o mais adequado para enquadrar tal via? O GT avança que "se deverá avançar com a possibilidade de os árbitros serem titulares de autênticos contratos de trabalho com as federações desportivas (ou, quiçá, com as respectivas ligas profissionais), a partir do momento em que integram a elite de cada uma das modalidades, sobretudo quando estivermos perante competições desportivas de carácter profissional."

Todavia, rejeita um diploma próprio para essa realidade, adiantando duas razões justificativas: "... que talvez não seja este o momento adequado para estabelecer, por via legislativa, um 'regime jurídico do contrato de trabalho dos árbitros', isto é, para elaborar um diploma legal desenvolvido, que contenha as normas reguladoras do contrato de trabalho a celebrar entre os árbitros e as correspondentes federações desportivas. Isto, sobretudo, tendo em conta o carácter pioneiro que tal diploma apresentaria (não se conhece qualquer experiência deste género no plano do direito comparado), bem como o escassíssimo número de destinatários dessas normas legais". Em suma, nesse tempo, a solução adiantada seria muito próxima da vivida pelos treinadores.

6. Só que já passou algum tempo (12 anos) e, por exemplo, na nossa vizinha Espanha foram celebrados contratos de trabalho com alguns árbitros, e a doutrina e as decisões dos tribunais, bem ou mal, vêm refletindo sobre essa temática. É tempo de pensar ou repensar, enquanto "vemos a bola".

Professor de Direito do Desporto

Breves

Jogos Olímpicos

São já 47 os atletas russos e bielorrussos autorizados pelo COI

O Comité Olímpico Internacional (COI) aumentou para 47 o número de atletas russos e bielorrussos autorizados a competirem em Paris 2024, sob bandeira neutra, após incluir judocas e canoístas. A terceira lista divulgada autoriza 28 desportistas russos e 19 bielorrussos no evento que decorre entre 26 de Julho e 11 de Agosto, depois de já terem sido anunciados 25 nomes ligados ao ciclismo, ginástica, taekwondo, halterofilismo, luta livre, ténis, tiro e remo. Os "atletas individuais neutros" só são validados após ser verificado que não tiveram apoio activo ou participação na guerra na Ucrânia, ou de ligação ao Exército do seu país. A lista ainda não está fechada.

Futebol

Liga confirma clubes que vão participar na I Liga e na II Liga

A Liga Portuguesa de Futebol Profissional confirmou ontem os 18 participantes de cada um dos dois primeiros escalões, licenciando os emblemas que asseguraram as presenças desportivamente. O organismo que rege as competições profissionais deu conta do licenciamento na I Liga dos 15 clubes que se mantiveram e dos três promovidos, casos do Santa Clara, Nacional e AVS. Já no segundo escalão, a Liga de Clubes confirmou os despromovidos Portimonense, Vizela e Desportivo de Chaves, assim como Alverca e Felgueiras, ambos provenientes da Liga 3.

BARTOON LUÍS AFONSO

Críticas à justiça: o PS entrou em modo Casa Pia 2003?

O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

NUNO FERREIRA SANTOS

Veio Pedro Nuno Santos e disse: "Não podemos continuar a fazer de conta que não estamos a assistir a uma violação da lei. O Ministério Público deve explicações e a sua figura máxima é a procuradora-geral."

Veio Alexandra Leitão e disse: "Não é medo da justiça, é medo deste enxovalho associado aos processos. Está a ser posto em causa o Estado de direito democrático. Dá ideia de que a escuta é continuada até haver qualquer coisa."

Veio Eduardo Ferro Rodrigues e disse: "Foi uma tentativa de assassinato político e de carácter [de António Costa]. Foi mais um episódio desgraçado da nossa democracia."

Veio José António Vieira da Silva e disse: "Não é a primeira vez que isto acontece. É bem mais do que uma coincidência. O Parlamento não tem tido iniciativas suficientemente relevantes face ao problema que enfrentamos."

Veio Augusto Santos Silva e disse: "Esta indiferença absoluta raia a arrogância. O silêncio do Ministério Público já excede a minha capacidade de compreensão."

Todas estas declarações ocorreram na última semana, o que significa que não houve senador socialista que não tenha aproveitado a divulgação das escutas a António Costa para bater forte e feio na justiça.

Alexandra Leitão, líder parlamentar do PS, foi aquela que se estendeu mais sobre o tema no programa *Princípio da Incerteza*. Criticou a notícia da escuta a António Costa sobre a TAP: "Gostava que os senhores jornalistas pensassem nos seus critérios." Não se chateou nada de ser acusada de querer alterar a lei a quente e em função de um caso concreto: "Se for preciso mexer na lei, mexe-se, sem medo. Para ser ainda mais firme na punição de quem faz estas coisas." Deu a entender que os políticos andam a ser muito maltratados: "Os políticos têm de ser punidos, e depois desculpamos aqueles que cometem uma ilegalidade ao divulgarem escutas que não podem ser divulgadas." E, claro, puxou pela carta do populismo, que já deve estar a perder a cor de tanto uso: "Isto serve os populistas; isto serve quem quer destruir as instituições e dizer que está tudo podre e são todos uns corruptos."

> **Este não é o problema mais grave da justiça portuguesa – é apenas o problema mais grave da justiça portuguesa a afectar políticos**

Qual é o meu problema com estas afirmações? É um problema de tom, de energia e de volume. Em relação à escuta de António Costa formou-se um verdadeiro consenso nacional: ninguém defendeu a sua transcrição, nem que se possa escutar João Galamba durante quatro anos seguidos. Também é justíssimo criticar o silêncio de Lucília Gago, que irá passar seis anos de mandato sem dar uma única entrevista a um órgão de comunicação social – o que prova, por si só, a sua absoluta impreparação para o cargo.

A questão é que este não é o problema mais grave da justiça portuguesa – é apenas o problema mais grave da justiça portuguesa a afectar políticos. As críticas estão certas, mas o coro é corporativo e a sua dimensão desproporcionada. Faz lembrar tempos de má memória: o processo *Casa Pia* e a investida brutal do PS contra o poder judicial em 2003.

O que aqui destoa é a incoerência do coro. Eu não estaria a escrever isto se Pedro Nuno Santos, Alexandra Leitão, Ferro Rodrigues, Vieira da Silva ou Santos Silva tivessem usado o mesmo tom, a mesma energia e o mesmo volume para criticarem a ausência de julgamento de José Sócrates dez anos após a sua detenção. A atenção dos socialistas é demasiado selectiva. Querem convencer-nos de que o maior problema da justiça são as fugas ao segredo. Não é: é a sua demora e ineficácia. E isso, sim, serve os populistas.

Colunista

jmtavares@outlook.com